

Primavera Vermelha

DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL À CRISE DA ALTERNATIVA SOCIALISTA

Elementos para pensar a
Revolução Brasileira



|Índice

Mészáros, a crise estrutural e seus impactos na luta revolucionária dos trabalhadores	<i>Maria Cristina S. Paniago</i>	4
A atualidade da teoria da dependência	<i>Zilas Nogueira Adriano Nascimento</i>	22
O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente	<i>Mathias Seibel Luce</i>	29
Os trinta e três anos do regime democrático-burguês brasileiro	<i>Alex Brasil</i>	39
Elementos à compreensão da crise da subjetividade da classe	<i>Espaço Socialista</i>	46
Processo bolivariano ou programa de transição	<i>Luís César Nunes</i>	60

Primavera Vermelha é uma revista de reflexão, debate e crítica marxista, impulsionada pelas organizações Espaço Socialista e Movimento de Organização Socialista. Está aberta a novos impulsionadores e contribuições de ativistas e militantes do movimento social. Os textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

|Apresentação

Apresentamos a quinta edição da Revista *Primavera Vermelha*, impulsionada pelo Espaço Socialista e Movimento de Organização Socialista, organizações em processo de discussão. É uma de nossas contribuições para o desenvolvimento teórico de seus militantes e ativistas do movimento.

“Nos momentos normais” da luta de classes a formação teórica é muito importante e no momento político pelo qual passamos se torna ainda mais fundamental e decisiva.

Há muito a compreendermos como a crise econômica, a localização e o papel a ser desempenhado pelo Brasil no mercado mundial, a relação com o imperialismo, o papel das instituições como Forças Armadas e, principalmente, o Judiciário e o crescimento da direita não só na cena política, como talvez a grande novidade, na eleição de uma bancada numerosa nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional e o enraizamento entre setores populares de ideias identificadas com a direita.

Mas, essas ideias não nascem do nada, há uma razão. É resultado da situação que a classe trabalhadora enfrenta com os efeitos da crise econômica. Uma crise das mais graves de nossa história.

E não se trata simplesmente de mais uma crise cíclica do capital, a qual, em tese, bastaria algumas medidas capazes de deslocar as contradições e, assim, iniciar um novo ciclo de crescimento e expansão do capital. É mais grave e mais profunda. É a chamada crise estrutural do capital, conceito desenvolvido por Mészáros.

Para fazer frente a essa crise o capital vai lançando mão de medidas que, somente quem analisa o mundo a partir de alguns fenômenos, as vê como solução. No entanto, a realidade sempre se impõe e expõe os limites dessas medidas, incapazes de deslocar de maneira mais segura as contradições trazidas pela crise.

É esse conceito e a sua relação com o de crises cíclica (e as consequência que derivam dessa distinção) que o texto de Cristina Paniago aborda. Além dessa importância, o texto também procura “popularizar” esse conceito que, ao nosso modo de ver, é fundamental ser apropriado pelos militantes e ativistas como base para se pensar o programa e a estratégia da revolução brasileira.

O segundo texto aborda um tema fundamental para a compreensão do processo de acumulação do capital no Brasil e sua relação – de dependência – com o mercado mundial. O texto faz uma importante diferenciação entre o conceito da Teoria da Dependência de corte marxista daquele defendido pelos economistas da CEPAL, para os quais bastaria um país subdesenvolvido adotar certas medidas econômicas para alcançar a condição de desenvolvido. Já para a Teoria Marxista da Dependência, elaborada principalmente Ruy Mauro Marini, a economia mundial capitalista é uma mesma totalidade sob qual a existência de países desenvolvidos somente pode ser explicada pela existência de países subdesenvolvidos.

De estreita relação com esse tema está o conceito

de subimperialismo, também estudado por Ruy Mauro Marini. Esse conceito tem por base o fato de entre os países subdesenvolvidos existirem desigualdades. Por exemplo, não se pode colocar no mesmo patamar de desenvolvimento países como Brasil e Bolívia. Apesar de ambos serem subdesenvolvidos e terem com os países centrais uma relação de dependência, alguns países – nesse exemplo o Brasil – são economias que desempenham, por conta de algumas particularidades históricas na relação com o imperialismo, um papel de “subpotências” regionais. Novamente ressaltamos que esse conceito somente pode ser plenamente compreendido considerando a economia mundial como uma só totalidade.

O texto de Alex Brasil debate uma questão que consideramos fundamental que é o papel desempenhado pelas instituições, daquilo que os marxistas tratam como regime democrático-burguês no Brasil. A gravidade da crise econômica no país produziu outra de natureza política tão grave quanto a econômica, rompendo o pacto político firmado no processo de redemocratização do país e até então mantido pelos governos petistas. Essa ruptura, como era de se esperar, impossibilitou uma solução pela política e a partir desse momento o Judiciário chama para si o protagonismo político, dando embasamento jurídico-legal para várias das medidas necessárias ao capital como o impeachment de Dilma (que já não atendia às necessidades da burguesia brasileira), a Reforma Trabalhista e a lei liberando a terceirização de forma ampla.

Entendemos que o momento político é marcado por uma outra crise também bastante grave e somente a classe trabalhadora – em especial a parte operária – poderia apresentar uma saída para essas crises. É a classe que produz a riqueza e, portanto, poderia direcionar toda a riqueza para benefício de toda sociedade. Para isso precisaria derrotar a burguesia e impor o poder operário. Para levar adiante um projeto de mundo alternativo ao da burguesia faz-se necessária uma consciência com força para que a classe trabalhadora compreenda a causa de sua situação de miséria. Mas, temos um problema: a consciência de classe da classe trabalhadora está muito atrasada. A guinada de um setor importante para a direita nesse processo eleitoral é uma demonstração disso. No texto “*Elementos à compreensão da crise de consciência da classe trabalhadora*”, elaborado a partir de discussões nos organismos do Espaço Socialista, buscamos apresentar algumas questões para uma reflexão sobre o tema.

Como a Revista também tem um caráter de debates entre os ativistas, a pedido, publicamos o texto “*Processo bolivariano ou programa de transição*”, escrito pelo professor Luís César do Rio de Janeiro. É importante deixar registrado que não temos acordo político com o texto, mas o consideramos importante para refletirmos sobre um tema tão caro à América Latina.

Por fim, queremos agradecer, a Cristina Paniago, Zilas Nogueira e Adriano Nascimento que, mesmo não fazendo parte do projeto da Revista, dedicaram horas importantes de suas vidas para contribuir com os textos apresentados nessa edição.

Mészáros, a crise estrutural e seus impactos na luta revolucionária dos trabalhadores

Maria Cristina S. Paniago



O CAPITALISMO E SUAS CRISES DE ABUNDÂNCIA

O capitalismo em seus quase seis séculos de existência é inquestionavelmente o modo de metabolismo social mais produtivo já ocorrido na história.

Desde o início dos tempos, as primeiras formas de organização da produção e da distribuição (comunismo primitivo, antiguidade, feudalismo) tiveram de encontrar os meios mais adequados para a realização vantajosa do intercâmbio social com o meio natural¹, pois deviam atender às finalidades previamente concebidas e satisfazer as necessidades da reprodução ampliada da sociedade humana.

Na era moderna, uma nova relação social reorganiza o intercâmbio homem-natureza, movido agora pela acumulação da riqueza em si mesma, subordinando o consumo direto, o valor de uso, os meios de produção e de trabalho, e, portanto, a satisfação das necessidades sociais, ao critério das vantagens alcançadas com o valor de troca. Impõe-se a exploração alienada da força de trabalho assalariada como fonte do excedente social que transforma a relação capital-trabalho no motor da nova ordem social, com sua prosperidade pujante e inebriadora.

A instauração do modo de produção capitalista, a partir do século XVI, enfrentou enormes dificuldades políticas, econômicas e sociais até que se tornasse o modo dominante de reprodução social no mundo. Desde o início, com o renascimento do comércio e das cidades, ainda no interior do regime feudal, o capital-dinheiro

(comercial e usurário) correu enormes riscos e enfrentou enormes barreiras até que pudesse penetrar na economia feudal e destruí-la. Avançou progressivamente, ainda que sofrendo algumas derrotas circunstanciais pelo conservadorismo feudal na esfera político-religiosa, e expandiu-se de forma irreversível na economia, até que as transformações necessárias à sua consolidação política se completassem, no século XVIII, com as revoluções burguesas e a derrocada final do feudalismo na Europa Ocidental.

Para isso, o possuidor do capital comercial e usurário, o capitalista nascente, precisou demonstrar sua capacidade de oferecer uma solução factível contra a escassez de mercadorias e serviços que caracterizava a economia natural; de fortalecer-se por meio de uma dependência mútua, no início vantajosa, na comercialização de bens de luxo para os senhores feudais; de financiar as monarquias falidas com o declínio do excedente do regime de trabalho servil e da produtividade da terra; de deslocar o poder da religião, e de sua concepção divina do mundo, para fora do poder do Estado; de desenvolver a ciência, a grande indústria

1) Esse é o significado do termo metabolismo social (ou sociometabolismo, como é traduzido pela edição do Para Além do Capital da Boitempo Editorial), utilizado por Mészáros, depois de Marx, para caracterizar a particularidade do sistema do capital e seu modo de controle social sobre a troca entre o homem e a natureza. Para Marx, essa troca vital comparece em todas as sociedades. Assim afirma ele: “Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1983, p. 50) (grifos nossos).

e a produtividade; de transformar a força de trabalho em mercadoria abundante, facilitada pela expulsão forçada do campo, ação de extrema violência legalmente sustentada, durante séculos, pelas forças do Estado moderno, entre outros feitos.

Enfim, assim preparava as forças produtivas e as prerrogativas político-ideológicas que, finalmente, deixassem o capital livre das barreiras feudais e que permitissem seu voo irreprimível em direção à total liberdade de mercado, alimentando-se do excedente (do trabalho assalariado não pago) e expandindo-se até irromper como o capital maduro no capitalismo industrial.

Sabemos que a imensa força produtiva e civilizadora do capital, através do conhecimento e da industriabilidade humanos, cumpriu um papel de inegável progresso. Todavia, não estaríamos escrevendo este artigo se essa tendência ao progresso fosse imperturbável, satisfatória e eterna. O sistema do capital², por mais poderoso que pareça, em relação aos demais modos de produção, opera subjugando os indivíduos sociais, diretamente envolvidos no metabolismo social com o mundo natural, a uma nova relação social de antagonismo e exploração que traz consigo uma cadeia de contradições internas ao próprio sistema.

O modo como o capital colocou sob seu domínio alienado os objetivos da reprodução social, transformando sua autorreprodução ampliada em objetivo precípua da existência social, faz com que, suplantadas as barreiras do antigo regime, se defronte com novas barreiras, a saber, os limites postos pelas necessidades humano-sociais progressivamente insatisfeitas e o uso predatório e perdulário de recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta. Ou seja, gera contradições e incapacidades que impedem a continuidade do progresso material e social que conquistou sob as novas e alienadas relações sociais de produção, que o obstam de manter indefinidamente o progresso e o crescimento da riqueza social que lhe permitiram superar a crise prolongada que levou à derrocada do período feudal.

A reincidência das crises³ no metabolismo social, agora reconstituído sob a lógica do capital, não foi

“O SISTEMA DO CAPITAL, POR MAIS PODEROSO QUE PAREÇA, EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MODOS DE PRODUÇÃO, OPERA SUBJUGANDO OS INDIVÍDUOS SOCIAIS, DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NO METABOLISMO SOCIAL COM O MUNDO NATURAL, A UMA NOVA RELAÇÃO SOCIAL DE ANTAGONISMO E EXPLORAÇÃO QUE TRAZ CONSIGO UMA CADEIA DE CONTRADIÇÕES INTERNAS AO PRÓPRIO SISTEMA”

surpreendente para pensadores anticapitalistas, como Marx e Engels. Ao contrário do que parece ter acontecido com os economistas clássicos ao considerá-la um problema de menor importância e de fácil administração, dada a capacidade do capitalismo, e do mercado, segundo eles, de gerar de forma espontânea equilíbrios corretivos da incômoda disjunção entre produção e consumo, o que começa a perturbar a benéfica espiral do crescimento do capital já no início do século XIX.

Em polêmica com os economistas clássicos, a partir da investigação sobre os fundamentos e desenvolvimentos da crise do capital em sua fase plenamente desenvolvida na era industrial, Marx⁴ acusa Ricardo, Smith e outros economistas de defender posições contraditórias ao reconhecerem a “possibilidade das crises”, ao tempo que negavam suas causas como sendo imanentes ao próprio modo de produção estabelecido.

No que se refere a Ricardo, que viveu as primeiras crises do século XIX, Marx aponta para o fato de que ele

não tinha, a rigor, conhecimento do que eram as crises, as crises gerais, as crises do mercado mundial, nascidas do próprio processo de produção. Pôde explicar as crises de 1800 e 1815 como consequência do encarecimento do trigo provocado pelas más colheitas, pela depreciação do papel-moeda e das mercadorias coloniais etc., já que o bloqueio continental fez com que o mercado se retraísse

2) “As características essenciais que definem todas as possíveis formas do sistema do capital, segundo Mészáros, são: a mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação – ‘valor sustentando-se a si mesmo’ (Marx) – e para a contínua reprodução ampliada de riqueza acumulada”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 781).

3) Há uma diversidade enorme entre os estudiosos das crises do capitalismo, que não pudemos abordar aqui. quanto à periodicidade, às causas e aos fatores detonadores das crises. Segundo Netto (2006, p. 156), a história real do capitalismo é “a história de uma sucessão de crises econômicas – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram catorze vezes acompanhadas por crises (...)”.

4) A investigação de Marx sobre as crises do capitalismo não pôde ser finalizada em um estudo sistemático, como fez com O Capital. Era parte de seu plano de estudos inicial dar conta de temas como as crises do capitalismo, entre outros. Afirma-se com frequência que não há uma “teoria da crise” em Marx, no entanto, são seus princípios orientadores fundamentais elaborados na crítica da economia política que apresentam maior potência esclarecedora das crises do capitalismo até hoje. Análise sobre os fundamentos da possibilidade da crise do capital são encontradas no O Capital: no livro II (capítulos XVI, XX e XXI), no livro III (capítulos XIII, XIV, XV, XXX e XXXII). Nas Teorias da mais-valia (cap. XVII) e, segundo Mandel (1990, p. 209), no “Anti-Dühring, de Engels, que foi revisado e corrigido, se não redigido, pelo próprio Marx”. (ALTVATER, 1987; NETTO, 2006; MANDEL, 1990).

violentamente por razões políticas e não por causas econômicas. (MARX, 1982, p. 18).

Marx é ainda mais contundente na crítica à mistificação do pensamento clássico, pois os “fenômenos históricos posteriores, especialmente a periodicidade quase regular das crises do mercado mundial, já não permitiriam aos sucessores de Ricardo continuar negando os fatos ou interpretá-los como puramente fortuitos” (MARX, 1982, p. 18).

Os estudos sobre as crises, baseados na crítica de Marx e Engels, estendem-se do século XIX aos dias atuais e constatam a regularidade e a repetição de ciclos econômicos⁵ constituídos por fases de crise que passam da depressão à retomada e ao auge do crescimento da acumulação e da expansão do capital (NETTO; BRAZ, 2006). Para Marx, segundo análise de Altvater (1987, p. 89), “em contraste com as teorias conjunturais burguesas, o ciclo industrial não é entendido como uma curva senoidal desligada da história, mas como uma fase de desenvolvimento em que as contradições da sociedade burguesa emergem em conjunto e devem ser reguladas.” Força assim uma reação agressiva do sistema para desobstruir os gargalos do processo de acumulação em cada situação histórica particular.

O aprofundamento das contradições do sistema do capital e a impossibilidade de contorná-las com meios de relativa eficácia, antes mais facilmente disponíveis, provocam as explosões bloqueadoras da acumulação necessária. Em passagem sobre a crise nas *Teorias da mais-valia*, Marx se atém, segundo Altvater, a analisar as contradições provocadas pelo “movimento do valor” no âmbito da acumulação do capital:

As crises do mercado mundial devem ser concebidas como a concentração real e a compensação violenta de todas as contradições da economia burguesa (...). [A crise] é o violento restabelecimento da unidade entre [momentos] independentes e a violenta independentização de momentos que, essencialmente, são uma única coisa (...). Todas as contradições da produção burguesa atingem coletivamente a explosão nas crises mundiais gerais; nas crises particulares (*particulares* segundo o conteúdo e a extensão), só de maneira dispersa, isolada, unilateral. (MARX *apud* ALTVATER, 1987, p. 83).

Não é de nosso interesse, neste artigo, reproduzir a polêmica sobre as causas das crises que têm ocupado pensadores marxistas do século XIX ao XX. Cabe-nos apenas mencionar alguns de seus expoentes clássicos,

como Rosa de Luxemburg, Henryk Grossmann, Nicolai Bukarin, Rudolf Hilferding, e a crítica mais contemporânea feita a eles por Mandel; bem como destacar a crítica às teses de Mandel por Mattick (1977), Sweezy (1983), e uma síntese deste debate realizada por Altvater (1987), entre outros.

O que nos interessa indagar é se a essas crises parciais, particulares, cíclicas (ainda que de grande impacto), permanecem sendo a mera expressão das contradições do capitalismo, e se essas contradições “sofrem” algum efeito proveniente das soluções anticíclicas precedentes, até que um novo ciclo se reponha em escala ampliada. O que parece ser uma característica relevante do processo de crise no capitalismo, pois Chesnais, (2012, n/p), ao citar Marx, afirma que a

magnitude e os traços específicos das grandes crises são a resultante dos meios aos quais o capital (em um sentido que inclui os governos dos países capitalistas mais importantes) recorreu no período precedente para “superar esses limites imanentes” antes de ver “que voltam a se levantar esses mesmos limites, ainda com maior força”.

Dando continuidade à tradição de Marx e Lukács na investigação sobre os fundamentos ontológicos da ordem do capital, Mészáros, filósofo húngaro, traz, em sua obra *Para Além do Capital*, elementos substantivos e originais a acrescentar nesse debate, introduzindo o conceito de crise estrutural como um fenômeno atual e de impacto destrutivo profundo e determinante que incide sobre os desenvolvimentos e estratégias futuras do capital em relação aos trabalhadores, classe que efetivamente padece e luta contra os males sociais provocados por todas as crises.

A distinção ontológica entre crise cíclica e crise estrutural vai consumir uma enorme atenção de Mészáros, como veremos a seguir. Todavia, o que queremos destacar como elo fundamental para nosso interesse no tema das crises do capital em Mészáros, além de desnudar suas trágicas consequências, que ameaçam a existência dos trabalhadores de modo incomparável a momentos anteriores na história, é a necessidade impositiva de novas estratégias ofensivas de combate do trabalho contra o capital que superem os limites das lutas defensivas do passado.

Tal problema é colocado por Mészáros lembrando Marx ao se dirigir aos trabalhadores, em 1865, com inteira clareza sobre os desafios à revolução social e à emancipação do trabalho, quando lhes dizia que

não deveriam se contentar com a negatividade

5) “Até a crise de 1929, os ciclos tinham uma duração aproximada entre 8 e 12 anos; a partir da segunda Guerra Mundial, esses ciclos foram encurtados, ao tempo que os impactos das crises tornaram-se menos catastróficos que aqueles da de 1929” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 159). O repique de crises econômicas, com uma variação na temporalidade dos ciclos, é também mencionado por Engels. (ENGELS, 1975, p. 98).

“retardador do movimento depressivo” quando a tarefa consistia em “alterar sua direção”; que eles não deveriam aplicar “paliativos” quando o problema era “curar a doença”. E afirmou não ser suficiente engajar-se negativamente/defensivamente nas “inevitáveis lutas de guerrilha que incessantemente emergem dos eternos abusos do capital ou das flutuações do mercado”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 791).

Descobrir as mediações políticas adequadas para atender a essa necessidade estratégica da luta dos trabalhadores, não apenas para remediar ou defender-se dos efeitos sociais agravados pelas crises posteriores a essa advertência de Marx, tornou-se um imperativo para a sobrevivência das classes trabalhadoras em tempos de crise estrutural.

Ocupar-nos-emos a seguir em expor a análise de Mézáros sobre a relação ontológica entre crise cíclica e luta defensiva (que trata “apenas [da luta] contra os efeitos do sistema”), e crise estrutural e luta ofensiva (“dada a exaustão das concessões interesseiras que o capital podia fazer no passado”), nos marcos de uma transição histórica em andamento, contudo, até o momento indefinida em sua direção (MÉSZÁROS, 2002, p. 791/858).

Antes, porém, devemos dar uma atenção especial à determinação essencial e ao desenvolvimento histórico da nova forma de riqueza da era moderna: o capital, e a seu modo exclusivo de controle sobre o excedente social produzido pelo trabalho.

A INCONTROLABILIDADE E A AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL

As crises do sistema do capital não devem ser compreendidas como fenômenos naturais e inevitáveis da história humana. O que vimos até agora se refere à desordem periódica na normalidade da reprodução ampliada de capital, portanto, imanente ao seu modo de produção, que se inicia historicamente a partir do momento em que o capital assume sua maturidade produtivo-industrial.

O capital é fruto da relação social (capital-trabalho) que se estabeleceu de modo predominante apenas a partir de um dado momento do desenvolvimento histórico da humanidade. O metabolismo social do homem com o meio natural pôde desenvolver-se até chegar às sociedades de classes, com o domínio da propriedade privada sobre a vida dos homens. Apresenta-se, em nossos dias, na forma do capital produtivo, nas mãos das personificações do capital – os capitalistas.

Para se compreender a essencialidade das crises do sistema do capital, é imprescindível que reconheçamos como este funciona, quais seus objetivos e as determinações gerais do movimento reprodutivo do capital, para, assim, compreendermos como produz e reproduz suas crises. Admitindo o fundamento do trabalho como a base da sociabilidade humana, devemos observar como ele organiza e submete o trabalho à sua vontade para que produza a riqueza por meio da multiplicação do valor que se autovaloriza alheio às necessidades humanas universais, conforme formulação de Marx.

Isso não significa que, na constituição do sistema do capital, sejam prescindíveis os demais complexos sociais, como a ideologia, a arte, a religião, a política e o Estado, a ciência, a filosofia etc.⁶ Ao contrário, um sistema orgânico como o do capital deve assegurar, para o bom desempenho das atividades de produção, distribuição, consumo, circulação, uma interação adequada com as demais esferas da atividade humana, as quais colaboram, cada uma a seu modo, para o funcionamento do todo. Cabe um destaque à relação entre capital-trabalho e Estado, assumindo este a forma de comando político complementar à “estrutura de comando material” do capital, condição vital para que sejam asseguradas a subordinação do trabalho, a conformação dos interesses egoístas e concorrenciais da “pluralidade de capitais”, e a expansão global do capital social total (MESZÁROS, 2002).

O fato de a existência do capital se reportar a milênios (mais de 3 mil anos) não implica que as sociedades anteriores pudessem ser consideradas capitalistas⁷. Capital e capitalismo (que existe há apenas 500 anos) exigem uma distinção não só histórica, mas

6) Não foram poucas as transformações do pensamento humano e da ação política provocadas pelo advento do capital e do modo de ser burguês. São demonstrações cabais desse processo de transformação da totalidade do mundo feudal para o sistema do capital o humanismo originário e o liberalismo pragmático e socialmente seletivo que predominou após as revoluções burguesas, pois a nova ordem social teve de explicar e justificar as novas relações sociais de maneira que correspondessem ao revolucionamento da base material. Segundo Kofler (1997, p. 460), o “ideólogo burguês só pode representar o indivíduo verdadeiro e perfeito como burguês, isto é, como indivíduo proprietário”. Seu fim último é a proteção do livre uso da propriedade, “porque lhes parece que só por este caminho está assegurada a liberdade do homem” (ainda que saibamos que a liberdade não era universal, pois excluía os não proprietários). Para favorecer a realização desse princípio de liberdade, “desenvolveu-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional do novo mundo que assim nascera” - o liberalismo. (LASKI, 1973, p. 9).

7) Mézáros (2002, p. 1.021), depois de Marx, é quem retoma essa discussão, não só referente ao passado, mas apontando para as contradições da experiência soviética pós-capitalista, que a despeito de haver eliminado a propriedade privada e os capitalistas, não eliminou o capital. Ao contrário, instituiu uma forma de exploração extraeconômica da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2002, em especial o capítulo 17). Uma síntese das contribuições de Mézáros acerca das sociedades pós-capitalistas encontra-se em uma coletânea organizada por Paniago (2017).

também ontológica, na medida em que a relação-capital que possibilita a riqueza móvel (expressa, no início, no fluxo do capital-dinheiro – capital comercial) tem de passar por transformações e diversificar-se, até alcançar sua predominância no tempo e no espaço, ao subordinar progressivamente o trabalho assalariado – sua fonte de valor – e apropriar-se do excedente social, reinvestindo-o continuamente, como requer sua acumulação ampliada.

O capital, como capital mercantil e usurário, aparece esporadicamente ou localmente nas sociedades antigas, intervém nas atividades de troca e de empréstimo a juros e depende, até o princípio do capitalismo, fundamentalmente de uma produção externa a seu campo de ação na circulação. Não tem ainda o poder de alterar o processo de produção daquilo que comercializa. Opera o aumento de seu capital comprando barato e vendendo mercadorias com um acréscimo, apropriando-se de um valor maior que se origina na própria circulação.

Na pequena produção mercantil, o processo de troca de mercadorias se dá apenas para a compra do que não se produz ou para a reposição das condições objetivas da produção de valor de uso. O predomínio do valor de troca ainda não se impôs e o produtor permanece o proprietário de seus meios de produção e de subsistência. Como aponta Marx (1983), o dinheiro é gasto e a mercadoria é consumida. Até aqui, consumir (gastar) dinheiro não é produzir dinheiro.

No contexto do capitalismo nascente, a usura e os ganhos comerciais – “formas de patrimônio-dinheiro” – não são formas propriamente ditas de capital, pois aparecem como “supostos exteriores à gênese do capital”. Esclarece, ainda, Marx nos *Grundrisse* que “o dinheiro como fortuna mercantil (...) é simplesmente o movimento mediador entre extremos que ele não domina, e entre pressupostos que ele não cria” (MARX, 2011, p. 1.185).

O capitalismo propriamente dito corresponde ao momento em que o capital passa a reproduzir-se num processo de produção social que esteja “dominado em toda sua extensão e profundidade pelo valor de troca” (MARX, 1983, p. 140), ao submeter toda a produção mediante a separação forçada entre a força de trabalho e os seus meios de produção. O capitalismo só pode estabelecer-se como modo de produção dominante quando o trabalhador “livre” – de seus meios de subsistência e de trabalho – é transformado em mercadoria e forçado à venda de sua força de trabalho no mercado. Por outro lado, foi preciso completar-se o processo de expropriação do trabalhador

com a transferência dos meios de produção para as mãos dos possuidores de capital e, assim, colocá-los a serviço do valor de troca; não mais do valor de uso, como ocorria nas formas precedentes da produção mercantil simples.

Estabelecida essa relação entre capital e trabalho, pode-se extrair o excedente, e este, na forma de mais-valia, de trabalho não pago, passa a constituir “o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista” (MARX, 1973, p. 410). Encontramo-nos aqui com o “capital desenvolvido” – o capital produtivo –, única função em que se tem o capital “como valor que produz valor” (MARX, 2011, p. 911/590). Completa-se a formação do capital produtivo num duplo processo indissociável, ao mesmo tempo em que impulsiona a produção, realiza a valorização do valor. Valor novo – riqueza adicional ao capital adiantado – extraído continuamente da exploração da força de trabalho; e a ela só pode retornar, para efeito de sua reprodução, uma pequena fração – o “salário relativo”⁸ – em relação à riqueza produzida.

Para garantir esse processo de valorização contínua e ascendente, suplantando todas as barreiras sociais e naturais interpostas no caminho do capital, e uma vez estabelecida a relação-capital, o que para Marx significa uma “relação de compulsão, cujo objetivo é extrair o trabalho excedente”, nada pode detê-lo ou impedir que exerça o total comando sobre o trabalho. Nem mesmo os capitalistas, como “personificações do capital”, podem contrariar o imperativo da autovalorização do valor a qualquer custo e na escala necessária, porquanto exercem um controle sobre o sistema na exata medida para fazê-lo funcionar. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.708)

Eles devem “traduzir em ordens exequíveis os imperativos objetivos de autorreprodução ampliada do capital”. Em função do lugar que ocupam no sistema do capital, e, assim, mantendo seus privilégios e benefícios assegurados por sua posição de comando sobre a força de trabalho em nome do capital, as “personificações do capital” não podem contrariar seus objetivos reprodutivos, pois deixariam de ser capitalistas. Para Mészáros, ao contrário de “controladores do sistema, estão sendo de modo geral controlados e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do capital” (MESZÁROS, 2002, p. 776/263/126).

Em relação aos trabalhadores, dado o antagonismo imanente à relação-capital, a margem de oposição aos ditames da acumulação e da expansão (o que implica

8) A evolução do estudo sobre os salários, realizada por Marx, traz uma decisiva contribuição ao combater uma enorme gama de mistificações contidas na alegação de que o aumento dos salários em si enfraquece a acumulação do capital e fortalece a posição material dos trabalhadores na partilha da riqueza social. O que se constata é que mesmo que o salário aumente, segundo Rosdolsky ao citar Marx, o “aumento deste ‘nunca é proporcional ao da produtividade do trabalho’. (Se a regra não fosse esta, a taxa de mais-valia não poderia crescer, ‘tornando-se impossível a produção de mais-valia relativa e, portanto, o próprio capitalismo’)” (ROSDOLSKY, 2001, p. 243). Uma recuperação do pensamento de Marx e do debate teórico contemporâneo a esse respeito pode-se encontrar em Paniago (2017a).

submeter-se às metas crescentes de produtividade e de exploração) é naturalmente reduzida a formas inócuas de luta defensiva contra os abusos do capital. Independentemente de se ganham pouco ou muito, a subordinação dos trabalhadores ao comando hierárquico do capital é ineliminável e estrutural. A despeito de todas as fantasias propagadas de libertação com a introdução do trabalho em equipe autogerida ou lucros compartilhados, essas estratégias prespõem a realização das metas de produção previamente determinadas, permanecendo o capital no verdadeiro comando sobre a produção.

A dominação do capital sobre o trabalho, com a mediação de suas personificações (os capitalistas), encontra na base material da exploração sua sustentação; conta, ademais, para a subordinação do trabalho, com a proteção das mediações políticas através do auxílio do Estado, que atua como força complementar ao comando hegemônico do capital.

Somente com a superação deste modo de metabolismo social alienado e explorador, superando-se também a lógica do lucro e da reprodução do valor de troca, é que se pode pensar numa ordem social em que os próprios produtores controlem os meios e a finalidade de suas vidas. Durante todo esse processo, sem dúvida, a luta política desempenha um papel vital, caso não se desvie do desafio estratégico inescapável: superar o capital enquanto tal e não apenas como modalidades específicas de capitalismo.

Cabe ressaltar, expostos alguns elementos fundamentais da autorreprodução do capital – valor que gera valor – e a incontabilidade do sistema do capital que subordina os desejos subjetivos ou a vontade política dos sujeitos envolvidos - quando estes ameaçam contrariar seu modo de controle do metabolismo social sem medida e sem limites - que a despeito de tudo isso, o capital demonstra exercer um modo de controle substancialmente instável e movido por contradições insanáveis.

Resgatando Marx, Mészáros (2002, p. 653) afirma que “Dada a natureza imanente do capital, caracterizada por Marx como a ‘contradição viva’, cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só se faz inteligível se levamos plenamente em conta a *contratendência* específica à qual aquela está objetivamente ligada”. Desse modo, entre muitas

“SOMENTE COM A SUPERAÇÃO DESTES MODO DE METABOLISMO SOCIAL ALIENADO E EXPLORADOR, SUPERANDO-SE TAMBÉM A LÓGICA DO LUCRO E DA REPRODUÇÃO DO VALOR DE TROCA, É QUE SE PODE PENSAR NUMA ORDEM SOCIAL EM QUE OS PRÓPRIOS PRODUTORES CONTROLEM OS MEIOS E A FINALIDADE DE SUAS VIDAS”

das contradições que marcam a iniquidade do sistema, toda “quebra do equilíbrio” requer prontamente medidas restauradoras do equilíbrio perdido. No entanto, busca-se a restauração do sistema num ambiente reprodutivo marcado pela anarquia⁹ na produção, que ativa a “tríplice contradição” (MÉSZÁROS, 2002, p. 116) entre produção e consumo, produção e controle, e produção e circulação, ao contrário de reestabelecer um equilíbrio sempre ameaçado.

O que não significa que as contradições sejam superadas. Atua sobre elas o efeito corretivo das contratendências, porém estas permanecem internalizadas no marco estrutural contraditório do sistema. E quando chegam ao ponto de provocar as crises da era da abundância produtiva, vemos repetir-se a circularidade viciosa das crises – recuperação, novo ciclo de crescimento –, para se retornar a uma nova situação de desequilíbrio e crise.

O ciclo de crise e retomada do crescimento que acompanha o capitalismo desde o século XIX, todavia, pôde-se estender com algum êxito até os anos 1970¹⁰. As contradições, que exigiam a cada momento novas medidas saneadoras, repunham-se no tempo, em escala e profundidade crescentes, uma vez que tais contradições não são concretamente superadas e impulsionam o funcionamento do próprio sistema do capital. Marx, acerca dessa característica do capital, já havia alertado que “sua produção se move em contradições que são constantemente superadas, mas da mesma maneira são constantemente repostas” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 798).

Durante toda a sua história, o capital, acrescenta Mészáros, “nunca, jamais, resolveu sequer a menor de suas contradições”. E continua:

Nem poderia fazê-lo, na medida em que, por

9) Engels traduz com clareza a natureza anárquica do sistema do capital ao reconhecer que “toda a sociedade que assenta na produção de mercadorias tem como característica que nela os produtores perderam o domínio sobre as suas próprias relações sociais. Cada um produz para si com os seus meios de produção eventuais e para a sua necessidade particular de troca. Nenhum deles sabe a quantidade do seu artigo que vai ser posta à venda, qual a quantidade que realmente é precisa, nenhum deles sabe se há uma procura real do seu produto individual, se poderá cobrir as suas despesas ou se conseguirá mesmo vender alguma coisa. O que reina é a anarquia na produção social”. (ENGELS, 1975, p. 85).

10) “Entre 1970 e 1990, a taxa de crescimento da economia mundial caiu pela metade da registrada nas décadas precedentes. Produziu-se uma sequência de crises econômicas, interrompidas por ‘recuperações’ frágeis e curtas. Para se contrapor à crise, o capital global levou a níveis recordes a acumulação de capital, com a elevação das taxas de exploração da força de trabalho (aumento da produtividade) e, conseqüentemente, a potenciação de novas crises.” (COGGIOLA, 2012, p. 16).

sua própria natureza e constituição inerente, o capital nelas *prospera* (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é [1] intensificá-las, [2] transferi-las para um nível mais elevado, [3] deslocá-las para um plano diferente, [4] suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, [5] exportá-las para uma esfera ou um país diferente. É por isso que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 799-800).

O arsenal de medidas deslocadoras das contradições tende a esgotar-se e torna-se progressivamente menos eficaz, levando a uma mudança essencial no modo de manifestação das crises cíclicas. Com o passar dos anos elas revelam com profunda crueza a incapacidade e a impossibilidade do capital para ver as causas enquanto causas, e, portanto, de reconhecer os limites absolutos ao metabolismo social. Ao tempo em que protege, com todos os meios a seu alcance, sua reprodução ampliada, que sobrepõe sua lógica alienada de lucratividade a tudo, inclusive às necessidades sociais humano-genéricas e à preservação da vida natural – condições vitais à vida social.

SOBRE AS CRISES cíclicas

As crises que ocorreram até a derrocada final do feudalismo eram mais locais e mantinham uma estreita vinculação com a atividade agrícola, época em que a “produção de mercadorias destinadas fundamentalmente à troca não dominava o conjunto da vida social”. Tendo seu epicentro no setor rural, seus efeitos afetavam os demais espaços da vida econômica, provocando o agravamento dos problemas sociais e políticos e impulsionando os enormes revolucionamentos que culminaram com a Revolução Francesa, no século XVIII. Coggiola (2009) resgata a cronologia das crises do período de transição ao capitalismo, distinguindo-as¹¹ daquelas que se tornarão uma marca indelével do capitalismo dos monopólios, na virada do século XIX para o século XX:

Apartir de 1870, os mecanismos de ligação entre preços agrícolas e crises têxteis desapareceram definitivamente. As penúrias alimentares foram substituídas pelas superproduções relativas. Tiveram início então as “crises modernas”, ordenadas por um ritmo cíclico interno próprio. Embora cada crise apresentasse características

próprias, correspondentes às conjunturas particulares nas quais se inscrevia, de uma maneira geral se faziam notar pela contração brutal da economia, dificuldade de escoamento da produção industrial, queda dos preços, falências de numerosas empresas, quebra da bolsa, desemprego e redução dos salários e tensões sociais. (COGGIOLA, 2009, p. 111).

Tais danos sociais advindos dos desequilíbrios da produção capitalista são imediatamente sentidos pela classe trabalhadora, pois é ela que absorve as maiores perdas em seu poder aquisitivo, nas condições e na oferta de trabalho, e no risco de reproduzir-se sem ter assegurado o mínimo para a sua subsistência. Da parte dos capitalistas, num contraponto desigual em relação ao risco à existência social, o desastre econômico ceifa capital industrial excedente e financeiro-especulativo, impossibilitados, pela crise, de realizar seu fluxo de valorização num mercado saturado de mercadorias, sem a correspondente realização através do consumo das famílias e das empresas.

Esse cenário se repete de modo mais catastrófico na crise de 1929-1933. A essa altura não se previa quando nem como o ciclo das crises do capital, e suas contradições mal resolvidas, retornaria, nem mesmo sua extensão e duração.

Desde os economistas clássicos, acreditava-se que as leis do mercado dariam conta de remover as disfunções e desequilíbrios que advinham com as crises. O que se observava nestes momentos eram sintomas de desajustes conjunturais e naturais da economia de mercado, e, portanto, uma vez tomadas as medidas corretivas necessárias, o fluxo do crescimento retornaria a seu curso normal. Como o capital não pode reconhecer as determinações causais das crises, pois teria de questionar sua própria lógica reprodutiva (sua *causa-sui*, nos termos de Mészáros), só pode tratar de seus efeitos e consequências e aceitar apenas ajustes limitados no estrito interesse de sua dinâmica autoexpansiva. Desse modo, quando é desafiado pelas crises, sua capacidade interventiva é marcada por uma temporalidade “*a posteriori e retrospectiva*”. Não há nada para além dele a ser feito, somente mais do mesmo, no sentido da restauração e recomposição. (MÉSZÁROS, 2002, p. 177).

Mészáros adiciona ainda o fato de que:

Dadas as suas determinações estruturais fundamentais, às quais deve se adaptar tudo o que existe sob o sol, o modo de funcionamento do capital só pode ser *reativo e retroativo*,

11) “Entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, os países manufatureiros europeus nos quais predominava a produção têxtil, França e Inglaterra especialmente, viram surgir outro tipo de crise: as denominadas ‘crises mistas’. Elas se distinguíam das primeiras por não estarem inteiramente determinadas pela conjuntura agrícola, embora o ‘mercado dos cereais’ ainda exercesse forte influência sobre os rumos e ritmos da atividade econômica como um todo e da indústria leve de um modo particular.” (COGGIOLA, 2009, p. 110).

mesmo quando os defensores do sistema falam – muito inadequadamente – de sua “reestruturação” benéfica. Na realidade, nada pode criar uma abertura real. O impacto de eventos históricos inesperados – que surjam, por exemplo, de uma grande crise – mais cedo ou mais tarde terá de ser comprimido de volta em seu molde estrutural preexistente, tornando a *restauração* uma parte constituinte da dinâmica normal do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 177).

Foi assim que as “personificações do capital” nos EUA enfrentaram a crise de 1929. O país viu-se surpreendido por seu efeito devastador, sem detectar os sinais que já se anunciavam antes da famosa quinta-feira negra (24 de outubro de 1929), quando a Bolsa de Valores de Nova Iorque despencou, resultando numa grande crise e gerando pânico geral. Galbraith, em seu estudo sobre a Grande Crise de 1929, afirma que num primeiro momento, “muitos evitaram reconhecer os problemas que estavam a explodir”. Tentou-se minimizar os efeitos do estouro da Bolsa como algo possível de ser contido. Chegou-se a afirmar que “o mercado de ações era meramente a espuma, e que a verdadeira substância da vida econômica consistia na produção, no emprego e nas despesas de consumo, e nenhum destes factores seria afetado” (GALBRAITH, 1972, p. 150).

A crise de 1929 durou quase dez anos e só vai encontrar as condições adequadas para lograr a restauração do sistema após nos levar à devastação da Europa e à morte de milhões de pessoas com a 2ª Guerra Mundial. A devastação econômica foi de uma abrangência ainda maior que as crises cíclicas anteriores, segundo Galbraith (1972), desempregando 40 milhões de trabalhadores em diversos países. Nos EUA, considerado à época o “centro da economia mundial”, com posse de 45% do ouro mundial, 4 mil bancos foram à falência, os salários caíram 40%, 14 milhões de trabalhadores foram jogados no desemprego e a renda nacional reduziu-se em 50%. A crise espalhou-se pelo restante dos países europeus, provocando o alastramento do desemprego, a queda das exportações e da produção industrial, alcançando em 1932 seus índices mais baixos.

No período imediatamente anterior, os EUA viviam um *boom* econômico, com altas taxas de crescimento

entre 1921 e 1929, em boa parte movido por “impulsos artificiais” (Mello; Costa, 1993), o que não se pôde sustentar quando se deu a combinação explosiva de três fatores geradores de desequilíbrio: uma superprodução agrícola, um crescimento da produção industrial, sem a contrapartida de um crescimento proporcional da capacidade de consumo (a despeito do crescimento dos salários), o que impediu a realização do valor das mercadorias superproduzidas¹².

A Crise de 1929 e seus desenvolvimentos posteriores comprovam que o desequilíbrio entre produção e consumo constituiu apenas um limite relativo, passível de sua ultrapassagem e impulsionador de um novo ciclo de crescimento do capital, lançando-o a um patamar superior de reprodução ampliada sem igual (os 30 anos dourados) no pós-Segunda Guerra.

Uma crise cíclica, como a de 1929, deixou “um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, bem como para sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla”. Os limites relativos¹³, ressalta ainda Mészáros em sua caracterização do caráter cíclico da crise, “parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 793/798).

A capacidade de deslocar as contradições imediatas e desobstruir os bloqueios à autoexpansão do capital é o que marca a distinção entre este tipo de crise e uma crise estrutural. Não se trata de uma distinção formal, nem mesmo de uma classificação baseada em indicadores temporais ou espaciais mensuráveis, que possa esclarecer a verdadeira diferença ontológica entre elas. Enquanto o sistema conseguir deslocar/transfere as contradições, por meio da expansão em escala sempre superior ao período anterior, evitando que se transformem em barreiras a seu desenvolvimento “natural” ou que o impeçam de manter “o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu modo real de funcionamento”, “não pode haver qualquer crise estrutural”¹⁴ (MÉSZÁROS, 2002, p. 103/798). Considerem-se, ademais, os mecanismos de restauração operados pelo sistema.

12) Conforme os dados fornecidos por Mello e Costa (1993, p. 252), havia uma desproporcionalidade entre a produção industrial e a capacidade de consumo, apesar da euforia do boom econômico e do crescimento dos salários: “enquanto o valor dos produtos industriais subiu cerca de 10 bilhões de dólares entre 1923 e 1929, o aumento global dos salários não foi além dos 600 milhões” – a demanda não acompanhou a produção.

13) Compreendem-se como limites relativos aqueles “que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

14) De outra maneira, ao se referir à crise de 1929-33, destaca Mészáros, como já mencionado: “O fato é que, por maior que fosse a crise, ela estava longe de ser uma crise estrutural, ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital (...)”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 793).

De acordo com Mészáros,

as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) (MÉSZÁROS, 2002, p. 798).

Durante algum tempo, o sistema do capital pôde desvencilhar-se das contradições geradas pela prevalência do valor de troca e do valor que se autovaloriza, em detrimento do valor de uso, das necessidades humanas e do consumo real dos indivíduos, os verdadeiros objetivos do metabolismo social com a natureza desde tempos imemoriais. Pôde ampliar sua capacidade produtiva e alterar seu funcionamento, ultrapassando os desajustes entre produção e consumo/realização, aumentando a produtividade do trabalho, utilizando os recursos políticos, econômicos e militares do Estado para absorver o excedente de mercadorias e de capital numa escala gigantesca (o complexo industrial-militar, o *New Deal* de Roosevelt, o *Welfare State*, que é o caso mais exemplar enquanto durou, a “modernização” do “Terceiro Mundo” etc.), promovendo uma política de conciliação de classe nos países desenvolvidos à custa da mais-valia extraída dos trabalhadores da “periferia” do mundo, e, por fim, amortecendo a luta de classes com a incorporação de parte significativa da classe trabalhadora como beneficiária do consumo de massas, ainda que sempre subordinada a seus critérios de lucratividade.

Esse arsenal de medidas cumpriu sua função e levou muitas forças de esquerda a acreditarem que o capitalismo humanizado (por via do consumo de massas) poderia, ao ser estendido progressivamente, realizar os princípios do socialismo democrático. As reformas seriam mais eficazes que o confronto de classes direto com o capital, e se poderia controlar o impulso alienante e concentrador do capital na esfera econômica, através de mediações políticas tal como a luta parlamentar.

O período da estratégia anticíclica do sistema do capital, do pós-Segunda Guerra até o início da segunda metade do século XX, e as posições de rendição adotadas no período pelos representantes de seu antagonista de classe – o trabalho – resultaram na “revitalização” do

capital e não em uma progressão ao socialismo com o fortalecimento e a autonomia da classe trabalhadora para empreender a luta por sua emancipação. Os ganhos materiais e políticos obtidos à época¹⁵ estavam em perfeita consonância com as margens de lucro em recuperação pós-crise e serviam à necessidade de se criar um consumo de massa para uma produção de massa. Foi o que gerou a base material para a ascensão e o predomínio do reformismo¹⁶, fortemente influente no movimento internacional dos trabalhadores até os dias de hoje. (MÉSZÁROS, 2002, p. 896)

De maneira distinta das crises cíclicas anteriores, pôde-se contar com um equilíbrio temporário, sustentado pela estratégia keynesiana, ao utilizar-se o poder do Estado e sua intervenção direta na ativação da economia como corretivo do automatismo do mercado, incapaz de contornar, sozinho, as contradições do sistema. O capital estendeu ao máximo o uso de todos os recursos disponíveis, ao tempo que aumentou a escala da produção, gerando um consumo artificial desmedido, a ponto de esbarrar no limite do consumo real dos indivíduos (não havia mais como manter o alto consumo) e esgotar a ocupação dos territórios e mercados do planeta – a “invasão pelo capital de tudo o que poderia ser invadido ou usurpado”. Não restava mais nada a ocupar na escala necessária. (MÉSZÁROS, 2002, p. 267)

A partir dos anos de 1970 é que mais claramente se pode perceber uma inflexão radical na natureza do sistema do capital, que o faz transitar, movido por suas contradições imanentes insanáveis estendidas e aprofundadas no tempo, de uma produção genuína (e seu “papel civilizador”) a uma produção destrutiva.

Para Mészáros,

o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital mediante formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagonica à *produção genuína*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

A produção genuína, até aqui, pôde coincidir com a autorreprodução ampliada do capital, promovendo

15) Um estudo crítico sobre o verdadeiro significado do Welfare State para os trabalhadores do mundo, baseado numa farta documentação de pesquisa, pode ser encontrado em Lessa (2013).

16) Acerca da relação entre reformismo e sua relação com a base material da fase de ascensão do capital, em Mészáros, ver a tese de doutorado defendida por Melo (2017), na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

a expansão do círculo de consumo a espaços ainda integráveis ao mercado interno e ao mundial, pois dependia da produção e da ampliação do consumo real do valor de uso e da produção da abundância. Enquanto havia territórios ainda a ser conquistados, nada impedia a continuidade da acumulação e a superação das crises temporárias, sempre alcançando novos índices de crescimento da riqueza. Mas esse período de ascendência do capital não pôde durar indefinidamente, como acreditavam os economistas clássicos. Medidas novas tiveram de ser tomadas para administrar um novo tipo de crise que se anunciava: uma crise estrutural.

A imposição do que Mészáros denomina de “*autorreprodução destrutiva*” exige uma reformulação incontornável das estratégias perpetuadoras da acumulação e da expansão requeridas. A reestruturação das relações de produção e sociais de trabalho, exigência para se enfrentar os problemas de crescimento da acumulação herdados da falência do *Welfare State*, acentuou a busca pelo aumento da produtividade por meio da inovação tecnológica e da intensificação da redução do tempo de trabalho necessário. Trouxe, por consequência, a redução de postos de trabalho, empurrando enormes contingentes de trabalhadores para as fileiras do desemprego, que a essa altura já se apresentava como uma tendência ao desemprego crônico.

Nos termos de Mészáros, o sistema começa, paradoxalmente em seu próprio benefício, a “estipular a brutal ejeção de um número crescente de pessoas do processo de trabalho”, ativando uma “contradição antagônica” no interior do próprio sistema. O modo de operação do capital se nutre assim de uma inevitável tendência à “taxa de utilização decrescente” do trabalho. Gera uma nova modalidade de contradição interna, pois, “de um lado, encontramos o apetite *sempre crescente* do capital por ‘consumidores de massa’, enquanto, de outro, a sua necessidade *sempre decrescente* de trabalho vivo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 694/673).

Curiosamente, parece haver passado despercebido, ou ser inevitável, o fato de os trabalhadores desempenharem um duplo papel – de produtor e de consumidor – e, ao reduzir-se a massa de salários em relação ao capital superproduzido, novamente se repor a contradição estrutural entre a produção e o consumo/

realização.

Forçosamente o sistema do capital continua seu fluxo reprodutor de mercadorias e de lucro, encontrando novas formas de evadir-se dos constrangimentos do consumo real; promovendo a destruição direta de riqueza acumulada, e gradativamente de suas fontes primárias de riqueza (a força de trabalho e a natureza); instaurando a produção perdulária, juntamente com a “*aceleração* da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo *já existente*), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo”; determinando “a *restrição artificial* do círculo de consumo e a *exclusão* dele das massas ‘desprivilegiadas’ (isto é, a esmagadora maioria da humanidade)”; reduzindo a vida útil das mercadorias mediante a obsolescência planejada, entre outras perversas medidas que se juntam ao desemprego estrutural na esfera global (MÉSZÁROS, 2002, p. 680/685).

Assim é que o precedente caráter civilizatório do sistema do capital que “representou um avanço histórico”, evolui para uma modalidade de produção destrutiva em que “a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente *problemático*, já que parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*”, a tal ponto que, mantida esta tendência avassaladora e a crise estrutural que a acompanha, coloca-se na ordem do dia a ameaça de destruição da humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 977/527).

A CRISE ESTRUTURAL E AS CONTRADIÇÕES IMANENTES DO CAPITAL

A crise que acompanha essa evolução para a produção destrutiva muda substancialmente seu caráter em relação às crises anteriores. Ela se insere na história do sistema do capital como uma crise que expõe o esgotamento das medidas corretivas do passado e a eficácia deste modo de controle do metabolismo social para garantir a reprodução social da população planetária. Ao mesmo tempo em que a riqueza social total cresce e se concentra cada vez mais num reduzido grupo de privilegiados do sistema¹⁷, agravam-se os problemas sociais e expande-se a escassez¹⁸, numa clara negativa das aspirações originais capitalistas, que prometiam

17) Os dados divulgados anualmente pela OXFAM, uma entidade reconhecida pela qualidade de suas pesquisas, e também, cabe ressaltar, pelo enorme esforço empenhado (em suas recomendações) na tentativa de encontrar saídas jurídico-legais distributivas e humanitárias para a crise estrutural do sistema do capital, são assustadores. O relatório de 2018 revela que “De toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foram parar nas mãos do 1% mais rico do planeta.”, num processo acelerado de concentração de riqueza que tem marcado os últimos anos. Acrescenta ainda que a “riqueza dos bilionários aumentou 13% ao ano, em média, desde 2010 – seis vezes mais rapidamente do que os salários pagos a trabalhadores, que tiveram aumento de apenas 2% por ano, na média, no mesmo período. Enquanto isso, mais da metade da população mundial vive com renda entre US\$ 2 e US\$ 10 por dia”. (OXFAM, 2018)

18) No sentido analisado por Mészáros, uma escassez, “primeiramente natural, mas, depois, cada vez mais causada pelos-homens de forma paradoxal e assustadora”. Em razão da história presente, pois sob a ordem do capital, o “‘domínio do homem sobre a natureza’, frágil e de muitas maneiras ilusório” é realizado “estritamente para o benefício da minoria no poder, ao preço do jugo da vasta maioria da humanidade às demandas alienantes da produção de mercadoria”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 608-609).

a abundância e a possibilidade a todos os indivíduos de usufruir de sua natureza essencialmente benéfica e progressista. Não é o que se pôde observar, uma vez que,

Enquanto os apetites naturais são limitados, o apetite do capital para a expansão assim como o impulso de suas personificações para a acumulação de riqueza sob o imperativo da expansão do capital são ilimitados. Por isso a escassez não deve ser simplesmente reproduzida, mas reproduzida com ímpeto e em escala sempre crescentes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 951).

A legitimidade da ideia de crescimento e desenvolvimento para todos, ainda que sob o manto da desigualdade natural, é superada com a crise estrutural, já que o expansão do valor de troca resultou em desperdício e na transformação da sociedade da “abundância em uma ilha” (MÉSZÁROS, 2007).

A crise estrutural espalha-se por todos os âmbitos da atividade produtiva e reprodutiva e se manifesta como uma crise que “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos”. Exatamente porque funciona “como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

As contradições do capital que se avolumam e encontram sua aparente superação com o avanço da produção destrutiva e perdulária, num equacionamento frágil da contradição fundamental entre produção e consumo, somente podem livrá-lo, “*por enquanto*, dos colapsos espetaculares do passado”, substituindo a “anormalidade” das crises periódicas pela manifestação de distúrbios notificados por “doses diárias menores”,

“A CRISE ESTRUTURAL ESPALHA-SE POR TODOS OS ÂMBITOS DA ATIVIDADE PRODUTIVA E REPRODUTIVA E SE MANIFESTA COMO UMA CRISE QUE “AFETA A TOTALIDADE DE UM COMPLEXO SOCIAL EM TODAS AS RELAÇÕES COM SUAS PARTES CONSTITUINTES OU SUBCOMPLEXOS”. EXATAMENTE PORQUE FUNCIONA “COMO UMA PODEROSA – NA VERDADE, ATÉ O PRESENTE, DE LONGE A MAIS PODEROSA – ESTRUTURA ‘TOTALIZADORA’ DE CONTROLE À QUAL TUDO O MAIS, INCLUSIVE SERES HUMANOS, DEVE SE AJUSTAR (...)”



constituindo um “padrão linear de movimento” e, portanto, instaurando um quadro de normalidade em meio a uma instabilidade permanente (MÉSZÁROS, 2002, p. 697).

A crise estrutural, em relação às crises do passado, é impulsionada pelo bloqueio dos canais de deslocamento, na escala necessária, das contradições imanentes do capital, impedindo-o que prolongue indefinidamente seu sempre recuperável movimento rumo à ascendência em cada crise superada.

Por isso, e por tudo o mais já mencionado, a instauração da crise estrutural exige um acurado exame para que se possa detectar o que traz de “novidade histórica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 795), como se manifesta, e como sua superação coloca a exigência para que se abra uma criativa e inovadora fase histórica de confrontos de classe do trabalho contra o capital, reorientando sua energia política estratégica e organizativa, da fase de colaboração reformista na revitalização do sistema do capital, para uma ofensiva socialista – que torne possível se ir para além do capital.

Mészáros enfatiza, no entanto, que a atualidade histórica da ofensiva socialista – dada a exaustão das concessões interesseiras que o capital podia fazer no passado a um movimento do trabalho defensivamente articulado – não significa que o sucesso esteja assegurado nem que sua realização esteja próxima. “*Histórica*”, aqui, significa, por um lado, que a necessidade de instituir algumas mudanças fundamentais na organização e a orientação do movimento socialista se apresentou na agenda histórica; e, de outro lado, que o processo em questão se desdobra sob a pressão de determinações históricas poderosas, empurrando a função social do trabalho na direção de uma ofensiva estratégica prolongada caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas também seus objetivos mais limitados. O percurso à frente é provavelmente muito árduo e, certamente, não tem atalhos nem pode ser evitado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 858).

Ignorar as alterações substantivas na natureza da crise estrutural pode provocar uma danosa desorientação da classe trabalhadora, até mesmo em seus embates mais cotidianos, levando-a a iludir-se de que ainda há espaço para conquistas materiais e políticas duradouras e cumulativas, ou para a reconquista dos direitos usurpados no interior do ordem do capital. Isso a torna mais vulnerável e despreparada para enfrentar o aprofundamento da crise estrutural, que o capital

não consegue conter, pois não dispõe dos recursos apropriados para controlá-la, em níveis administráveis, por muito mais tempo.

Não é incomum que se negue que estamos vivendo sob o peso de uma crise estrutural. Por um lado, a gravidade da crise estrutural é minorada, por não se constatar como seu *modus operandi* as grandes explosões das crises do passado, como o caso emblemático da crise de 1929. Por outro lado, considera-se a eclosão da crise financeiro-imobiliária de 2008 nos EUA, que se espalhou pelo resto do mundo em ondas de intensidade variada, como sendo aquela que inaugurou o período da recente grande crise (estrutural) do capital. Para muitos, a partir daí é que se passa a levar a sério, junto a uma crença na possibilidade de recuperação das taxas de lucratividade do passado, os períodos recorrentes de desestabilização financeira amplificada do capital, enquanto modo de controle dominante do metabolismo social. Pouco se deu atenção ao fato de que a explosão da “bolha” imobiliária, em 2008, antes de ser causa, foi consequência das desmedidas ações implementadas de duvidosa eficácia para a ativação artificial da circulação/realização do excesso de mercadorias e capitais, nos anos imediatamente precedentes. Mais ainda, que os fundamentos desse longo processo de crise são identificáveis muito antes dos anos 2000. A crise de 2008 nada mais foi, em seu modo peculiar, do que uma explosão de sintomas represados da crise estrutural do sistema do capital¹⁹.

A crise de 2008, a despeito da disponibilidade astronômica de recursos monetários e político-estatais mobilizados para a preservação do sistema bancário americano e mundial, proporcionou apenas um pequeno alívio ao cataclismo financeiro que renunciou, mas não alterou, as causas que continuam em operação – apenas temporariamente controladas –, exigindo, em seguida, a permanente procura por novas válvulas de escape ou o uso de outros “expedientes evasivos”²⁰.

Passados dez anos, a “calmaria” aparente do

sistema não é uma garantia de que tais desajustes e contradições não retornarão “como uma vingança” (MÉSZÁROS, 2009, s/p). A ausência de explosões das contradições por meio de crises, como era comum no período das crises periódicas, não significa que o sistema recuperou sua capacidade ascendente de acumulação e descobriu novos meios a-problemáticos e suficientes de expansão.

A crise estrutural se manifesta de forma diversa e surpreendente, levando Mézáros a considerar que

Seria (...) um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, em vez da representação de um continuum depressivo, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 697).

O que permanece determinante no histórico de crises do capital é o fato de que as contradições provocadas pela sua autovalorização alienada, subsumindo as necessidades sociais e o critério produtivo ao valor de troca, junto à ação destrutiva do trabalho com o aparecimento do “desemprego estrutural” e à degradação do meio natural, não desaparecem; apenas se repõem de maneira mais agravada, e, no caso da crise estrutural, transformam-se em limites absolutos – estruturais²¹. Esses limites absolutos, quando ativados no contexto da crise estrutural, significam, por um lado, um impactante obstáculo à autorreprodução do capital, e não há como desativá-los, pois expressam contradições insuperáveis do sistema; e, de outro lado, são agravados, ao exigirem a manipulação de recursos cada vez mais vultosos, com reduzida capacidade de atenuação dos conflitos daí resultantes.

Diferentemente das crises anteriores, uma crise estrutural se defronta com os limites últimos da totalidade

19) “Em 1973-1975, com a recessão, terminou o período chamado ‘os trinta gloriosos’, cujo fundamento foi – nunca é demais repetir – a imensa destruição de capital produtivo e meios de transporte e comunicação provocada pelo efeito sucessivo da crise dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial. O capital encontrou-se novamente confrontado com suas contradições internas, sob a forma do que alguns chamaram de ‘crise estrutural do capitalismo’”. (CHESNAIS, 2012a, s/p).

20) “No final de 2008 e 2009, houve uma destruição de ‘capital físico’, de capacidades de produção na Europa e EUA. Os efeitos de saneamento com vistas a uma ‘recuperação’ foram contrapostos pela continuação da acumulação na China. De 2000 a 2010, o crescimento do investimento fixo bruto na China foi de uma média de 13,3% ao ano, de tal modo que o percentual de investimento fixo no PIB saltou de 34% para 46%. Esta expansão do investimento não se deve tanto ao aumento dos gastos públicos, mas, antes, é o resultado de mecanismos profundos, reveladores de processos descontrolados, ou deve-se a um verdadeiro expediente evasivo.” (CHESNAIS, 2012a, s/p).

21) Mézáros se refere a um conjunto de quatro determinações, que atuam não isoladamente, mas em interação recíproca, incidindo na ativação dos limites absolutos do sistema do capital: “1. a contradição entre a tendência fundamental de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais; 2. a tentativa de ir além de suas possibilidades é a marca da relação do capital também com as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza; 3. a emancipação das mulheres é impossível de avançar da ‘igualdade formal’ à igualdade real, da mesma maneira que esta não pode ser concedida à força de trabalho em geral; 4. o desemprego em massa, que assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 227/250/268/225).

do sistema, os quais não pode respeitar, pois, de acordo com sua própria lógica, é impulsionado a ir para além deles²². Deve-se evitar a qualquer custo, sem avaliação das consequências futuras, que tais limites se transformem em bloqueios permanentes e se interponham no caminho da autoexpansão do capital.

Para isso, o capital, em crise estrutural, tem contado cada vez mais com a ajuda do Estado capitalista, que passa a agir não mais apenas em “situações de emergência, mas em base contínua”, com o intuito de “promov[er] e dirig[ir] (...) o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental” (MÉSZÁROS, 2002, p. 700).

O efeito atenuador da ajuda do Estado não tem sido suficiente para impedir o agravamento da crise estrutural, ao contrário, ela se estende também a uma crise da política (torna-se “uma verdadeira crise de dominação em geral”), dado o lugar peculiar que o Estado ocupa na sustentação da totalidade do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

De acordo com o estudo de Mészáros sobre a crise estrutural,

seria um milagre absoluto se essa crise não se manifestasse – e de facto num sentido profundo e amplamente abrangente – no domínio da política. Pois a política, em conjunto com o seu enquadramento legal correspondente, ocupa uma posição vitalmente importante no sistema do capital. Isto se deve ao facto de o Estado moderno ser a estrutura de comando político totalizadora do capital, exigida (enquanto a ordem reprodutiva agora estabelecida sobreviver) de forma a introduzir algum tipo de coesão (ou uma unidade de funcionamento eficaz) – mesmo numa bastante problemática e periodicamente avariada – dentro da multiplicidade de constituintes centrífugos (o “microcosmos” produtivo e distributivo) do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2006, s/p).

Diante disso, podemos falar de uma crise estrutural também da política, a qual, tal como a crise estrutural da totalidade do sistema, não tem como ser resolvida isoladamente ou no interior dos parâmetros reprodutivos da ordem estabelecida. Para Mészáros, a “crise estrutural da política é uma parte integrante da há muito supurada crise estrutural do sistema capitalista. É omnipresente e, conseqüentemente, não pode ser resolvida através da manipulação autoperpetuadora e apologetica de qualquer

dos seus aspectos políticos isolados” (MÉSZÁROS, 2006, s/p).

Isso não quer dizer que mediante a dinâmica do conjunto de contradições que caracterizam a essência da crise estrutural não se obtenham alguns “sucessos conjunturais, como resultantes de uma relativa ‘reversão positiva’, no devido tempo, de determinantes meramente cíclicos da crise atual do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 810). Em situações semelhantes, cujas manifestações fenomênicas positivas podem nos confundir, desconsidera-se a evidência concreta de que esses sucessos são parciais e insuficientes para alterar os determinantes estruturais da crise estrutural e podem apenas desviar nossa atenção da progressão contínua dos profundos problemas sociais de nossa época. O capital consegue “manipulá-las [as contradições] aqui e ali, mas elas voltarão como uma vingança” (MÉSZÁROS, 2009, s/p).

Em conformidade com o exposto até aqui, não é demasiado concluir, como Mészáros o faz sem hesitação, que o capital, por gerar as próprias contradições que o sustentam e por não ter interesse algum em intervir na causalidade da crise, em razão de sua *causa sui* (autovalorização alienada do valor), faz com que a crise estrutural visível há mais de 40 anos “[ponha] em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

A crise estrutural é a expressão do esgotamento deste modo de controle do metabolismo social, uma vez que já não conta mais com os recursos necessários que, de alguma forma, no passado puderam servir de alavanca impulsionadora à restauração do sistema. Está em operação um conjunto de contradições sem possibilidade de reversão, que aponta para a necessidade de respostas radicais, “já que os amedrontadores e sempre crescentes poderes de destruição que se acumulam (...) podem nos precipitar na ‘barbárie’ de Rosa Luxemburgo, em vez de garantir o final socialista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 558).

Para Mészáros,

Apesar disso, podemos falar da era de transição ao socialismo, com base no fato de que o capital conta com uma margem cada vez mais perigosamente *estreita* de alternativas viáveis à plena ativação de sua crise estrutural. Assim:

- o *encolhimento* do tamanho do mundo diretamente controlado pelo capital privado no século XX;
- a enorme magnitude dos *recursos*

22) “Significa simplesmente que a tripla dimensão interna [produção e controle, produção e consumo e produção e circulação/distribuição/realização] da autoexpansão do capital exibe perturbações cada vez maiores.” Com a crise estrutural, a “situação muda radicalmente, (...) quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras (...). A partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799-800).

necessários para o deslocamento das contradições, limitados pela redução crescente e ameaçadora da *lucratividade*;

– a *saturação* lentamente emergente da estrutura global da produção de capital rentável;

– as dificuldades crônicas encontradas na, e geradas pela, elevação da renda necessária para manter em existência as seções *parasitárias* do capital, às expensas de sua parte *produtiva*;

– o perceptível enfraquecimento do *poder ideológico* das instituições manipuladoras (que foram originalmente estabelecidas nas circunstâncias da expansão econômica do pós-guerra e seu irmão gêmeo: o “Estado de bem-estar social”) em tempo de recessão e crescente “desemprego estrutural”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 558-559).

Esses determinantes objetivos, que apontam para um cenário favorável às forças antagonistas do trabalho, carecem de uma consciência socialista e de meios organizacionais correspondentes aos desafios postos no caminho de uma transcendência positiva do conjunto de contradições do capital que ameçam a história presente. Desse modo, podemos evitar descaminhos retardadores de uma alternativa socialista; no entanto, não se trata apenas de constituir uma subjetividade revolucionária comprometida com seu tempo e o futuro a construir. É “o caráter objetivo das novas condições históricas que *por fim* decide a questão, não importando quais sejam os atrasos e desvios que possam acompanhar as circunstâncias dadas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

Diante desse quadro histórico de crise profunda, Mézáros coloca como inevitável reconhecer que somente “soluções estruturais” podem gerar as condições necessárias para a superação da crise estrutural e, portanto, do “complexo global envolvido” – o sistema do capital em sua totalidade.

A possibilidade de vitória em algumas batalhas poder nos levar a “ganhar a guerra” torna-se historicamente viável com a crise estrutural. Deve-se, entretanto, atentar para o realismo da ressalva de Mézáros:

como as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente aceitarmos o “salto para o desconhecido”, é mais

provável que se prefira seguir a “linha de menor resistência” ainda por um tempo considerável, mesmo que isso signifique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas. Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada espontânea para uma solução radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

A CRISE ESTRUTURAL E A POSSIBILIDADE DA REVOLUÇÃO SOCIAL

A distinção entre crise cíclica e crise estrutural só tem alguma valia teórico-política se nos favorecer na compreensão de suas determinações e diferenças essenciais e nos orientar na constituição dos meios adequados para se enfrentar os graves desafios atuais à sobrevivência da humanidade. Como também se nos tornar capazes de dar respostas positivas para a constituição de um novo tipo de metabolismo social, no qual: os produtores realizem a reintegração consciente entre “produção e controle”, readquirindo o poder sobre sua existência social; possam impor novos valores autodeterminados na relação entre “produção e consumo”; e possam imprimir a igualdade substantiva (não a formal liberal) como critério inegociável na distribuição do resultado da produção associada dos produtores diretos (“produção e distribuição”). A relação homem-natureza, fundada no trabalho social, igualitário e universal, somente se tornará realidade quando se puder efetivamente superar as contradições destas três dimensões fundamentais da vida social.

Não é de nosso interesse, neste artigo, abordar todos os elementos que ocupam o vasto debate teórico sobre as crises do passado e do presente no capitalismo. Temos como objetivo inserir neste debate a contribuição de Mézáros, ainda que de forma introdutória, pois nos parece, não poucas vezes, ser mal compreendida ou inapropriadamente utilizada e difundida. Como já mencionado, pode-se encontrar a utilização do conceito de crise estrutural ou sistêmica, sob uma perspectiva lógico-formal, carente de determinações ontológicas, concebendo-a como similar a alguma outra do passado²³ ou confundindo-a com crises recentes, como a de 2008, nos EUA²⁴.

23) Conceituação não compartilhada por Coggiola, quando afirma que as “crises do século XXI (novas tecnologias, subprime, produtos financeiros derivados, dívida pública) concentram todos os aspectos que as crises precedentes conseguiram, até certo ponto, encarar separadamente”. (COGGIOLA, 2012, s/p).

24) Em A Crise Mundial e o Brasil, Coggiola parece aproximar-se da compreensão de que vivemos uma crise estrutural, por uma via paralela à de Mézáros: “Os fundamentos do capitalismo estão questionados. Não é a crise financeira o que origina a recessão: o que faz a crise financeira é ilustrar que a fuga para o endividamento, que permitiu superar temporariamente a sobreprodução, não pôde prosseguir eternamente. A base das contradições do capitalismo, a sobreprodução de mercadorias e a consequente sobreacumulação de capitais, a incapacidade dos mercados de absorver as mercadorias produzidas (bens de consumo e de capital), voltam ao primeiro plano”. (COGGIOLA, 2012, s/p).

A exclusão da análise orientada pela totalidade²⁵ e por seus determinantes fundamentais, não apenas conjunturais, do período de crise que vivemos desde os anos de 1970, impossibilita ao antagonista de classe do capital – o trabalho – avaliar com precisão e objetividade as manifestações da crise estrutural e do conjunto de suas contradições insanáveis. Sem dúvida, a investigação profunda do significado destas explosões localizadas como a de 2008 é da maior importância, mas não será com o foco nelas, na sua parcialidade, por maior que seja seu impacto, que se poderá compreender a sucessão de crises registradas na história do capitalismo desde o século passado.

Apenas para exemplificar, podemos listar as crises da dívida externa dos países latino-americanos (1982), do México (1994), dos Tigres Asiáticos (1997), da Rússia (1998), das Bolsas das empresas dot.com (2000), da Argentina (2001), dos EUA (2008), entre outras. Ninguém menos que o ex-secretário do Tesouro dos EUA, economista-chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers, afirmou, segundo Coggiola, que “Durante os últimos 20 anos, grandes distúrbios financeiros ocorreram aproximadamente a cada três anos. Se iniciarmos a contagem a partir da crise do petróleo, de meados da década de 1970, teríamos 17 eventos de crise em três décadas e meia, um a cada dois anos, em média; as crises passaram a ser a regra da economia mundial” (COGGIOLA, 2012, s/p).

O que uma concepção equivocada dessa sucessão de crises pode provocar de descaminhos na definição das estratégias de luta da classe trabalhadora é uma das mais graves consequências. Compartilhamos a ideia, desde Marx, que somente a classe trabalhadora, e, em especial, o proletariado, é a classe historicamente desafiada a ir além do capital, e não apenas do capitalismo. O que, a esta altura da crise estrutural, significa dizer ser ela a única capaz de construir uma alternativa positiva ao metabolismo social do capital; este não pode nos oferecer nada mais que crise permanente e destruição.

Compreender os desafios da história presente implica reorientar as estratégias de luta do passado, sob o efeito das crises cíclicas. Naquelas circunstâncias históricas peculiares, o crescimento e a estabilidade temporária do sistema como um todo puderam absorver muitas das reivindicações defensivas do movimento

“A DISTINÇÃO ENTRE CRISE CÍCLICA E CRISE ESTRUTURAL SÓ TEM ALGUMA VALIA TEÓRICO-POLÍTICA SE NOS FAVORECER NA COMPREENSÃO DE SUAS DETERMINAÇÕES E DIFERENÇAS ESSENCIAIS E NOS ORIENTAR NA CONSTITUIÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS PARA SE ENFRENTAR OS GRAVES DESAFIOS ATUAIS À SOBREVIVÊNCIA DA HUMANIDADE”

operário, ainda que de forma desigual entre os trabalhadores dos países desenvolvidos e os da periferia. Não devemos esquecer que os ganhos obtidos, enquanto puderam ser mantidos, favoreceram também os ganhos ascendentes dos capitalistas.

Cabe ressaltar que um indicador mais real do avanço da luta defensiva dos trabalhadores, enquanto oposição de classe ao capital social total (não apenas a suas seções nacionais), é a relação de proporcionalidade destes ganhos com a acumulação do capital – o salário relativo²⁶ –, e não as conquistas no campo jurídico-legal, as quais podem conter demasiados estratagemas para a recuperação posterior da lucratividade do capital em relação aos ganhos obtidos, além de também poder ser revogadas na esfera da política institucional – no Estado. O aumento da taxa de exploração dos trabalhadores na periferia do capitalismo para financiar a cooptação dos trabalhadores dos poucos países desenvolvidos em que vigorou o *Welfare State* é uma prova irrefutável dessas estratégias.

Por mais combativa que tenha sido, em muitos momentos e lugares, a luta dos trabalhadores por direitos sociais e ganhos materiais, no momento em que as vantagens antes obtidas pelo capital (que acabaram por promover a revitalização da acumulação do capital) declinaram, a base material da crença reformista nos benefícios da política de conciliação de classes, do consenso e das lutas defensivas também ruiu.

A questão fundamental é que o sistema do capital alterou sua estratégia como uma autodefesa contra uma crise prolongada, acentuando o seu caráter destrutivo, o que impossibilita um retorno aos “anos dourados” do capitalismo. A acumulação e a expansão, que continuam incessantemente, não podem mais repor as taxas de

25) Não se trata de uma questão metodológico-ontológica de menor importância. Ao contrário, Mészáros nos alerta com precisão que “Sem se compreender as conexões sistêmicas globais e as implicações dos eventos específicos e os seus desenvolvimentos, perdemos de vista as mudanças realmente significativas e as correspondentes alavancas de potencial intervenção estratégica para afectá-las positivamente, no interesse da necessária transformação sistêmica. A nossa responsabilidade social consequentemente requer uma consciência crítica intransigente da inter-relação cumulativa emergente, ao invés de procurar garantias reconfortantes no mundo da normalidade ilusória até a casa desabar sobre as nossas cabeças”. (MÉSZÁROS, 2009, s/p).

26) Segundo Marx, “O salário é determinado, antes de tudo, por sua relação com o lucro do capitalista; é um salário relativo. O salário real expressa o preço do trabalho em relação ao preço das demais mercadorias, enquanto o salário relativo expressa a participação do trabalho no novo valor criado por ele, em relação à participação que, nesse novo valor, cabe ao trabalho acumulado, ao capital”. (MARX apud ROSDOLSKY, 2001, p. 245-246). Ver mais sobre o tema em Paniago (2017a)

lucratividade na escala ascendente requerida pela acumulação ampliada do capital. A ordem do dia no mundo é a elevação das taxas de mais-valia, atropelando todas as lutas de resistência da classe trabalhadora – despreparada que foi, ao crer que poderia controlar politicamente, com as lutas e as conquistas defensivas, o apetite insaciável do capital para acumular a riqueza alienada do trabalho.

Muito há para investigar sobre as consequências da estratégia defensiva que tem predominado no movimento internacional dos trabalhadores, e mesmo sobre forças do trabalho que se pretendiam alternativas a ela, mas que pouco puderam influir para a reversão da hegemonia reformista. Sobre esse tema não podemos ir adiante. O que podemos constatar no escopo deste artigo, entretanto, é que da ilusão reformista do movimento do trabalho passamos a uma cegueira paralisadora diante das transformações na estratégia acumulativa do capital em crise estrutural.

Hoje, o capital não pode sequer aproveitar-se das conquistas anteriores do trabalho para impulsionar a sua autoexpansão, como fez sob a política de consenso. O neoliberalismo – expressão político-econômica da fase da produção destrutiva – tenta há mais de 40 anos tirar o sistema do capital da crise estrutural. E não consegue, se observados a sucessão de crises interminável já mencionada e o acirramento desmedido da concorrência no mercado mundial.

O que interessa destacar é que não há mais espaço para ganhos materiais “desiguais e combinados” entre o capital e o trabalho. Ainda que eventualmente isso possa ocorrer, não serão suficientes para evitar uma confrontação antagônica, em que o capital procura estender seu controle sobre o metabolismo social ao limite da destruição da humanidade, e o trabalho, para garantir sua existência social, pois não há mais trabalho para todos, terá de enfrentar o capital enquanto tal, e não apenas as modalidades de capitalismo mais ou menos democráticas.

A democracia burguesa e o Estado têm desempenhado um papel fundamental na proteção dos interesses do capital, numa situação de crise estrutural que não pode ser controlada nem superada, restando como alternativa a transferência dos vultosos custos da crise aos trabalhadores em geral. Mas isso se estende até que se defronte com uma situação-limite que ultrapasse o suportável – tanto para o trabalho como para a autorreprodução do capital. Segundo Mészáros, a “verdade é que existe um limite além do qual acomodações forçadas e a imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, subjetivamente para os indivíduos envolvidos e objetivamente para a continuação do funcionamento da estrutura socioeconômica ainda dominante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

Devemos preparar-nos para a construção de alternativas que possam resolver positivamente os

“COMPREENDER OS DESAFIOS DA HISTÓRIA PRESENTE IMPLICA REORIENTAR AS ESTRATÉGIAS DE LUTA DO PASSADO, SOB O EFEITO DAS CRISES CÍCLICAS. NAQUELAS CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS PECULIARES, O CRESCIMENTO E A ESTABILIDADE TEMPORÁRIA DO SISTEMA COMO UM TODO PUDEAM ABSORVER MUITAS DAS REIVINDICAÇÕES DEFENSIVAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO, AINDA QUE DE FORMA DESIGUAL ENTRE OS TRABALHADORES DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E OS DA PERIFERIA”

antagonismos do sistema e interromper sua tendência destrutiva. A condição histórica que vivemos e a crise cujo agravamento penaliza os trabalhadores – aqueles que nada têm a ver com sua origem e desenvolvimento – exigem não apenas resistência à dominação do capital, mas a constituição de uma ofensiva socialista que vise realizar uma “reestruturação radical” do modo de vida, possibilitando que a reprodução social passe para o controle dos produtores e supere o capital enquanto um “sistema orgânico”.

Mészáros reivindica essa visão de totalidade tão cara a Marx, alertando para a necessidade de, no processo de transformação socialista, o capital “ser superado como um *sistema orgânico*, já que suas partes constituintes sustentam-se reciprocamente – em vez de limitar a mudança apenas à sua dimensão jurídica, enquanto mantém intacta em seus muitos aspectos a relação-capital herdada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 706).

A eclosão da crise estrutural no sistema do capital traz à ordem do dia a possibilidade de se avançar das revoluções políticas do passado à revolução social, conforme a formulação de Marx (1995). Do mesmo modo, coloca a necessidade de se incorporar as lutas defensivas à direção estratégica de uma ofensiva socialista, cujo objetivo seja garantir a continuidade da vida social sob uma “nova história”.

Em vista de todos esses desenvolvimentos objetivos da trajetória incontrolável e destrutiva do capital, a compreensão dos fundamentos ontológico-históricos da crise estrutural, em Mészáros, assume uma importância primordial. A ela estão diretamente articulados, e assim ganham sentido e força objetiva, a “atualidade histórica” da reorientação estratégica defensiva da luta dos trabalhadores para a uma luta ofensiva socialista; a inevitável e urgente autocrítica teórico-política a ser feita pelo “marxismo” reformista e derrotista de todos os matizes, que tem predominado no movimento internacional dos trabalhadores; e a possibilidade da revolução social, que antes da crise estrutural, viu-se inviabilizada de obter êxito e de abrir o

caminho a uma “nova história”.

Podemos verificar, nesta longa e esclarecedora citação de Mészáros, o peso e a relevância destas novas demandas teóricas e estratégicas para a classe trabalhadora revolucionária:

qualquer mudança que ocorra em um componente particular só pode se tornar algo puramente efêmero, a menos que possa reverberar plenamente por todos os canais do complexo institucional total, dando assim início às mudanças exigidas no sistema inteiro de totalizações recíprocas e interdeterminações. Como insistiu Marx, não bastava ganhar “lutas de guerrilha”, que poderiam ser neutralizadas e mesmo anuladas pelo poder de assimilação e integração do sistema dominante. O mesmo era verdade para o triunfo em *batalhas individuais* quando, em última instância, a questão era decidida nos termos das condições de ganhar a guerra. Por isso a atualidade histórica da ofensiva socialista tem imenso significado. Pois, sob as novas condições da crise estrutural do capital, torna-se possível ganhar muito mais do que algumas grandes (mas, no final das contas terrivelmente isoladas) *batalhas*, como as revoluções russa, chinesa e cubana. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795).

Como transformar as condições objetivas e subjetivas positivamente intensificadas pela crise estrutural do capital em potencialidade revolucionária e se descobrir as “mediações necessárias” para se “ganhar a guerra”, é outro campo de investigação e debate que se impõe com urgência. Atentemos, entretanto, para o risco de sermos tomados pelo imediatismo e pelo oportunismo, ambos inconsequentes, guiados pelo politicismo e pelas “falsas mediações”, as quais, pelo hábito e costume, ganharam *status* de verdade inquestionável. É preciso romper com a “paralisia teórica” (CLAUDIN, 1985, p. 86) de efeitos históricos comprovadamente danosos para a emancipação do trabalho, tornando-se capaz de reconhecer a prioridade objetiva de se fazer uma crítica radical de um mundo em rota de transformações profundas.

Contra essas tendências, a contribuição de Mészáros é inegável, pois trilhou o caminho da crítica



radical movido por sua experiência pessoal, quando se defrontou com as deformações do regime soviético sob Stalin na invasão das tropas soviéticas, na Hungria, em 1956. Em uma entrevista à *Socialist Review*, declara haver deixado a Hungria porque “estava convencido que estava acontecendo uma variedade de problemas muito fundamentais que o sistema não poderia resolver”. Decidiu então seguir uma orientação que havia ouvido de Lukács: “Lukács costumava dizer, com bastante razão, que sem estratégia não se pode ter tática. Sem uma perspectiva estratégica desses problemas você não pode ter soluções do dia a dia. Então eu tentei analisar esses problemas consistentemente, (...), em meus livros, desde então.” (MÉSZÁROS, 2009, s/p).

Pensamos ser esta também a preocupação a orientar nosso caminho no presente, e ao final deste artigo devemos evitar que nos venha à cabeça, num automatismo subjetivamente incontrolável, a pergunta do que devemos fazer no dia seguinte, em defesa da revolução social; e ao não encontrarmos uma resposta política tranquilizadora e imediata, negarmo-nos a reconhecer o peso objetivo das determinações da crise estrutural e continuarmos à mercê da estratégia reformista das lutas defensivas do passado.

Os desafios postos pela crise estrutural do sistema do capital não são poucos. A crise é profunda e, apesar de o estreitamento das opções atenuadoras da crise ser um dado real, o capital possui ainda recursos a usar, mesmo que estes tão só agravem as condições da existência da humanidade. São enormes as dificuldades para se solucionar todos os problemas produtivos e reprodutivos do sistema global. No entanto, os capitalistas podem produzir “soluções simplistas”, os socialistas, não! (MÉSZÁROS, 2009).

O fato de Mészáros nos forçar a reconhecer com toda crueza e realismo a situação em que vivemos, não retira das mãos dos trabalhadores a tarefa histórica da “reestruturação radical do edifício”, nem a esperança em uma alternativa positiva e sustentável à destrutividade da vida social pelo capital. Não se pode fugir da situação de aprofundamento da crise estrutural. Diante desta preocupação, Mészáros nos convoca a reconhecer que as “estruturas fundamentais devem ser completamente reestruturadas sob a força dessa crise; as pessoas terão de enfrentar o problema, terão de enfrentar o ‘como fazer’ (...). Nós devemos ter um quadro estratégico, mas as soluções devem se encontrar com relação à natureza exata da crise” (MÉSZÁROS, 2013, p.40). Até o momento, quanto ao reconhecimento da natureza da crise e das estratégias para superá-la, não se construiu um consenso que tenha produzido resultados positivos, tangíveis e abrangentes. Está posto tal desafio.

Que os trabalhadores e o pensamento crítico marxiano, que pretendem revolucionar a história, sejam capazes de aproveitar positivamente estas transformações objetivas em processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALTVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. *In*: Hobsbawm Eric. História do Marxismo, vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- CHESNAIS, François. A luta de classes na Europa e as raízes da crise econômica mundial (I) – François Chesnais. *In*: Carta Maior. Terça-feira, 10 de julho de 2012. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-luta-de-classes-na-Europa-e-as-raizes-da-crise-economica-mundial-I-/7/25351> Acesso em 17 de julho de 2018.
- _____. O capital “recapturado” pelos métodos escolhidos durante 40 anos para superar as barreiras imanentes. *In*: Carta Maior. Quarta-Feira, 20 de julho de 2012a. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Chesnais-Estamos-navegando-em-aguas-nunca-dantes-navegadas-/7/25678> Acesso em: 2 de agosto de 2018.
- CLAUDÍN, Fernando. A Crise do Movimento Comunista. São Paulo: Editora Global, 1985.
- COGGIOLA, Osvaldo. As Crises Econômicas e a Teoria Marxista. *In*: Revista de Economia Mackenzie, v. 7, nº 3. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.
- _____. A Crise Mundial e o Brasil. 2012. *Paper* (recebido do autor por e-mail).
- ENGELS, Friedrich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Lisboa: Edições Avante, 1975.
- GALBRAITH, John Kenneth. A Crise Econômica de 1929. Anatomia de uma catástrofe financeira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.
- KOFLER, Leo. Contribución a la historia de la sociedad burguesa. Ed. Amorrurtu, Buenos Aires, 1997.
- LASKI, Harold. O liberalismo europeu. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- LESSA, Sergio. Capital e Estado de Bem-Estar – o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- MARX, Karl. O Capital. Livro III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- _____. Grundrisse. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. O Capital. Livro I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. As crises econômicas do capitalismo. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- _____. “Glosas Críticas e Glosas Críticas Marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano.” *in*: Práxis n.5 – Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, out-dez, 1995.
- MATTICK, Paul. Crisis & Teoría de la Crisis. Península: Barcelona, 1977. Disponível em: <https://marxismocritico.files.wordpress.com/2012/06/paul-mattick-crisis-y-teoria-de-la-criisis-pdf.pdf> Acesso em 17 de julho de 2018.
- MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Editora Scipione, 1993.
- MELO, Edivânia Francisca de. Mészáros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental. Disponível em: <https://marxismo21.org/istvan-meszáros-1930-2017/> Acesso em: 26 de julho de 2018.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. A Crise Estrutural do Sistema (2009). Tradução de Katarina Peixoto. Disponível em: <http://socialistreview.org.uk/332/interview-structural-crisis-system> Acesso em: 27 de julho de 2018.
- _____. A Crise Estrutural da Política (2006). Disponível em: https://resistir.info/meszáros/crise_estrutural_da_politica.html. Acesso em: 26 de julho de 2018.
- _____. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. Entrevista – István Mészáros: filosofia e práxis política para superar o capital. Novos Temas, São Paulo, nº 8, 2013.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política – uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- OXFAM. Super-ricos estão ficando com quase toda a riqueza, às custas de bilhões de pessoas (Relatório Davos-2018). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas> Acesso em: 31 de julho de 2018.
- PANIAGO, M. C. S. (org.). Mészáros e a Crítica à Experiência Soviética. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- PANIAGO, M. C. S. “Derrota do Reformismo e Abandono da Crítica da Economia Política”. *In*: Anuário 2017. São Paulo: Instituto Lukács, 2017a.
- ROSDOLSKY, R. Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SWEEZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



A atualidade da teoria da dependência

Zilas Nogueira (Professor do IFAL)

Adriano Nascimento (Professor da UFAL)

são suficientes para alcançarmos, além das aparências, a essência do ciclo de reprodução da pobreza em nosso país.

É preciso termos em mente outro fato fundamental que atua decisivamente para que a engrenagem que produz e reproduz a pobreza continue funcionando sem interrupções.

Acima vimos que parte do produzido no Brasil fica nas mãos dos mais ricos e uma parte bem menor fica com os mais pobres. Porém, o que os números elaborados pelos pesquisadores franceses não nos revelam é que na verdade a riqueza que os trabalhadores brasileiros produzem é dividida em três partes e não em duas.

Assim, certa quantidade desta riqueza, bem pequena, é repassada para os trabalhadores, outra fica com a burguesia brasileira e a maior parcela é transferida para outros países. Aqui está a questão fundamental que precisamos compreender. A economia brasileira está a tal ponto subordinada às economias capitalistas mais desenvolvidas que a enorme riqueza produzida aqui (que nos coloca entre as dez maiores economias do mundo) não é convertida em benefícios para aqueles que a produzem, ou seja, os trabalhadores brasileiros. O que ocorre é que grandes empresas estrangeiras se apropriam desta riqueza transferindo-a para seus países de origem.

Esta relação de subordinação não se passa apenas no Brasil. Basta lembrarmos, a título de exemplo, que a Índia é a 7ª economia do mundo e o México a 15ª e ambos apresentam indicadores sociais tão ruins ou piores que os do Brasil. E se olharmos para estes países veremos que também neles ocorre um forte movimento de transferência de riquezas em direção a grandes potências capitalistas em prejuízo do bem estar de toda população local.

Observando um pouco mais de perto estas economias contraditórias (que de um lado produzem enorme quantidade de riqueza e de outro têm uma população que vive em péssimas condições) perceberemos que só conseguiram alcançar elevados números do Produto Interno Bruto (PIB) através de forte investimento estrangeiro, recorrendo a órgãos financeiros internacionais e, principalmente, ocupando um lugar específico na divisão internacional do trabalho.

Estes três elementos contribuíram para o estabelecimento de um conjunto de interações

O Brasil ocupa hoje um lugar de destaque na lista dos países mais ricos do mundo. Sim é verdade. Segundo a classificação do Fundo Monetário Internacional (FMI) o Brasil é a 9ª maior economia do mundo. Diante dessa informação algumas perguntas imediatamente nos ocorrem: Em um país que produz tanta riqueza assim por que há tanta pobreza? Por que metade da população não tem acesso a um serviço tão elementar como saneamento básico? Por que apenas 7,9% de brasileiros têm a possibilidade de cursar o ensino superior? Por que vivemos em uma situação de calamidade no que diz respeito a violência? Poderíamos, ainda, formular uma centena de perguntas com relação a esta visível contradição: de um lado, enorme produção de riqueza e de outro, ao mesmo tempo, uma vida cheia de problemas típicos de um país pobre.

Obviamente podemos indicar como resposta possível a estas questões a enorme concentração de renda no Brasil. Qualquer estudante do Ensino Fundamental sabe que toda esta riqueza produzida, pela nona maior economia do mundo, ou mesmo os benefícios decorrentes dela não são igualmente distribuídos. Um relatório recente elaborado por mais de cem pesquisadores da Escola de Economia de Paris, coordenados pelo economista Thomas Piketty, comprovou com números o que nós todos já conhecíamos na prática. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, 55% da renda do país fica nas mãos de 10% mais ricos. Dito de outra forma: 90% da população brasileira divide 45% da renda, sendo que 50% mais pobres ficam apenas com 12% de toda riqueza produzida.

Esses dados podem até nos ajudar a compreender porque produzimos tanta riqueza e ao mesmo tempo somos tão pobres. Mas, apenas estas informações não

caracterizadas pela dependência e, conseqüente, subordinação de uma nação pela outra no quadro das relações internacionais.

Como surgiram essas relações de dependência? Por que países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha são potências que impõem seus interesses aos demais? Por que nações como Brasil, Índia, México tornaram-se tão dependentes de grandes potências capitalistas? Quais e como operam os mecanismos que garantem a subordinação de um país pelo outro?

Para tentar responder essas e outras questões buscaremos resgatar uma teoria que, infelizmente, anda meio esquecida a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

A proposta no presente texto é, então, realizar uma reflexão sobre a realidade evidenciando a Teoria Marxista da Dependência como chave explicativa. Dessa maneira, na medida em que levantaremos algumas questões importantes sobre as relações entre países com níveis de industrialização desiguais apresentaremos os conceitos essenciais da Teoria da Dependência.

O QUE SIGNIFICA UM PAÍS OU REGIÃO SER DEPENDENTE?

Iniciamos essa reflexão procurando entender o conceito de dependência. A palavra em si já traz indicações interessantes. Segundo o dicionário, a condição de dependente é a condição de subordinação, de sujeição. Lemos ainda: carência de proteção; estado em que se é obrigado a obedecer (submissão), que resulta de domínio ou possessão.

Quando se trata de relações internacionais a ideia de dependência é mesmo a de uma nação formalmente independente, que subordina sua economia aos interesses de outra nação. E faz isso não por mera obediência, mas, porque o desenvolvimento e expansão de sua economia estão intimamente vinculados ao desenvolvimento e expansão da economia de outro país.

É esse tipo de relação que se construiu entre os países centrais (grandes potências capitalistas) como EUA, Alemanha, França, etc. e os países periféricos (de capitalismo atrasado, tardio) como Brasil, México, Chile, etc. Para exemplificarmos basta-nos lembrar da frase de Juraci Magalhães, embaixador do Brasil nos EUA durante o primeiro governo da ditadura brasileira: “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”. E



realmente esse foi o tom de todos os governos militares. Total submissão aos interesses de uma potência estrangeira, no caso os EUA.

Importante notar que, se é verdade que os países subordinados dependem do crescimento da economia das nações centrais, isso não significa que o desenvolvimento dessas grandes potências está condicionado ao dos países periféricos. Essa relação não é como uma estrada de duas vias.

Aqui podemos levantar algumas perguntas. Como chegamos a esse ponto? Como se estruturam as relações de dependência entre países formalmente independentes? Por que, por exemplo, a América Latina está na periferia do sistema e a Europa e EUA no centro? Poderemos, um dia, chegar a condição de país ou região central do capitalismo mundial?

Muitos tentaram responder estas questões recorrendo aos mais variados campos teóricos e ideológicos. A Comissão Econômica Para América Latina, CEPAL, desenvolveu a teoria de que o desenvolvimento econômico é uma meta que qualquer país pode alcançar. Uns já haviam chegado lá devido a certas circunstâncias favoráveis e, principalmente, por causa de um conjunto de políticas acertadas que foram realizadas por governos comprometidos com o bom funcionamento do capitalismo mundial.

Segundo essa concepção, as economias nacionais devem passar por uma série de estágios até se tornarem efetivamente desenvolvidas. As grandes potências, desse modo, já haviam passado por essas etapas. Bastava, então, que as nações atrasadas repetissem as experiências dos Estados que já se encontravam em um estágio superior de desenvolvimento. Nessa perspectiva evolutiva os países da periferia eram considerados subdesenvolvidos, ou seja, estavam um estágio abaixo do progresso econômico, da prosperidade.

Diante dessa realidade o que propunha a CEPAL? Identificar os fatores de atraso nas economias subdesenvolvidas. Era preciso derrubar qualquer barreira ao pleno funcionamento do capitalismo nesses países. Apenas dessa forma seria possível “evoluir” para o desenvolvimento. E o principal meio para alcançar esse objetivo seria passar de um modelo primário exportador para o de uma economia industrial, voltada para o mercado interno. Essa passagem, por sua vez, só poderia ser conduzida pela ação do Estado.

O notório fracasso dessas políticas econômicas revelou a falsidade da ideia de que todos os países poderiam se tornar grandes potências capitalistas. Em conseqüência, novas propostas de interpretação da realidade da América Latina e da sociedade capitalista surgiram nesse momento. A Teoria Marxista da Dependência aparecera como uma das mais férteis na compreensão e propostas de caminhos para a realidade de países periféricos.

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Como o próprio nome sugere, as concepções do pensador alemão Karl Marx serviram de base para construção dessa teoria. O método e os conceitos de Marx são aplicados por alguns estudiosos com bastante rigor na análise do estágio alcançado pelo capitalismo e na análise da essência das relações internacionais vigentes no período. Vejamos algumas ideias fundamentais dessa teoria, destacando as que até hoje podem nos servir para interpretar nosso mundo.

Para a Teoria Marxista da Dependência, o subdesenvolvimento não é uma etapa própria de um movimento que poderia conduzir a nação ao desenvolvimento. O capitalismo sendo uma realidade complexa comporta em sua estrutura, de maneira articulada e complementar, tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento. Isso significa que ambos são necessários para a dinâmica capitalista.

Simplesmente não é possível constituir uma economia capitalista em que todos os países sejam desenvolvidos e conseqüentemente não existam relações de dependência de uns para com os outros. Em outras palavras, no sistema econômico capitalista alguns países somente podem ser grandes potências se outro grupo de nações se articular de forma subordinada com eles.

Estas relações de subordinação em geral são estruturadas a partir de: a) trocas desiguais no comércio mundial de mercadorias, b) movimento internacional de capital. Capitais estrangeiros são deslocados para economias mais frágeis na perspectiva de realização de negócios lucrativos e c) desigualdade no desenvolvimento tecnológico.

Para entendermos como se estabeleceram essas relações de dependência entre as nações é importante voltarmos nossa atenção para a forma particular como os países periféricos se inseriram no sistema econômico mundial. Vejamos aqui, a título de exemplo, o caso da América Latina e do Brasil.

A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NO CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

Em um primeiro momento de colonização da América Latina os portugueses e espanhóis trataram de transferir todas as riquezas naturais e metais preciosos que encontravam por aqui para Europa. E como as quantidades de ouro e prata encontradas na região eram enormes essa transferência contribuindo para a evolução de um processo histórico muito importante para o mundo todo: a acumulação originária de capital. Marx chamava esse processo de pecado original do capitalismo. Isso porque consiste em um conjunto de acontecimentos históricos que resultaram na formação de dois elementos fundamentais para existência das relações capitalistas de produção: o capital acumulado e os trabalhadores livres. Somente quando esses dois elementos se encontram no mercado (por meio da compra e venda da força de

trabalho) são instituídas efetivamente as relações de capital que sustentam toda a sociedade capitalista.

Toda riqueza que foi retirada da América Latina – basicamente metais preciosos, pelos europeus nesses primeiros anos de colonização – ajudou, portanto, a burguesia comercial europeia a acumular capital para que quando encontrasse trabalhadores expropriados de meios de produção pudesse comprar a sua força de trabalho, obrigando-os a trabalhar por salário.

Porém, na medida que o capitalismo se desenvolve e chega a fase industrial a inserção da América Latina e do Brasil no quadro da economia mundial assume um outro caráter. A economia capitalista propriamente dita se estrutura, dentre outras coisas, em uma divisão social do trabalho. Essa, por sua vez, tende a se aprofundar cada vez mais na medida em que as relações sociais capitalistas vão se tornando predominantes.

Pois bem, a divisão do trabalho chega ao ponto de determinar o que cada região do planeta pode e deve produzir. Estamos falando de uma divisão internacional do trabalho. Tudo isso em função da reprodução do capital.

A América Latina, que já havia sido submetida a uma relação de subordinação aos primeiros colonizadores, ao ser inserida nas relações econômicas capitalistas mundiais foi igualmente submetida a novas relações de subordinação. E se antes o que era produzido aqui deveria garantir a riqueza de colonizadores, agora a produção local deveria assegurar um melhor funcionamento das engrenagens capitalistas. E isso basicamente produzindo matérias primas e alimentos para abastecer países que estavam se industrializando.

Essa divisão internacional do trabalho foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo:

Em primeiro lugar porque o processo de industrialização requer que, nos países onde esteja acontecendo, parte crescente da sociedade seja liberada de quaisquer outras atividades para que os trabalhadores possam se especializar e se dedicar exclusivamente a produção industrial. Por outro lado, esses países vão ter cada vez mais a necessidade de adquirir alimentos e matérias primas que somente poderão ser encontrados no mercado internacional e cuja a produção será realizada fundamentalmente por nações que foram integradas de maneira subordinada nas relações comerciais internacionais e que, por isso, se aperfeiçoaram na produção agrícola e extrativista.

Em segundo lugar porque quando os países que não se industrializaram se especializam em produzir alimentos e matérias primas, para a indústria capitalista, conseguem aumentar a oferta desses produtos no mercado. Com isso há, conseqüentemente, a redução do preço dessas mercadorias no mercado internacional.

Esse fato contribui enormemente para o desenvolvimento da economia industrial capitalista. Como? Ajudando a reduzir os salários dos trabalhadores

industriais. Os salários são pagos tendo por base os bens necessários para garantir a existência do trabalhador, para que possa voltar para sua atividade no dia seguinte. Então, se os alimentos ficam mais baratos a força de trabalho também fica mais barata. É possível reduzir, congelar ou retirar parte do salário do trabalhador sem impedir que retorne no outro dia para trabalhar.



de produção”. Nas nações industrializadas conseguem fixar preços de mercado acima do valor real das mercadorias. Como isso seria possível? Há basicamente dois mecanismos que são ativados constantemente no mercado internacional para realizar essa operação.

Assim, o mundo foi se dividindo entre países que estavam se industrializando e tornando-se potências capitalistas e demais não industrializados que voltavam suas economias para satisfazer as necessidades da industrialização.

Pensemos um pouco sobre essa situação: Para produzir matérias primas e alimentos aqui no Brasil, por exemplo, em uma escala que atendesse o mercado europeu era fundamental que a produção se organizasse em grandes latifúndios. Além disso, como durante muito tempo existia uma alta oferta de escravos compensava aos produtores a compra não apenas da força de trabalho, mas também do corpo físico do trabalhador.

Verificamos, então, que ao ser integrado no sistema econômico capitalista mundial o Brasil manteve praticamente a mesma estrutura produtiva existente no início da colonização. Produção de produtos primários para exportação realizada, basicamente, em latifúndios e com uma superexploração de mão de obra.

Por causa dessa internacionalização do trabalho se estabelece no Brasil (e na América Latina de maneira geral) uma economia mercantil baseada em produtos primários e que existe em função do mercado mundial.

A TROCA DESIGUAL

O fato de estar inserida na economia mundial de maneira subordinada tem como consequência mais visível um constante fluxo de riqueza que sai de países não industriais em direção aos industriais. Isso, obviamente, reforça ainda mais a dependência dos países periféricos em relação aos centrais.

Como essa transferência de riqueza ocorre no intercâmbio internacional? Acontece uma depreciação dos termos de troca. Em outras palavras, ocorre uma troca desigual. Vejamos isso mais de perto:

As leis do mercado determinam que as trocas realizadas sejam sempre trocas entre valores equivalentes. O preço das mercadorias reflete esses valores. Porém, no mercado internacional as grandes potências encontram formas de “transgredir” as leis de mercado e, com isso, garantem uma acumulação maior de capital por meio da apropriação de riqueza produzida na periferia.

Essa transgressão ocorre, sobretudo, “na forma como se fixam os preços de mercado e os preços

Quando um país desenvolve uma nova tecnologia para produzir algo que outros já produzem, melhora a produtividade do trabalho e pode acumular mais capital. Simples. O preço médio da mercadoria continua o mesmo, mas a inovação tecnológica e o consequente aumento da produtividade garantem um preço de produção mais baixo que o dos outros. Desse modo, uma nação tecnologicamente desenvolvida e que possui uma maior produtividade do trabalho pode vender seus produtos com um preço superior ao valor real desses produtos.

Há, ainda, outro mecanismo no intercâmbio internacional que garante de maneira mais efetiva a transferência de renda de países periféricos produtores de matéria prima e alimentos para os países centrais industrializados. Justamente porque são regiões que se especializaram em um determinado campo de produção ao se relacionarem no mercado internacional chegam com forças desiguais. Os países que possuem uma indústria complexa praticamente monopolizam a produção de certos bens manufaturados. Assim, podem vender seus produtos acima do valor real. Desse modo, impõem trocas desiguais porque detém o monopólio de produção de certos bens que outros países não produzem e teriam enorme dificuldades em produzir. Por isso, o vínculo estabelecido entre os países com diferentes estruturas produtivas acaba sendo caracterizado por relações de dependência.

Nesse caso, os países periféricos são obrigados a transferir parte do valor total do que produzem para as grandes potências imperialistas justamente por que compram delas mercadorias acima do valor e vendem para estas mesmas potências matérias primas e alimentos por seu valor real. É fácil perceber, nessas relações, que as leis de mercado são transgredidas por trocas desiguais em favor de interesses dos países centrais.

A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Importante observar que essas transferências de riquezas para os países centrais retiram parte dos lucros das burguesias locais. A riqueza produzida pelos trabalhadores e apropriada pelo capital internacional já havia sido apropriada antes pela burguesia local que, por sua vez, tem que abrir mão de parte dessa riqueza por causa das trocas desiguais.

Podemos perceber que essas relações de dependência criam uma situação incômoda para a

burguesia local impondo, inclusive, uma redução na sua taxa de lucros. Em alguns países o descontentamento das burguesias nacionais chegou a tal ponto que se uniu a outros setores da sociedade, também prejudicados pelas relações de dependência, e propôs projetos de desenvolvimento autônomo que visavam justamente o rompimento com essa dinâmica de subordinação de interesses locais aos interesses estrangeiros.

Porém, na maior parte de casos, como por exemplo o Brasil, as burguesias locais se adequavam ao papel de “sócios” menores do capital estrangeiro e buscavam se integrar às relações econômicas internacionais mesmo que de forma subordinada. Tornaram-se assim, em seus respectivos países, agentes de interesses do capital internacional.

Mas, se por um lado, a burguesia nacional não se contrapõe às transferências de valor que diminuem a sua taxa de lucro, por outro, precisa compensar as perdas que acumula no intercâmbio externo decorrentes da troca desigual. Caso isso não fosse feito a própria existência dessa burguesia estaria ameaçada.

A fórmula encontrada para compensar estas perdas foi só uma: aprofundamento da exploração ao trabalhador.

A lógica era simples. Para equilibrar a queda nos lucros, ocasionada pela transferência de riqueza (da periferia para o centro), era necessário aumentar a quantidade de valor produzido. Assim, seria possível manter os lucros e, ainda, repassar parte desse valor produzido no país para os sócios estrangeiros sem gerar conflitos desnecessários.

Mas, nos países em que a produção se concentra em bens primários (agricultura e matérias primas) e são marcadas por um atraso tecnológico em relação aos países centrais como é possível aumentar a produção? Fácil: espoliando cada vez mais os trabalhadores.

Os projetos de desenvolvimento autônomo sempre destacaram a importância de aumentar a produtividade do trabalho e isso somente seria possível com o aprimoramento científico e tecnológico. Desse modo, o país evitaria as trocas desiguais no comércio internacional e a burguesia local poderia manter seus lucros sem se submeter aos interesses da burguesia internacional. O aumento da produtividade do trabalho seria, então, a maneira mais adequada de eliminar definitivamente o problema da deterioração dos termos de troca.

Contudo, as burguesias associadas ao grande capital internacional entendiam que não valia a pena o risco de tentar algo diferente. E ao invés de buscar superar as relações comerciais pautadas na troca desigual, se empenharam em apenas compensar as perdas espoliando cada vez mais os trabalhadores locais. Vejamos como isso se dá:

Podemos destacar alguns procedimentos adotados pelas burguesias nacionais a fim de diminuir as perdas ocasionadas pela troca desigual.

Primeiro: aumento da intensidade do trabalho. Exige-se mais do trabalhador no mesmo intervalo de tempo. Assim, é possível produzir um número maior de mercadorias;

Segundo: aumento da jornada de trabalho. O trabalhador fica mais horas que antes na produção de mercadorias;

Terceiro: rebaixamento do nível de consumo dos trabalhadores. Em certas circunstâncias impõe-se ao trabalhador uma redução do consumo de certos bens que até aquele momento faziam parte de seu cotidiano. Isso contribui para o rebaixamento de salários.

Acima já comentamos que o cálculo do salário é feito a partir dos bens necessários para reprodução da vida dos trabalhadores. Se alguns itens deixam de ser “necessários”, logo o salário pode ser menor.

Uma pausa para reflexão: Recentemente foi aprovada, aqui no Brasil, uma Reforma Trabalhista. Observando bem perceberemos que os três mecanismos de compensação citados acima são contemplados nessa Reforma.

A partir dessa observação gostaríamos de fazer algumas reflexões: O capital internacional está se apropriando cada vez mais da riqueza produzida pelos trabalhadores brasileiros e a troca desigual continua sendo um importante fator dessa transferência. E isto é assim porque, basicamente, nossa estrutura produtiva não foi alterada. Continuamos com uma economia mercantil que existe em função do mercado internacional. A base de nossa produção é de alimentos e matérias primas. Dos dez principais itens exportados pelo Brasil, nove são produtos primários. Além disso, temos um dos piores índices de produtividade do trabalho. Concluímos, então, que nossa produção (que nos coloca entre as dez nações mais ricas do mundo) está fundada basicamente na exploração intensa dos trabalhadores, ou seja, produção voltada para o mercado externo, baseada no setor primário que, por sua vez, opera a partir de latifúndios e de uma exploração desmoderada do trabalho. Esses são sinais evidentes de que a estrutura econômica brasileira é extremamente atrasada e traz consigo todas as consequências sociais e políticas desse atraso.

Justamente por ser atrasado até hoje que o país leva desvantagem nas trocas internacionais. Com isso, a burguesia local que, com o passar do tempo, tornou-se cada vez mais submissa aos interesses estrangeiros tenta compensar suas perdas no intercâmbio comercial. Esse mecanismo de compensação foi o que motivou a Reforma Trabalhista no Brasil.

Com essa Reforma é possível, agora, intensificar e ampliar a jornada de trabalho, bem como rebaixar o nível de consumo dos trabalhadores. Sobre esse aspecto cabe um ligeiro comentário. Durante um período de governos petistas o consumo dos brasileiros foi estimulado e ampliado. Naquele momento havia uma conjuntura

favorável e rara. Era possível, ao governo, favorecer a burguesia local e ao mesmo tempo o grande capital internacional. Sobrava, ainda, uma pequena parcela dessa riqueza que poderia ser aplicada na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Ao desenvolver programas de renda mínima e possibilitar acesso a certos bens de consumo, o governo, até sem querer, valorizou a força de trabalho. Tornou-a mais cara para o capital.

Porém, já nos últimos períodos de governos petistas e mais fortemente no governo Temer há uma enorme pressão do capital para que esse quadro seja revertido. Desde então as forças econômica locais têm se empenhado em desvalorizar a força de trabalho e ampliar a exploração. Como vimos, uma forma de fazer isso é justamente rebaixando o consumo dos trabalhadores. Chega-se, assim, a uma situação em que o trabalhador não consegue nem mesmo repor o desgaste físico de sua força de trabalho.

Para não restar dúvidas da efetividade desse mecanismo, basta pensarmos no gás de cozinha, item essencial para preparação de alimentos. Em pesquisa recente o IBGE indicou que houve um aumento dos lares que passaram também a usar lenha para cozinhar os alimentos. São famílias de trabalhadores que já não conseguem se manter utilizando apenas o gás de cozinha. No Brasil são 17,6% de lares que usam lenha. No Nordeste, esse número sobe para 24,1% e no Maranhão são 44,9% de lares! Aqui está um exemplo do que dizíamos. Antes o trabalhador precisava de um botijão por mês agora precisará de um a cada três meses. Então o salário já não precisa incorporar o botijão como bem de consumo mensal. Pode-se pagar menos.

O que ocorre de maneira geral é que quando a burguesia local tenta compensar suas perdas extraindo o máximo possível dos trabalhadores, por meio dos três mecanismos citados acima, o trabalho na região acaba sendo remunerado abaixo de seu valor. E aí chegamos a uma situação de superexploração do trabalho. Essa superexploração está na base de toda economia dependente. E é um fenômeno quase que exclusivo dessas economias.

O próprio ciclo do capital em uma economia subordinada impõe, em dado momento, que o trabalho seja remunerado abaixo de seu valor, ou seja, superexplorado. Porém, essa situação pode se perpetuar somente se houver considerável oferta de trabalhadores no mercado. Caso existir, portanto, um numeroso “exército industrial de reserva”. Em outras palavras, uma massa de desempregados disposta a vender sua força de trabalho a preços extremamente baixos. Isso porque, como o trabalho é mais intenso e remunerado abaixo do que seria necessário para suprir as necessidades do trabalhador, não é possível repor o desgaste da força de trabalho de forma adequada. Em pouco tempo este trabalhador precisará ser substituído. Por isso, maior facilidade em demitir e em contratar trabalhadores são

tão importantes para o capital.

Diante do que foi dito até aqui podemos afirmar que os dois pilares fundamentais de uma relação de dependência entre países e regiões são: a) o intercâmbio comercial baseado em trocas desiguais e b) a superexploração do trabalho. Importante notar que, em ambos os casos, há uma clara “transgressão” das próprias leis do mercado.

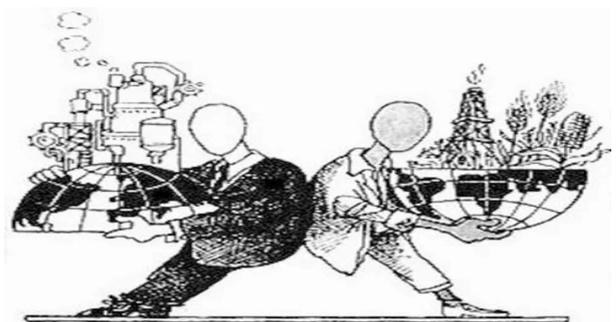
A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Vamos concentrar, agora, nossos esforços para entender um terceiro pilar da dependência. Para tanto começaremos pela compreensão de como se desenvolve o ciclo do capital em uma economia subordinada.

Já vimos que a produção nessas economias existe para atender a exigências do mercado externo, especialmente as necessidades dos países industrializados. E se integra, portanto, em uma divisão internacional do trabalho que lhe reserva a tarefa de produzir matérias primas e alimentos para garantir a produção industrial de grandes potências capitalistas.

Essa lógica não foi mudada nem mesmo quando as economias dependentes iniciaram, tardiamente, o seu próprio processo de industrialização. A produção industrial continuou subordinada aos interesses do capital internacional, conseqüentemente, a própria estrutura básica da indústria nesses países se organizou de maneira bem diferente daquela estrutura presente em regiões industriais mais desenvolvidas. Isso resultou em que, mesmo avançando com o processo de industrialização, os países da América Latina continuassem em posição de subalternidade em relação às grandes potências capitalistas.

Ao observarmos as economias mais industrializadas perceberemos que se organizam a partir do mercado interno. E somente quando já atendiam de maneira satisfatória os consumidores da região buscavam novos mercados. Mas, o consumo interno sempre continuou sendo a base do seu desenvolvimento industrial. Verifica-se que os próprios trabalhadores também consumiam os bens manufaturados e eram, ao mesmo tempo, produtores e consumidores. Isso garantia uma importante demanda que dinamizava a economia local, pois o consumo de uma mercadoria possibilitava o retorno do capital para sua forma anterior: o dinheiro. Esse é aplicado novamente na produção como capital



para produzir novas mercadorias e reiniciar o ciclo.

Portanto, nos países capitalistas centrais a capacidade de consumo dos trabalhadores é fundamental para criação de demanda para mercadorias produzidas na região. E, assim, o ciclo do capital pode se completar de maneira mais ágil e dinâmica.

Já, quando pensamos em uma nação dependente, o processo de industrialização se dá de maneira diferente: Como a economia é voltada para atender o mercado mundial, o consumo interno não é o que orienta e estrutura a produção industrial. Portanto, o consumo do trabalho não interfere na realização de mercadorias. Desse modo, chegamos a uma situação em que há uma ruptura entre produção e consumo. E se nas economias industriais mais consolidadas a base da economia é a unidade entre esses dois momentos, ou seja, a produção é voltada para as necessidades locais onde a maioria das mercadorias será consumida; nos países de industrialização tardia e subordinada aos interesses estrangeiros o que se produz não é norteado pelas demandas nacionais. O que é produzido em uma região vai ser consumido em outra. Produção e circulação de mercadorias se efetivam separadamente. O trabalhador produz a mercadoria, mas o consumidor está em outro lugar.

Ora se os trabalhadores não consomem os produtos manufaturados logo esses não entram no cálculo do salário, pois não se constituem como bens necessários a reprodução da força de trabalho (bens-salário). Então o valor da força de trabalho nesses países pode ser menor.

Além disso, pode-se explorar essa força de trabalho até o esgotamento. Primeiro, porque há abundância de trabalhadores desempregados (exército industrial de reserva). E segundo, por causa da cisão entre produção e circulação, a capacidade de consumo do trabalhador não precisa ser considerada.

Então, como dito acima, a burguesia pode compensar suas perdas nas trocas internacionais aprofundando a exploração desses trabalhadores. Levando a cabo, dessa maneira, a intensificação e extensão da jornada de trabalho, bem como, o rebaixamento de consumo do trabalhador sem prejuízo para a produção industrial dependente.

Importante indicarmos agora que todo o processo de industrialização na América Latina foi orientado por uma nova divisão internacional do trabalho. A partir dos anos 1950, em um período de acentuado crescimento da economia capitalista, verificamos que ocorre uma vigorosa concentração de capital nas mãos de algumas grandes corporações. Esses recursos acumulados necessitavam ser reinvestidos para completar ciclo de geração de mais capital. Os grandes grupos econômicos dos países centrais logo entenderam que precisavam fazer investimentos externos. Desse modo, parte desse capital tem como destino os países da periferia do capitalismo, particularmente o setor industrial.

Porém, vejamos como se deu essa dinâmica. Como as economias mais industrializadas estavam em

um estágio superior de desenvolvimento tecnológico implementaram grandes avanços em diversos ramos industriais, especialmente, nos de bens de capital (bens que servem para produção de outros – máquinas, equipamentos, etc.). Nesse momento, muitos equipamentos tornaram-se obsoletos, mas ainda teriam uma vida útil relativamente longa. E por outro lado os países centrais estavam produzindo novas tecnologias para todos os setores da indústria, mas, se especializavam cada vez mais naqueles setores mais complexos e avançadas, que exigiam tecnologia de ponta e resultavam em produtos com maior valor agregado.

Então, o grande capital estrangeiro apoiado por órgãos financeiros internacionais passa a estimular a industrialização dos países periféricos. De um lado, transfere para eles as etapas inferiores da produção industrial e de outro os obrigam a adquirir os bens de capital necessários para a estruturação dessa indústria e aquelas máquinas e ferramentas que estão se tornando ultrapassadas.

A divisão internacional do trabalho é, portanto, a marca da industrialização nos países periféricos. E como essas nações são obrigadas a buscar instrumental tecnológico no exterior para estruturar seu parque industrial, a industrialização, nesses termos, aprofundou ainda mais as relações de dependência e subordinação.

Como fruto de uma nova divisão internacional do trabalho a indústria de uma economia dependente está voltada para o mercado externo, é subordinada aos interesses do grande capital estrangeiro e padece de um insuperável atraso tecnológico. Tudo isso contribui para que a periferia mesmo “industrializada” continue em desvantagem no intercâmbio internacional e, conseqüentemente, para que as burguesias locais na tentativa de compensar as perdas com as trocas desiguais explorem os trabalhadores ao máximo e em muitos casos, inclusive, remunerando a força de trabalho abaixo de seu valor real.

CONCLUSÃO

Uma nação dependente se desenvolve sendo guiada por interesses alheios aos dos trabalhadores e de seu povo em geral. A sua estrutura econômica não existe de forma autônoma. Não autônoma no sentido de que pode viver isolada. Mas, significando que pode fazer escolhas, que pode orientar sua produção econômica para satisfação das necessidades de seu povo, sem ser obrigada a consultar órgãos internacionais, Estados estrangeiros ou grupos econômicos para realizar qualquer ação.

Os três pilares da dependência foram apresentados acima. Repetimos: trocas desiguais, superexploração do trabalho e atraso tecnológico. A Teoria Marxista da Dependência nos ensina que o resultado da dependência é sempre mais dependência. E para superá-la é inevitável destruir as relações de produção que lhes servem de sustentação.

O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente

Mathias Seibel Luce



INTRODUÇÃO¹

Desde o advento do imperialismo como etapa superior do capitalismo, os teóricos marxistas buscam definir o caráter das distintas formações econômico-sociais em um sistema mundial hierarquicamente diferenciado. Por meio dos debates da III Internacional, a classificação de países imperialistas, colônias e semicolônias passou a ocupar um lugar no vocabulário marxista. Com as transformações que o capitalismo foi atravessando na conjuntura das duas guerras mundiais e do processo de descolonização, a teoria do imperialismo precisou responder à nova realidade. Termos como neocolonialismo (NKRUMAH, 1966) e imperialismo sem colônias (MAGDOFF, 1978) foram utilizados para expressar a nova condição da dominação exercida pelas potências imperiais.

No outro nível da análise – o das formações histórico-concretas submetidas às relações imperialistas – o vocábulo dependência ganharia o status de categoria de análise com os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), pensada como complemento necessário da teoria do imperialismo. Os teóricos marxistas dependentistas assentaram as bases para o estudo do capitalismo latino-americano, desvelando as leis próprias de funcionamento desse capitalismo sui generis e compartilhando o esforço para enraizar o marxismo no continente (FERREIRA; LUCE, 2012). Entre eles, Ruy Mauro Marini, ao analisar as mudanças no sistema capitalista mundial nas décadas de 1960 e 1970, identificou a emergência do subimperialismo como uma nova etapa do capitalismo dependente, mediante amadurecimento de um novo tipo de formação econômico-social, que na América Latina se

materializava no Brasil.

Hoje vemos um uso corrente do vocábulo subimperialismo para caracterizar o movimento econômico e político expansionista de subpotências “emergentes” em outras realidades históricas e geográficas, como a relação da África do Sul com seus vizinhos, da Índia em sua região, do Brasil na América do Sul, e até mesmo da China (que está para além da categoria subimperialismo) no continente africano. As poucas traduções do trabalho original de Marini para outros idiomas, entre várias razões, dificultam se ampliar e aprofundar os estudos da categoria tal como Marini a elaborou, favorecendo ainda seu uso por vezes taxativo².

Não será nosso objeto neste artigo fazer um balanço ou revisão dos estudos sobre o grupo BRICS, mas sim a discussão da categoria de Marini, remontando sua proposição no interior da teoria marxista. Ao mesmo tempo, esperamos apresentar elementos, por meio da categoria subimperialismo de Marini, para conferir maior rigor às análises que, muitas vezes, obliteram a devida diferenciação entre economias e formações econômico-sociais tão díspares como as albergadas sob o mesmo acrônimo BRICS.

O argumento sustentado é que nos livros e dezenas de artigos de Marini sobre o capitalismo dependente brasileiro e latino-americano são discerníveis os fundamentos para uma teoria global do subimperialismo. Se por um lado esses fundamentos restaram dispersos no conjunto dos escritos de Marini, sem um texto que trouxesse a palavra final do autor para o significado assumido pela categoria que ele cunhou, sua sistematização, por outro lado, é possível

1) Este artigo é uma versão modificada e ampliada do nosso texto homônimo publicado no dossiê do número 36 da revista Crítica Marxista, São Paulo, 2013, p. 129-141.

2) Um trabalho que procurou examinar o subimperialismo da África do Sul tendo Marini por referência foi o de Coles e Cohen (1977).

de ser feita com rigor³ desde que respeitadas os nexos categoriais que vinculam suas formulações acerca do subimperialismo ao corpo teórico da TMD – como as leis próprias do capitalismo dependente (superexploração da força de trabalho, transferência de valor, cisão entre as fases do ciclo do capital) e outras noções e categorias desenvolvidas por Marini e demais expoentes da TMD, especialmente as categorias do padrão de reprodução do capital e da cooperação antagônica e a tipologia das formações econômico-sociais na industrialização dependente.

As formulações de Marini em torno do subimperialismo serão discutidas sob o prisma de cada um dos níveis de abstração da TMD e que expressam as distintas instâncias componentes da totalidade⁴. O fenômeno não é igual à soma das partes. Na condição de totalidade, o subimperialismo somente existe na dialética que nasce da articulação das determinações históricas que constituem sua essência. A falta de clareza teórica para entender o recém-exposto levou a inúmeras confusões sobre a categoria de Marini, desde seus adversários teóricos que se ufanavam da burguesia brasileira⁵ até seus críticos contemporâneos no campo do marxismo.

Que é o subimperialismo? Como pretendemos demonstrar, o subimperialismo deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de transferirem valor para os centros imperialistas. Essas formações econômico-sociais que ascendem à condição subimperialista logram deslocar contradições próprias ao capitalismo dependente, de modo a assegurar a reprodução ampliada e mitigar alguns efeitos da dependência mediante formas específicas do padrão de reprodução do capital e uma política de cooperação antagônica com o imperialismo dominante, nas diferentes conjunturas, sem questionar, contudo, os marcos da dependência, mas pleiteando uma autonomia relativa para o Estado subimperialista.

UM NÍVEL HIERÁRQUICO DO SISTEMA MUNDIAL

A emergência do imperialismo e do subimperialismo constitui processos de amadurecimento da economia capitalista mundial – no centro o primeiro, na periferia o segundo – com a passagem à fase dos monopólios e do

capital financeiro. Seu estudo, portanto, deve começar no nível de abstração do sistema capitalista, no quadro da entrada em um novo estágio do capitalismo como sistema mundial. Se o advento histórico do imperialismo remonta à virada do século XIX para o XX, o subimperialismo data da nova tendência integracionista do capitalismo mundial, oriunda do movimento de capitais do pós-Segunda Guerra.

[...] a expansão e aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho distinto ao que regia antes da crise mundial [...] Passou o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos frente a uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo [...] O resultado foi um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros médios de acumulação – que são também potências capitalistas médias –, o que nos levou a falar da emergência de um subimperialismo (MARINI, 1977, p. 25. Tradução nossa).

Tanto o imperialismo como o subimperialismo ocorrem em um sistema capitalista organizado entre centros e periferias, numa relação histórica que se modifica no tempo e com base em divisões internacionais do trabalho que também se modificam no tempo (com mudanças nos valores de uso que uns e outros produzem, com novas formas de apropriação do valor e de integração dos sistemas produtivos). Na raiz do subimperialismo como um novo elo da corrente imperialista observa-se assim o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que transfere – desigualmente, vale lembrar – etapas da produção industrial aos países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores; simultaneamente, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle financeiro e tecnológico dos países avançados sobre o conjunto do sistema. A circulação de capital em escala mundial se intensifica e se amplia, ao mesmo tempo em que se diversifica a acumulação. Entretanto, seguem atuando as tendências à concentração e centralização próprias da acumulação capitalista, ainda que agora também em benefício das

3) Neste artigo, apresentamos avanços teóricos em relação à discussão que fizemos em nossa tese de doutorado (LUCE, 2011) sobre a categoria subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Agradeço a Jaime Osorio por seus aportes valiosos às ideias expostas aqui.

4) São eles: modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura (OSORIO, 2012a).

5) Ver Cardoso e Serra (1979) e a resposta de Marini (2000).

nações de composição orgânica intermediária. A isso corresponde, do ponto de vista estritamente econômico, o subimperialismo (MARINI, 2012, p. 40. Destaque no original).

No nível do sistema e, em termos estritamente econômicos, o fundamento histórico do subimperialismo foi a chegada de algumas formações sociais à fase monopólica e financeira e ao grau médio da composição orgânica do capital nos anos 1960 e 1970: o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial, na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro (MARINI, 2012, p. 41).

Essa transformação expressa a um só tempo a mudança operada na dinâmica do imperialismo tout court e o surgimento de formações subimperialistas, no âmbito do processo expansionista da acumulação de capital em escala mundial. Um movimento dialético pelo qual o externo (exportação de capital) se internalizou (elevação do grau da composição orgânica do capital) e, como nova síntese de múltiplas determinações, novamente se exteriorizou (expansão subimperialista), modificando as formas de funcionamento do capitalismo mundial. O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização capitalista, que contrapôs ao esquema simples de divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a CEPAL – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros (MARINI, 1992, p. 137-8).

O sentido perverso a que se refere Marini é o fato de a autonomia relativa não poder escapar da dinâmica global imposta pelos grandes centros. Quando uma ou mais economias dependentes ascendem a novo grau na hierarquia do capitalismo mundial é para assumirem novo caráter da dependência e para se converterem, também elas, em extratoras de mais-valia, apropriando-se de parcela do valor produzido pelas periferias



– mas sem elevar o nível geral de vida da sua classe trabalhadora.⁶ Como já afirmado: “Seguem atuando as tendências à concentração e centralização, embora agora também em benefício de nações de composição orgânica intermediária”. Em suma, tendências gerais da economia mundial e do sistema cristalizam-se e tomam forma em determinadas formações sociais, tanto para dar vida ao imperialismo, como ao subimperialismo.

UMA ETAPA DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Assim como Lênin caracterizou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo, o subimperialismo consiste, segundo Marini, na “forma que o capitalismo dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1977, p. 31). Um estágio superior de desenvolvimento, no qual “a seu estilo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás” (MARINI, 1997, p. 32).

Nesse sentido, a chegada de um país dependente à etapa subimperialista põe em marcha o estabelecimento de uma divisão sub-regional do trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, as quais se tornam objeto da conformação de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução do capital sediado no país subimperialista (seja ele propriedade da burguesia interna, seja de capitais provenientes dos grandes centros imperialistas, sendo comum a associação entre ambos)⁷. Nesses termos, a ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados, sob o padrão industrial diversificado de reprodução do capital, diferenciava-o de outras nações latino-americanas que viam ser aprofundada sua especialização produtiva no mercado da divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava. Consoante exposto:

6) Para uma discussão da vigência e, mesmo, do incremento da superexploração da força de trabalho sob outras formas no capitalismo brasileiro contemporâneo, ver nosso artigo “Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?” (LUCE, 2013).

7) Não teremos condições nesse espaço para analisar as diferenças entre a categoria subimperialismo de Marini e a de semiperiferia de Immanuel Wallerstein. Remetemos o leitor interessado para o capítulo 5 da nossa tese de doutorado (LUCE, 2010). Por ora, muito brevemente e abstraindo as diferenças teóricas e políticas que há entre a Teoria Marxista da Dependência e a Análise dos Sistemas-Mundo, poderíamos dizer que todo país subimperialista é parte do que se costuma chamar de semiperiferia. Mas nem todo país semiperiférico é uma formação econômico-social subimperialista.

Tudo isso configura um processo de integração na América Latina que se desenvolve em dois planos: a rearticulação da economia latino-americana em seu conjunto com a economia mundial, sobre a base do desenvolvimento de uma economia exportadora de tipo industrial, e a redefinição da relação econômica entre os próprios países da zona. A superespecialização vem a ser assim a contraparte de uma intensificação da dependência e se realiza sobre a base do que se acreditou, até há pouco, ser a chave para a emancipação econômica da América Latina: o desenvolvimento industrial (MARINI, 1976. Tradução nossa).

Como forma particular que a economia industrial, passível de ser assumida pelo desenvolvimento do processo de industrialização no capitalismo dependente, Marini entendia o subimperialismo como fenômeno para além do regime político imperante no Brasil nos anos da ditadura tecnocrático-militar e para além de uma realidade que tinha lugar ou que pode ter lugar apenas no Brasil⁸.

[...] em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias à economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada [...] mas não é menos certo que esse [o subimperialismo] não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente (MARINI, 2005, p. 179-180. Destaque nosso).

Ou seja, o amadurecimento de um país à condição subimperialista está além de uma conjuntura específica e de um país singularmente considerado. Corresponde, na verdade, à chegada da economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro, engendrando novas tendências que esse grau de acumulação coloca.

UM TIPO DE FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

Agora, a projeção em termos políticos das condições econômicas apresentadas anteriormente (desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro, elevação da composição orgânica do capital), de tal modo a amadurecerem para engendrar o subimperialismo, exige outros elementos, como um Estado forte, com uma burguesia com projetos próprios

e que converta esses projetos próprios de expansão econômica e política em projetos nacionais – o que implica persuadir ou subordinar outras frações burguesas ou persuadir e subordinar outras classes sociais, tanto no terreno interno como no externo. Como sustenta Marini:

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada por uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas se mantém também no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Colocado nesses termos, nos parece que, independentemente dos esforços de Argentina e outros países para ascender a um grau subimperialista, só o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza (MARINI, 1977, p. 31. Tradução nossa).

O que significa exercer uma política expansionista relativamente autônoma, no marco da integração ao sistema produtivo imperialista e da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional? Por que, na América Latina, o Brasil e não Argentina ou México alcança essa posição? Isto obedece ao princípio da dialética que rege o real. Nem todos os novos subcentros econômicos que atingiam uma composição orgânica média e que passavam também à condição de exportadores de manufaturados e, em menor medida, de capitais estavam em condições de impor uma divisão sub-regional do trabalho para o proveito das suas burguesias internas. Ou seja, no conjunto do capitalismo latino-americano, apenas o Brasil tornou-se uma formação social subimperialista.

Aqui reside a importância das condições específicas das formações econômico-sociais e o papel dos Estados nacionais para o subimperialismo. A trajetória das diferentes formações estatais, estudada no nível de análise da formação econômico-social, revela como em algumas sociedades o Estado nacional amadureceu para uma formação subimperialista, enquanto em outras não.

Do ponto de vista das condições necessárias para a industrialização dependente dar vida ao subimperialismo, podemos identificar cinco elementos determinantes, mediados pela ação do Estado, para a manifestação histórica do subimperialismo, na sua dimensão de política expansionista relativamente autônoma: a) a ascensão de um país dependente (dentre aqueles de Tipo A, na tipologia da industrialização dependente elaborada por Vania Bambirra) para a condição de subcentro

8) Além do Brasil, Marini também considerou a África do Sul e Israel dentre os países que assumiram a condição de formações econômico-sociais subimperialistas.

regional respondendo pelas pautas da acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala da produção interna e certo grau de operação do capital financeiro; b) a unidade entre frações burguesas, por meio do deslocamento das suas contradições internas; c) a formulação de



um projeto nacional subimperialista; d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado como instrumento de intermediação na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e e) a condição de economia dependente que não apenas apresenta transferência de valor para as economias imperialistas, mas também se apropria de valor das nações mais débeis.

A Argentina, apesar de ter atingido a etapa monopólicia e financeira e de ter liderado, antes da ascensão do Brasil, a produção industrial na América do Sul, detém particularidades históricas que a impediram de se tornar uma formação subimperialista. Como observado, as divisões no seio da burguesia argentina impediram se perfilasse um projeto nacional com força suficiente para uma expansão além-fronteiras. Assim a divisão existente entre o grande capital ligado ao agro e o grande capital ligado ao setor industrial impede projetos unificados e o fortalecimento do Estado e das classes dominantes.

No México, a subordinação econômica e política aos projetos do grande imperialismo estadunidense impedem o capital em operação no país de ter projetos próprios. O grau de penetração do imperialismo estadunidense no México impossibilitou que o Estado colocasse em prática uma política expansionista relativamente autônoma. Dessa maneira, nestes dois países (Argentina e México) amadurece a formação subordinada e não a subimperialista (autonomia relativa).

Na América Latina, foi apenas o Brasil que reuniu as condições para dar vida ao subimperialismo, formando trustes capitalistas nacionais que colocaram em marcha um novo padrão de intercâmbio desigual, no qual a economia dependente subimperialista não apenas transfere valor, mas também se apropria. Dentre as condições ora enumeradas, foi o tema dos trustes capitalistas nacionais aquele que recebeu maior tratamento analítico na reflexão de Marini sobre a categoria do subimperialismo.

No artigo *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, Marini incorporou aspectos da teoria da conglomeração de Bukhárin para examinar o papel cumprido pelo Estado na dinâmica do subimperialismo, mediante o processo de aglomeração

do capital com o Estado nacional, formando trustes capitalistas no contexto da tendência integracionista do capitalismo mundial. Em sua obra *A economia mundial e o imperialismo* (BUKHÁRIN, 1986), o teórico russo pôs em evidência o fato de que a internacionalização do capital não pode prescindir da sua internalização.

[...] ao acarretar um maior desenvolvimento capitalista nas zonas subordinadas como a América Latina, a integração fez com que se manifestassem também nelas com maior força suas contratendências, em particular a que trabalha no sentido de reforçar os Estados nacionais (MARINI, 1977, p. 33. Tradução nossa).

Nesses termos, verifica-se um processo dialético de internacionalização-internalização, no qual o reforço do Estado nacional nos países onde tem lugar o subimperialismo atua como um elemento que, de modo contraditório ao processo de internacionalização, assegura o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção.

Se a exportação de capital a partir da nação imperialista marca o momento em que se expressa de forma pura a tendência do capital a se internacionalizar, sua conversão em capital produtivo no marco de uma economia nacional determinada representa o [momento] de sua negação, ao passar esse capital a depender da capacidade desta economia – e, portanto, do Estado que a rege – para garantir sua reprodução (MARINI, 1977, p. 33. Tradução nossa).

Dada a dimensão das desvantagens existentes entre a burguesia imperialista e a dos países dependentes, esta última se encontra desprovida de condições para negociar diretamente com o imperialismo uma posição proveitosa ao decidir associar-se à tendência integracionista imposta pelos centros imperialistas. É por isso que “opta pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação”. Tal opção lhe permite concentrar e organizar suas forças. Essa intermediação, uma vez combinada com a acentuação do processo de concentração e centralização do capital que chega agora às economias dependentes, faz com que “o fenômeno de ‘aglomeração’ do capital com o Estado nacional a que alude Bukhárin se reproduza nestes países, envolvendo tanto o capital nacional como o estrangeiro”. O resultado dessa aglomeração “não é a submissão pura e simples do Estado pelo capital”. Antes pelo contrário:

Embora seja evidente que o Estado se converte no que Bukhárin chama “truste capitalista nacional”, o próprio fato de que ele seja chamado a ordenar e arbitrar a vida econômica (até onde seu arbítrio é compatível com sua subordinação aos Estados imperialistas) o coloca em uma situação em que se acentua sua autonomia relativa frente aos distintos grupos capitalistas [...]

Foi em função disso como o Estado brasileiro pode formular o projeto não de uma estrutura subimperialista, mas de uma política subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil lhe poderia conferir (MARINI, 1977, p. 34. Tradução nossa).

Dessa maneira, o Estado comparece seja para melhor assegurar a reprodução do capital imperialista ali investido, seja para agir em prol de uma autonomia relativa perante os grupos capitalistas estrangeiros, provendo as burguesias locais com os meios dos quais não dispõem, para poderem gozar de uma condição relativamente mais favorável dentro do processo de desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo. A formação desses “trustes capitalistas nacionais” sobre a base da aglomeração entre Estado e capitais privados foi uma condição determinante para o ímpeto expansionista que converteu o Brasil em exportador de manufaturados e de capitais. De igual maneira, o Estado foi também um meio fundamental para conferir a escala da produção alcançada por estes mesmos conglomerados, assim como fonte de elaboração do projeto nacional subimperialista (Escola Superior de Guerra, Itamaraty, etc.) e elemento que selou a unidade entre as diversas frações burguesas.

UM CONJUNTO DE FORMAS DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A seguir, veremos como, em face do nível do padrão de reprodução do capital, “o eixo do esquema subimperialista está constituído pelo problema do mercado” (MARINI, 2012, p. 256). Como nível de abstração intermediário, o padrão de reprodução é síntese de dois planos de determinações interligados, quais sejam: a dialética entre a economia mundial e o capitalismo dependente, que determina as formações econômico-sociais; e a dialética entre as formações

econômico-sociais e o movimento do real em diferentes conjunturas históricas, sobredeterminando o capitalismo dependente. Portanto, o “externo” que se internaliza e o “interno” que se externaliza. Neste âmbito, o exame do subimperialismo como conjunto de formas do padrão de reprodução toma, pois, em conta o processo histórico da sucessão de diferentes padrões, tendo como marco analítico as formas assumidas pelo capital (as regularidades e mudanças observadas no ciclo do capital, considerado do ponto de vista dos valores de uso produzidos e do processo de valorização em si), em uma formação econômico-social na qual amadureceram as condições tanto econômicas como políticas para convertê-la em um país subimperialista⁹.

Assim como no imperialismo onde a expansão do poder do capital e dos Estados imperialistas exerce o efeito de contrarrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro e outras contradições emanadas da própria lógica da valorização e da luta de classes, no subimperialismo são deslocadas contradições específicas do capitalismo dependente. Com isso, sob o ângulo do padrão de reprodução o subimperialismo reside na conjunção das leis próprias da economia dependente com a divisão internacional do trabalho que rege cada período da economia mundial.

Nas palavras de Marini, o subimperialismo teve origem e é definido a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extrema a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção [e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores] (MARINI, 2012, p. 40)¹⁰.

A integração dos sistemas de produção na divisão internacional do trabalho do pós-guerra transformou a indústria de bens duráveis no setor dinâmico da economia brasileira.

Embora muitos dos produtos que daí derivem, de maneira direta ou indireta, consistam

9) A categoria padrão de reprodução do capital teve seus fundamentos assentados por Ruy Mauro Marini e foi levada adiante por seu discípulo Jaime Osorio, com quem alcançou seu desenvolvimento teórico definitivo. Ver Osorio (2012).

10) A questão do divórcio ou cisão entre as fases do ciclo do capital examinada por Marini é um aspecto que tem sido mal compreendido por diferentes autores na atualidade. Essa categoria costuma ser confundida com a ideia de uma crise permanente de realização ou a impossibilidade de o mercado interno se ampliar por meio do crédito ou de outros mecanismos. Remetemos o leitor diretamente para os textos *El ciclo del capital en la economía dependiente y Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*, onde se poderá compreender melhor o conjunto de determinações expressas nessa categoria. Consultem-se os textos originais em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>.

francamente em suntuários nas condições da América Latina, foi em função deles que, por conveniência do capital estrangeiro, se alterou a estrutura produtiva (MARINI, 1977, p. 27. Tradução nossa).

Sob a égide do padrão industrial diversificado, o Brasil tornou-se assim o principal produtor de automóveis na América Latina e o nono no ranking mundial. E foi o lócus do surgimento de um complexo militar-industrial que levou o país ao posto de segundo produtor de armamentos do Terceiro Mundo, atrás apenas de Israel. O grau médio na composição orgânica do capital traduzia a importância assumida pela indústria de transformação e, em especial, pela indústria pesada. Como um dos subcentros desta no mundo dependente, o Estado brasileiro passava a conformar uma divisão sub-regional do trabalho voltada para a exportação de manufaturados e provimento de matérias-primas baratas, de modo a realizar o capital-mercadoria produzido e reduzir o valor do capital constante.

Dizer que o subimperialismo “está constituído pelo problema do mercado”, como afirmou Marini, significa por conseguinte que do ponto de vista do padrão de reprodução do capital o país subimperialista logra reunir condições para deslocar através da expansão que engendra os problemas de realização da economia dependente na segunda fase da circulação (M'-D'). E significa também que logra reunir condições para mitigar alguns efeitos estruturais da dependência na primeira fase da circulação (D-M) e no processo de acumulação em escala ampliada: o capital financeiro em operação no país e as empresas produtivas inscritas na sua lógica e que assumem a configuração de trustes capitalistas nacionais – nunca desvinculados do capital estrangeiro, tenha-se presente, – conseguem apropriar-se de lucro extraordinário, seja liderando internamente a produção em seus ramos respectivos, seja operando em outras economias submetidas à expansão subimperialista, apropriando-se de valor produzido nas nações mais débeis. E uma parte dessa massa de valor – a outra é drenada pelas relações com o imperialismo – é incorporada, possibilitando, dentro dos limites de uma economia dependente, certo desenvolvimento com algum controle tecnológico na produção e com alguma presença, ainda que subordinada, nos circuitos da valorização financeira. Os casos da Petrobrás, da Embraer, do Banco do Brasil, do BNDES e de um banco privado como o Itaú são exemplos do recém-exposto.

Contudo, o que permite a um país dependente diferenciar-se dentro do conjunto das demais economias às quais pertence e deslocar, no ciclo do capital, contradições oriundas das leis de funcionamento do capitalismo dependente, tornando-se uma economia que não apenas transfere valor, mas que se apropria de uma parcela de valor na divisão internacional do trabalho? Evidentemente, Marini atribuía esse papel ao Estado.



No período do padrão industrial diversificado, o Estado chegou a responder por 60% do investimento bruto fixo (MARINI, 1977b). E era acompanhado pelo capital-dinheiro internacional, que através do mercado de capitais promovia a fusão do capital bancário com o capital industrial (surgimento das financeiras, lei dos consórcios, etc.). Esse processo alavancou as empresas do setor dinâmico do padrão então em curso, fortalecendo a esfera alta do consumo (automóveis, eletrodomésticos), mediante vendas a prazo. Na segunda fase da circulação, o consumo suntuário e o mercado externo compareciam como fatores de realização, ambos contando com o concurso do Estado: a redistribuição regressiva da renda ampliava o raio de ação da esfera alta do consumo e os incentivos e subsídios estatais às exportações de manufaturados – assim como a captura de mercados na América Latina e nos demais países do mundo dependente por meio da política externa – garantiam as vendas dos valores de uso produzidos.

Nos dias atuais, sob a vigência do novo padrão exportador de especialização produtiva, a indústria de transformação cedeu lugar às indústrias extrativas. E as matérias-primas despontaram novamente como o segmento que imprime dinamismo ao padrão de reprodução, alterando a forma histórica da dependência. Estes segmentos, juntamente com a valorização financeira em si mesma e alguns poucos ramos do padrão de reprodução anterior (especialmente a indústria automobilística), são a pedra de toque do capitalismo brasileiro nesse começo de século. Se antes os ramos da indústria de automóveis, a de eletrodomésticos e a indústria bélica faziam do mercado externo, do consumo suntuário e do Estado fatores de realização dos valores de uso produzidos, hoje são principalmente as exportações do agronegócio e do segmento de extrativa mineral que mobilizam o mercado externo na segunda fase da circulação, enquanto a indústria automobilística prossegue encontrando no consumo suntuário e no Estado (via isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados) seus canais de realização.

Ao mesmo tempo, antigos e novos trustes capitalistas nacionais expandiram seus negócios, com aportes financeiros do BNDES e ofertas de ações na bolsa de valores (fusão do capital bancário e do capital industrial). Todavia, o subimperialismo brasileiro

não desapareceu com o fim do padrão industrial diversificado, apenas assumiu novas formas no novo padrão exportador de especialização produtiva¹¹. Por que a privatização e a desnacionalização das empresas exportadoras e do sistema bancário não foram iguais no Brasil e nos demais países da região? Por que a burguesia interna e o Estado brasileiros não foram simplesmente absorvidos pelo capital estrangeiro como em outros países, mas de maneira integrada a este atuaram como coadjuvantes – e até mesmo como protagonistas – do processo de desnacionalização no continente? A condição de país subimperialista é a chave para explicar essas peculiaridades.

A COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA COM O IMPERIALISMO VIA CONJUNTURAS

A categoria a expressar a ação do Estado, nas diferentes conjunturas, em uma formação econômico-social que ascendeu à condição subimperialista é da cooperação antagônica. Esta foi definida como a busca de uma autonomia relativa no marco da dependência: “As relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo”. Cooperação antagônica significa que o país subimperialista jamais deixa a condição de economia dependente. Não é um país imperialista:

Sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo (senão estaria questionando o próprio capitalismo) a burguesia nacional pode, no entanto, barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração, etc. (MARTINS, s/d).

Como proposto, o antagonismo expressa a busca por uma autonomia relativa na política internacional e pelo controle de uma parcela da massa de valor, de modo a ser uma economia que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor. Nem todos os países dependentes que adentraram na etapa dos monopólios e do capital financeiro reuniram condições para praticar uma política nos termos da cooperação antagônica. Além disso,

tais relações [nos termos da cooperação antagônica] dependem das correlações de força em cada momento: a conjuntura econômica internacional e dentro de cada país, a situação política, as distensões e

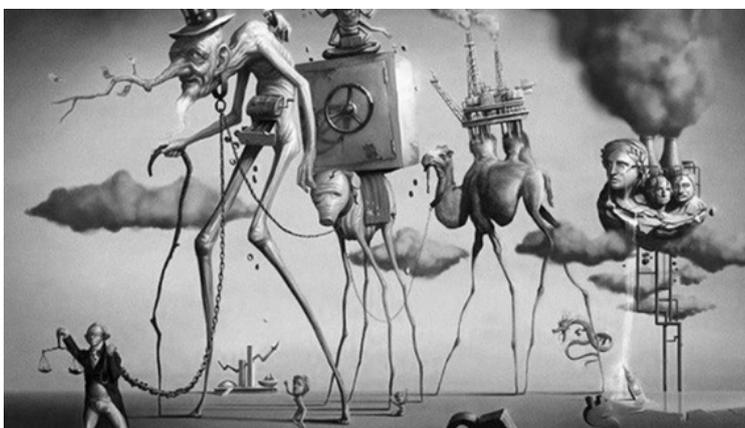
agravamentos com as forças revolucionárias, etc. (MARTINS, s/d).

Onde esta não foi possível, o novo caráter da dependência reforçou a formação subordinada. Onde, ao contrário, as relações com os centros dominantes se deram nos termos da cooperação antagônica é porque se criaram as condições para uma autonomia relativa, amadurecendo a formação subimperialista. É nesse sentido que reside a ponderação de Marini:

Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou [...] (MARINI, 1992, p. 138). A concretização histórica do subimperialismo não se deve a uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias a seu desenvolvimento não assegura por si só a conversão de um país em um centro subimperialista [...] Neste sentido, em nossos dias, [é] o Brasil [que] se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo (MARINI, 2012, p. 41).

CONCLUSÃO

Como procuramos sustentar em nossa análise, a categoria de subimperialismo formulada por Marini expressa uma totalidade formada por diferentes níveis de abstração. A confusão dos diferentes níveis de análise ou de abstração que compõem o subimperialismo como totalidade – tomando as determinações históricas de apenas alguns ou um deles – é a origem de muitos dos equívocos interpretativos sobre a categoria proposta por Marini. Na condição de fenômeno histórico, o subimperialismo vai tendo suas formas modificadas, embora conservando sua mesma essência. Desconsiderar esses dois pressupostos foi a origem de muitos dos



11) Para uma análise do atual padrão exportador de especialização produtiva, ver Osorio (2012b).

equivocos interpretativos em torno do conceito desenvolvido por Marini.

Evidentemente é muito mais cômodo apontar as lacunas que não poderiam ser diferentes para uma análise ainda embrionária do que seguir a trilha inaugurada por Marini, avançando sua investigação. Mas aceitar a primeira opção pode significar fazer a teoria andar para trás. Nossa opção, ao contrário, foi demonstrar que em Marini estão os fundamentos para uma teoria global sobre o subimperialismo e que é a partir deles que daremos conta de explicar com o devido rigor as atuais tendências expansionistas do capitalismo brasileiro e da sua política exterior, como são as fusões e aquisições envolvendo multinacionais com capital brasileiro, o controle das matérias-primas e fontes de energia nos demais países latino-americanos e em países do continente africano ou a ocupação militar do Haiti.

Tanto as análises que sobredimensionam a autonomia do capitalismo e do Estado brasileiros como as que negligenciam sua autonomia relativa dentro dos marcos da sua dependência detêm incompreensões acerca do significado de subimperialismo. Para as primeiras, não faria sentido subimperialismo pois este suporia ser mera correia de transmissão do imperialismo dominante. Para os adeptos da segunda visão, a categoria não se sustentaria por implicar a ideia de um imperialismo de segunda grandeza. Nem uma nem outra acepções correspondem ao conceito de subimperialismo, cujo verdadeiro significado esperamos ter ajudado a repor ao longo deste artigo.

Hoje, consoante se pode afirmar, o Brasil na América Latina, a África do Sul na África Austral, Israel no Oriente Médio e a Índia no Sudeste Asiático consistem de exemplos de países subimperialistas, cujas estruturas de poder e lógica de atuação exigem-nos uma análise rigorosa sem prescindir da sua complexa malha categorial. Dessa maneira entre os países do grupo BRICS, Brasil, África do Sul e Índia são economias que expressam tendências examinadas por Marini com base na categoria subimperialismo. China não pode ser caracterizada como subimperialista, mas sim como um imperialismo sui generis ou de novo tipo, inclusive suplantando os EUA e a UE como principal mercado de destino das exportações latino-americanas e como principal investidor na região. Por sua vez, a Rússia, tampouco, é uma formação econômico-social subimperialista, mas um antigo império que participou, até 1917, da corrida e das contradições interimperialistas no momento da chegada do capitalismo à sua fase superior. A restauração do capitalismo na Rússia, com o colapso da URSS, recolocou-a no concerto das potências imperialistas. É tema para outro artigo, contudo, comparar o contexto e o caráter da ascensão e do modo como se exerce o poder por parte de cada um dos países ou economias integrantes do BRICS. Por ora,



ressaltemos que nem a China, nem a Rússia fazem parte do capitalismo dependente, mas sim o Brasil, a África do Sul e a Índia.

Não estamos sugerindo, com isso, que não existam interesses e vínculos comuns, no interior do grupo BRICS, entre os Estados e as classes e frações de classe pelas quais estes respondem. Entretanto, a teoria e a realidade social concreta nos indicam um conjunto de problematizações necessárias, sob pena de velarmos as relações políticas e econômicas de poder mundiais e a verdadeira configuração das relações imperialistas na atualidade, em que pesem as contradições internas e as novas formas da cooperação antagônica observadas entre os elos dominantes e os elos subordinados da corrente imperialista.

No tocante ao Brasil, nos últimos quinze anos pudemos evidenciar antigos e novos trustes capitalistas brasileiros expandirem seus negócios, com aportes financeiros do BNDES e ofertas de ações na bolsa de valores (fusão do capital bancário e do capital industrial), absorvendo riquezas nacionais dos países vizinhos, como o fizeram as mineradoras Vale e Votorantim, os frigoríficos Marfrig e JBS Friboi, a Petrobrás, as construtoras Odebrecht e OAS, o Grupo Gerdau, etc. Se, por um lado, o Mercosul subimperialista contrasta com a ALCA do grande imperialismo, por outro, assim como a Unasul – quando esta se restringe a um foro de implementação da IIRSA – coloca em prática, em nome da integração regional, o papel que o imperialismo nos reserva na divisão internacional do trabalho, com a particularidade de buscar uma esfera de influência própria e uma autonomia relativa para a burguesia dependente, nos termos da cooperação antagônica com os centros imperialistas e às custas dos povos irmãos. Nesse sentido, substituir os EUA ou a UE pela China como principal mercado de destino das exportações em nada altera a lógica do imperialismo, que finca raízes em nossas sociedades e segue provocando o despojo dos povos no continente, com a participação ativa dos governos brasileiros de Lula e Dilma, como se vê nas lutas em Tipnis na Bolívia, na Amazônia peruana e equatoriana, nas terras uruguaias e paraguaias, em países africanos, etc. enquanto são negadas à classe trabalhadora brasileira suas condições mais essenciais de vida e trabalho.

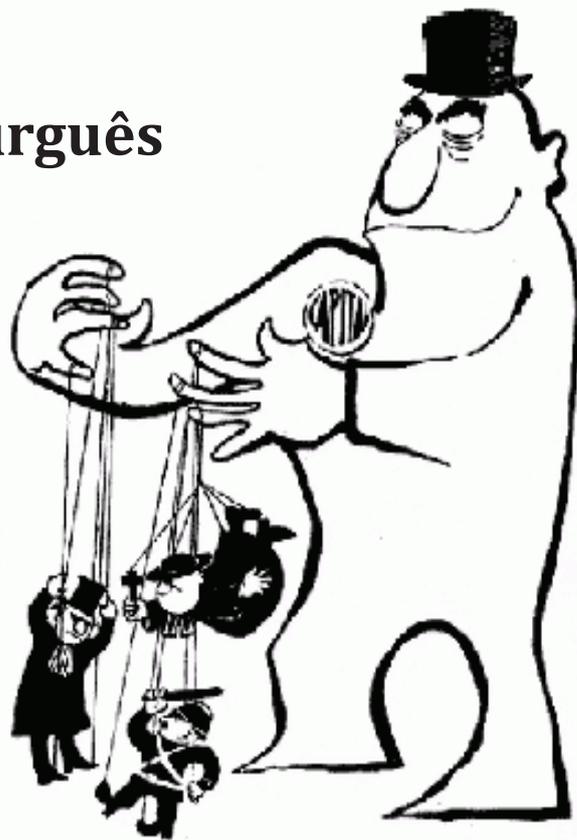
Se o significado de dependência é o de economias voltadas para atender necessidades de outras economias e o subimperialismo é uma economia dependente que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor das nações mais débeis, como antes, hoje o subimperialismo brasileiro participa do despojo da classe trabalhadora e dos povos a ele submetidos para reproduzir ampliadamente o despojo da própria população trabalhadora em seu território. O maior frigorífico do mundo pertence à burguesia de um país que nega alimento à sua população. O maior banco de fomento do mundo pertence a um país onde metade do orçamento público federal se destina ao pagamento da alta burguesia financeira. Algumas dentre as maiores construtoras do mundo fazem parte do bloco no poder de um país onde a classe trabalhadora, sem esgoto e saneamento, e sem transporte coletivo de qualidade, despende até quatro horas diárias se deslocando entre o espaço de trabalho e de moradia em suas metrópoles. Tudo isso confirma a atualidade da conclusão de Marini em sua obra *Subdesenvolvimento e revolução*, qual seja: o caráter subimperialista que a burguesia dependente procura imprimir à sua dominação deve tornar irmanadas a resistência antiimperialista no continente e a luta de classes que move (e deve mover) a classe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2012.
- BUKHÁRIN, N. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da Dialética da Dependência. Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979.
- COLES, J.; COHEN, R. O subimperialismo sul-africano. In: CENTRO DE ESTUDOS DA DEPENDÊNCIA-CEDEP (Org.). *A África Austral em perspectiva*. Vol. 2. A África do Sul e as ex-colônias portuguesas. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- FERREIRA, C.; LUCE, M. S. Introdução. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.
- _____. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. *Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. 2011. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MAGDOFF, H. Imperialism without colonies. In: MAGDOFF, H. *Imperialism. From the colonial age to the present*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- _____. *Dialética da Dependência*. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. *As razões do neodesenvolvimentismo*. Resposta a Cardoso e Serra. In: SADER, E. (Org.). *Dialética da dependência: Antologia de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *América Latina: Dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- _____. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Cuadernos Políticos, Cidade do México: Ediciones Era, n. 12, p. 21-39, 1977 [1977a].
- _____. *Estado y crisis en Brasil*. Cuadernos Políticos, Cidade do México: Ediciones Era, n. 13, p. 76-84, 1977 [1977b].
- _____. *Crisis del Pacto Andino*. El fracaso del desarrollismo. *El Sol de México*, Cidade do México, 14 de outubro de 1976.
- MARTINS, E. APERJ, Coleção DARF, Documento 545, p.4. [s/d].
- NKRUMAH, K. *Neocolonialismo: Última etapa del imperialismo*. Cidade do México: Siglo XXI, 1966.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012 [2012a].
- _____. *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região*. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012 [2012b].

Os trinta e três anos do regime democrático-burguês brasileiro

Alex Brasil



INTRODUÇÃO

O regime democrático-burguês no Brasil completou 33 anos. Ao longo de todo esse período ocorreram eleições, quase sempre com intervalos de dois em dois anos (1985, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 98, 2000, 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14 e 2016), ora para prefeitos e vereadores ora para deputados, senadores, governadores e presidentes. Totalizaram-se, dessa forma, 17 processos eleitorais desde 1985. Isso sem contar os segundos turnos que muitas dessas eleições tiveram. A esse total somam-se dois plebiscitos realizados em 1993 (sobre regime de governo) e 2005 (contra ou a favor do desarmamento).

Foram eleitos e reeleitos, nessas quase duas décadas e meia de “democracia”, três presidentes que foram cassados ou presos no período anterior de regime militar: o professor e sociólogo Fernando Henrique Cardoso (cassado da cátedra na USP, em 1968), Luís Inácio Lula da Silva (cassado da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e preso, em 1980) e Dilma Rousseff (presa por participar da luta armada, em 1970).

Nesse período de “democracia” também foi produzida uma nova Carta Constitucional (1988) e dois presidentes foram impedidos de continuar exercendo o mandato (Collor de Mello em 1992 e Dilma Rousseff em 2016) pelo poder Legislativo, decisões ratificadas pelo Judiciário.

Por fim, existem 35 partidos legalizados (sendo quatro de esquerda, com programas operários, penetração na classe trabalhadora e movimentos sociais como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o Partido da Causa Operária e o Partido Socialismo e Liberdade) e 56 partidos aguardando autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Observemos os números do período anterior, do Regime Militar (1964-85), impostos pela força dos tanques: somente em seus primeiros 15 anos, cerca de 10 mil cidadãos exilaram-se; 4.682 foram cassados por diversos meios (políticos eleitos, juízes, desembargadores, ministros das Cortes superiores e sindicalistas); 245 estudantes expulsos das universidades; milhares de pessoas passaram pelos cárceres políticos; mais de trezentos foram assassinados pelo aparelho repressivo (sem contar com as vítimas feitas pela ditadura na população indígena); 7.367 cidadãos processados por

atividades políticas de oposição e 6.385 indiciados por inquéritos policiais pelos mesmos motivos.

Além disso, mesmo com o Regime Militar procurando disfarçar, nesses vinte anos de vigência, foram realizadas apenas 05 (cinco) eleições gerais, nenhuma para o cargo executivo principal. Dessa forma, ocorreram seis eleições indiretas para presidente, três para governadores (contra duas diretas) e também por eleições indiretas prefeitos de capitais de regiões fronteiriças, de estâncias hidrominerais, de municípios com usinas e até senadores (o chamado “senador biônico”, criado pelo “Pacote de Abril” de 1977).

Também uma Carta Constitucional foi produzida no Regime Militar (em 1967). Foi feita, porém, em meio às cassações e aos Atos Institucionais editados pelo Regime. Em seguida, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, mais do que uma Emenda Constitucional à Carta de 1967, praticamente fez uma nova Constituição. Entre outras coisas, o AI-5 acabou com o “habeas corpus”, no caso de crimes considerados como políticos pela ditadura militar. Registre-se: o habeas corpus é um direito fundamental do indivíduo contra a ilegalidade ou o abuso de poder do Estado, remédio jurídico originado no Direito Romano e, depois, na Magna Carta, outorgada pelo rei inglês, João Sem Terra, em 1215.

Convém lembrar que nenhum general presidente foi afastado de suas funções. Apenas o marechal Costa e Silva, por motivos de doença, foi substituído por uma Junta de Militares em detrimento ao vice-presidente civil, Pedro Aleixo, que estava respaldado para assumir

a presidência pela Constituição de 1967.

E apenas dois partidos funcionaram na maior parte do Regime Militar: a Aliança Renovadora Nacional (a ARENA, situacionista) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB, “oposicionista”), abolidos os partidos anteriores ao Golpe de 1964. Só foram criados novos partidos, nos estertores da ditadura: o Partido Democrático Social (o PDS, a antiga ARENA); o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, parte do antigo MDB); o Partido Popular (PP, parte do antigo MDB, que acabou voltando à sigla de origem); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e um único, na ocasião, operário e de esquerda o Partido dos Trabalhadores (PT).

Na aparência, como vemos, comparando os dois períodos, temos muito mais democracia no Brasil de 23 anos para cá. As instituições funcionam como sempre fazem questão de lembrar os grandes meios de comunicação. Tomam por base exemplos de impedimentos de presidentes eleitos, até mesmo as prisões recentes de um ex-presidente e de seus ministros. Procuram, assim, dar a prova cabal que a “lei funciona para todos”. Será mesmo?

Essa contribuição tem por objetivo debater se a assertiva de que temos “muito mais democracia” no Brasil nas últimas décadas é verdadeira e qual o caráter da dita “democracia”.

CONCEITOS PRELIMINARES PARA ESSE DEBATE: O QUE É ESTADO, REGIME E GOVERNO?

Antes de entrar na discussão é necessário, primeiramente, pontuar o conceito de Estado. O Estado moderno, concebido na Teoria do chamado Contrato Social – por Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Charles Montesquieu, entre outros pensadores contratualistas anteriores ou contemporâneos à Revolução Francesa – era baseado em uma visão de uma superestrutura neutra, um palco possível de disputa entre os segmentos antagônicos política e economicamente de uma determinada sociedade. Essa visão acabou sendo vitoriosa com o fim do “Ancien Regime”.

A partir da experiência das revoluções do século XIX na Europa, posteriores à grande Revolução Francesa, o alemão Karl Marx em seu livro “O 18 Brumários de Luís Bonaparte” enxergou a máquina do Estado não como algo neutro e, sim, como inimigo numa percepção totalmente distinta da visão neutra dos contratualistas: “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, em vez de destruí-la”. Nesse sentido, para o filósofo germânico não estava em discussão a disputa da máquina do Estado burguês, era exatamente o contrário: a discussão era destruir o mesmo. Marx defendia que através da aparência “neutra” do Estado, a burguesia exercia a sua ditadura e o seu domínio econômico de classe.

Já o russo Vladimir Ilyich Ulianov, Lenin, no seu livro clássico “O Estado e a Revolução”, escrito no calor

da grande Revolução Russa de 1917 contra o regime de Alexander Kerensky, acabou aperfeiçoando a visão marxista. Em polêmica com alguns marxistas russos – que advogavam a visão defendida da maioria do partido socialdemocrata alemão de que o Estado estava sempre em disputa – Lênin escreveu que, “a classe operária deveria destruir, esmagar, fazer explodir (...) toda a máquina estatal”. Para Lenin, em resumo, o “Estado era um bando de homens armados”, a serviço de uma determinada classe, rechaçando à suposta neutralidade do mesmo.

Em base a esses pressupostos defendidos por Marx e Lenin buscaremos agregar o conceito de regime, tomando-o como roupagem superestrutural, de um determinado Estado e em determinada conjuntura. Em suma: o regime é baseado em instituições que defendem esse Estado burguês e o identifica.

Dessa forma, tivemos diversos regimes, em distintas fases do Estado moderno burguês no mundo: a) Regime democrático-burguês baseado em um Executivo respaldado pelo Parlamento, por partidos e também pelo poder Judiciário; b) Regime fascista com partido único, sem nenhuma liberdade democrática, sustentado por forças de repressão que destroem as organizações político-sindicais da classe trabalhadora; Regime semifascista em que a ditadura do partido governante, baseada nas forças de repressão, é disfarçada por alguns mecanismos “democráticos”; Regime kerenskysta baseado em direções e organismos reformistas e colaboracionistas da classe trabalhadora, face à fragilidade da burguesia frente à ascendente e ameaçadora possibilidade de uma revolução social; Regimes bonapartistas e semi-bonapartistas funciona como árbitro ou algo mais frágil entre as instituições do Estado burguês e outros modelos menos comuns.

E, por fim, o governo que exerce o poder em qualquer tipo de regime ou Estado. Como vemos, no caso do Brasil tivemos, no período de 1964 a 1985, um regime semifascista com vários governos de generais presidentes. E de 1985 até 2018 temos um regime democrático-burguês com governos presidencialistas civis, ora de “direita” ora de “esquerda”.

Tanto o regime semifascista quanto o regime democrático-burguês, assim como os respectivos governos militares e civis estiveram a serviço da manutenção do Estado burguês brasileiro, órgão de centralização e gestor dos negócios do capital no Brasil, além de ser a instituição para garantir, através das forças de repressão, o poder da classe dominante frente à classe trabalhadora.

O REGIME DEMOCRÁTICO-BURGUÊS BRASILEIRO: DE SUA REFUNDAÇÃO EM 1985 AOS ANOS FHC

A burguesia brasileira sempre foi preventiva e por isso sempre teve maior ascendência política na

América Latina desde a formação do Estado Brasileiro, no século XIX. As saídas “por cima” e controladas pelas classes dominantes, para a construção e afirmação desse Estado, se verificaram desde o início com a proclamação da “Independência” frente a Portugal. “Iniciativa” protagonizada por um príncipe da metrópole colonizadora para que o processo de libertação não fosse encabeçado por indígenas, como ocorreu na revolta do século XVIII no Peru (Tupac Amaru). Ou para não ocorrer como no Haiti (uma rebelião negra no final do século XVIII dirigida por Toussaint Louverture). Até mesmo processos de emancipação como o das colônias espanholas na América, chefiadas por caudilhos “criollos” das elites locais (dentre eles o libertador Simon Bolívar), foram evitados.

Seguindo essa lógica de “saídas controladas por cima”, também foi assim na “abolição” da escravatura (o Brasil foi o último país das Américas a fazê-la e o quinto último do mundo) “realizada” por Isabel, a princesa branca.

Em seguida, o advento da República veio através de um marechal do Exército, Deodoro da Fonseca. Décadas depois o processo de industrialização ganhou impulso com a “República Nova”, de 1930. Filha de uma “revolução” chefiada por um estancieiro gaúcho, o populista Getúlio Vargas (depois alcunhado como “Pai dos pobres”), sem uma Guerra Civil sangrenta como a que ocorreu na Secessão Norte-americana que, por tabela, ainda eliminou a escravidão nos EUA.

Portanto, seguindo essa lógica, a transição da ditadura militar brasileira para o regime democrático-burguês, em 1984-85, também obedeceu a esse ritual: foi parida no Colégio Eleitoral em clara traição à multitudinária Campanha das “Diretas, já!”. Diferentemente do que havia acontecido na Argentina, nenhum torturador brasileiro foi preso, os arquivos secretos da ditadura brasileira não foram abertos e os órgãos de repressão foram repaginados.

A chapa que foi eleita no Colégio Eleitoral (organismo espúrio composto por representantes de Assembleias Legislativas estaduais e até por senadores “biônicos”) tinha como vice-presidente José Sarney, o antigo dirigente máximo do partido da ditadura. O PT, único partido de esquerda daquele período, após um duro debate interno que lhe custou a expulsão de três deputados, não foi ao Colégio Eleitoral e denunciou a traição da Campanha das “Diretas, já!”

A chapa que foi vitoriosa no Colégio Eleitoral se comprometeu a não mexer em nada do entulho autoritário e da legislação remanescente da ditadura, fundamental para enfrentar a classe trabalhadora que vinha de um processo de lutas, desde 1977. Com o falecimento de Tancredo Neves antes de sua posse, José Sarney chegou à presidência no que se convencionou como “Nova República”, recheada de antigos colaboradores e membros do Regime Militar.

A “Nova República”, no primeiro ano, permitiu a legalização de partidos de esquerda considerados ilegais na ditadura, como o PCB e o PC do B. Mas, as mortes de ativistas continuaram a ocorrer como nos tempos do Regime Militar: só em 1986, três lideranças ligadas à luta pela terra foram assassinadas: Padre Josimo no Maranhão, Margarida Alves na Paraíba e Nativo da Natividade em Goiás.

Se o governo Sarney se caracterizou na maior parte do tempo como um governo frágil frente à crise econômica e a uma classe trabalhadora na ofensiva, as instituições fundamentais do regime democrático-burguês parido (o Parlamento, principalmente) foram se consolidando e se mostraram suficientemente fortes para produzir uma nova Carta Constitucional. Através desta, deram assento ao “Pacto Social”, que se instalava na Assembleia Constituinte, com as burocracias partidária e sindical que dirigiam instrumentos de luta importantes naquela década (o PT, a CUT e centenas de sindicatos combativos), alijadas ou secundarizadas da mesa pelo Regime Militar. Já não era mais o stalinismo que tinha a direção do setor mais dinâmico da classe trabalhadora, era sim o grupo de sindicalistas dirigidos por Lula desde as greves de 1978, no ABC paulista.

Entretanto, nenhuma das tarefas democráticas como Reforma Agrária e soberania nacional foram cumpridas pela burguesia nacional, na chamada “Constituição Cidadã” de 1988, mostrando a falência da classe dominante nacional para essas tarefas, comportamento típico de burguesias de Estados dependentes na fase imperialista e monopolista do capital.

De qualquer forma, os grandes meios de comunicação festejaram a retomada do “Estado democrático de direito”. No entanto, democrático e de direito para quem?

As greves “ilegais” no Regime Militar passaram a ser consideradas “abusivas” e dias depois da assinatura da “Constituição Cidadã” alguns acontecimentos indicaram a resposta dessa pergunta: Os operários da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, ao enfrentaram o exército, tiveram três metalúrgicos assassinados. Antes do final de 1988, os seringueiros do Acre também perderam um de seus líderes. Chico Mendes, o sindicalista cutista e ambientalista, foi assassinado por grupos paramilitares no Acre.

A assinatura pelo PT da Constituição de 1988, que consagrava principalmente a propriedade privada dos meios de produção, se deu mesmo após forte polêmica interna. Esse ato terminou por ser um marco na adaptação do partido ao regime democrático-burguês e ao Estado brasileiro e, por osmose, também de vários agrupamentos de esquerda que se abrigavam sob a sigla do PT com a cooptação de organizações e de milhares de ativistas.

A adaptação do Partido dos Trabalhadores ao

regime e ao Estado se reforçou com vitórias eleitorais em prefeituras e governos estaduais importantes, quando se criou uma base material fortíssima para que os petistas defendessem o chamado “Estado democrático de direito”, mesmo perdendo as eleições presidenciais de 1989.

Com a derrocada das economias planificadas no Leste Europeu e com a ofensiva ideológica de que o capital havia vencido, todo o debate desenvolvido nas próprias instâncias do PT e da CUT – sobre processos em que a chamada “democracia burguesa” desmontou, pelas vias democráticas, processos revolucionários (Portugal pós 1974 e Nicarágua pós 1979) – foi uma antessala do golpe de direita (Brasil em 1964, Chile em 1973 e Argentina em 1976) ou foi esquecido.

O desenvolvimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores brasileiros e o sindicalismo classista (em que o PT e a CUT tiveram um papel fundamental, nos anos oitenta) foram substituídos pelo discurso de cidadania e pelo sindicalismo de “parceria”, “participativo” e “cidadão”. Discussões importantes como as de gênero, racial, orientação sexual, etc. passaram a ser isoladas, equivocadamente, da discussão de classe. O objetivo petista passou a ser construído como uma hegemonia na sociedade civil sem combater o Estado e seu regime, em uma clara deturpação do conceito desenvolvido pelo marxista italiano Antônio Gramsci.

A década de 1990 foi marcada pela aplicação dos ajustes liberais e por uma desestatização forte, por ataques à economia nacional, ao serviço público e ao parque industrial brasileiro seja por Collor de Mello seja por Itamar Franco ou por Fernando Henrique Cardoso.

O sindicalismo cutista, já no seu viés “cidadão”, defendeu a implantação das Câmaras Setoriais Tripartites (empresários, trabalhadores e governo), defendendo a lógica de que o governo (assim como o Estado) era neutro.

O Pacto Social saía das sessões que pariram a Constituição de 1988 e ia para o movimento sindical, se adaptando à reestruturação produtiva e deixando os trabalhadores desarmados para enfrentar uma das maiores ondas de desemprego que o país tinha vivenciado.

Mesmo a crise do impeachment que derrubou Collor de Mello em 1992 teve um PT “parceiro” juntamente com o seu sócio menor, PC do B (que dirigia a UNE e a UBES com grande visibilidade na crise em função da ação dos estudantes), que administraram a saída em torno do vice Itamar Franco. Diga-se de passagem, o PT antes das mobilizações estudantis era contra o “Fora, Collor!”. O regime democrático-burguês brasileiro dava mostras de sua ação preventiva e o PT de sua integração a ele: no plebiscito sobre o regime de governo em 1993, os petistas fizeram campanha pelo presidencialismo, fortalecendo o Executivo e, por tabela, o interino governo Itamar.

Foi nesse período que começou um processo de criminalização das lutas de trabalhadores: em 1995, os petroleiros fizeram uma histórica greve, sendo duramente atacada pelo governo FHC, pelas instituições do regime democrático-burguês (parlamento, Judiciário), pelos grandes meios de comunicação, pelo então presidente da CUT, o Vicentinho e pela espinha dorsal do Estado brasileiro: o Exército. Isolada, a greve dos petroleiros foi derrotada.

A derrota dos petroleiros marcou o refluxo no movimento sindical frente aos ajustes liberais do Plano Real. Mas, outro ator social aparecia: o Movimento dos Sem Terra (MST) que ganhou grande destaque na segunda metade da década de 1990 sendo bastante atacado – não somente pelas instituições do regime democrático-burguês e pelos meios de comunicação, mas também pelo Estado com suas forças militares regulares e as paramilitares, que foram as responsáveis pelo menos por duas grandes tragédias – e sofrendo o massacre de Corumbiara (Roraima, 1995) e o de Eldorado dos Carajás (Pará, 1996).

O REGIME DEMOCRÁTICO-BURGUÊS NOS 13 ANOS DE GOVERNO DO PT

Comprometidos até a medula com o grande capital (no documento “Carta aos Brasileiros”) o PT e Lula, na quarta tentativa de disputa presidencial, enfim chegaram ao poder central, coligado e apoiado por setores e partidos burgueses e por todos os partidos de esquerda daquele período (PCB, PC do B, PSTU e PCO, estes dois últimos no segundo turno), sendo que os dois primeiros entraram no governo*.

A conjuntura no Cone Sul era permeada pelo “Argentinação” (2001), pela reação popular que derrotou o golpe de direita na Venezuela (2002) e pela “Revolta da Água na Bolívia” (2003). Mas, o atrelamento ao capital rentista fez com que o PT desprezasse essa conjuntura e fizesse um “governo da ordem” para a “ordem vigente”. Tal fato se verificou na acomodação do governo Lula às instituições do regime democrático-burguês, com o seu leque de alianças parlamentares cada vez mais à direita. Soma-se a isso sua permissividade com o fato de poucas famílias controlarem e monopolizarem os grandes meios de comunicação.

Além disso, o PT procurou dar mais credibilidade a uma instituição reacionária como o poder Judiciário com a Reforma do Judiciário e com a criação do Conselho Nacional de Justiça (2004). E também no Plebiscito sobre o Desarmamento de 2005, o PT defendeu, na prática, o controle do monopólio pelo Estado burguês.

As políticas assistencialistas para desempregados e trabalhadores precarizados desenvolvidas pelos governos petistas foram novo mecanismo de controle social no interior do regime democrático-burguês, inspirada na prática do Partido Revolucionário Institucional, que por décadas governou o México.

Paralelamente, nos governos petistas foi que se aplicou para valer a Lei nº 7783 de 1989, que se voltava contra o direito de greve garantido pela Constituição de 1988 e o regulamentava sobre os serviços considerados essenciais (quase todos, diga-se de passagem), estipulando um efetivo mínimo de 30% de trabalhadores na produção de movimentos paretistas. Em resumo: legitimou a tutela do Estado burguês sobre os movimentos da classe trabalhadora.

Em ambiente de tanta obediência à ordem, o poder Judiciário e suas cortes supremas passaram a ter cada vez mais papel de destaque, inclusive, sendo um instrumento poderoso do regime democrático-burguês sob os governos petistas. Com isso busca coibir protestos e greves com a utilização de interditos proibitórios, com a aplicação de multas milionárias aos sindicatos, entidades e ativistas visando, dessa forma, atender os interesses das grandes corporações.

Ou seja, passamos, por exemplo, da decretação da ilegalidade ou abusividade de um movimento grevista (decisão que permitia a demissão de ativistas e a utilização das forças de repressão) para uma política de quebrar financeiramente e politicamente os sindicatos e entidades, coadunadas obviamente com a sempre utilização das forças de repressão legais.

Por fim, em meio às Jornadas de Junho de 2013 se fortaleceu, contraditoriamente, o Ministério Público, outra instituição reacionária do regime com a bandeira contra a PEC-37, que limitava os seus poderes. Os desdobramentos classistas das Jornadas de Junho (que duraram até metade de 2014) foram, assim, derrotados com a prisão de 23 ativistas no Rio de Janeiro nos protestos contra a Copa do Mundo e com a violenta repressão à greve dos metroviários paulistas. Neste contexto foi criada, no governo Dilma Rousseff, a chamada Lei Antiterrorismo que criminaliza, como nunca antes desde o restabelecimento do regime democrático-burguês, o movimento social.

A DEMOCRACIA BURGUESA APÓS O IMPEACHMENT DE DILMA: O SOMBRIO PODER JUDICIÁRIO PASSA A SER A PRINCIPAL INSTITUIÇÃO DO REGIME

A crise estrutural do capital (reaberta com a chamada crise das hipotecas norte-americana, em 2008) atingiu, em cheio, o primeiro e segundo governo de Dilma Rousseff. A vitória apertada nas eleições presidenciais de 2014 deu a senha para que o Judiciário à frente, juntamente com o MP, a Polícia Federal, os grandes meios de comunicação e o Legislativo conspirassem com sucesso para o impeachment.

Divulgação ilegal de provas, atropelos jurídicos, a utilização como prova irrefutável do mecanismo da delação premiada (com a figura do terrorista arrependido na ditadura militar) e até a restrição à concessão do Habeas-Corpus (como também no Regime Militar)

deram a tônica nos últimos três anos, até a prisão de Lula. Um juiz de primeira instância federal (Sérgio Moro) passou a mandar mais que seus superiores.

Por detrás de todo esse processo, muito mais do que a corrupção com a qual o PT também se misturou, as disputas entre as frações burguesas: uma diretamente ligada ao capital rentista – ao qual a “República de Curitiba”, as cortes superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça) e a maioria significativa do Parlamento prestam obediência – e outra mais ligada aos negócios com o Estado brasileiro, que se vinculou aos negócios do chamado BRICS, do qual o PT foi o principal porta-voz.

A prisão de Lula, de seus principais ministros e a tentativa de cerceamento à sua candidatura mostram que o “Pacto Social” construído na Constituição de 1988 foi quebrado. Ou seja, não foram somente os ataques contra os pouquíssimos direitos garantidos nessa Carta também o PT, que teve lugar privilegiado na mesa de negociações desde então para cumprir o papel de contenção da classe trabalhadora, depois de quase 30 anos, está secundarizado no jogo “democrático”.

Depois de mais de três décadas, ficou para um poder (o Judiciário), que sequer passa por um crivo de eleição popular (por mais limitada que esta seja) e também cheio de denúncias de privilégios e de corrupção, a tarefa de ser atualmente a principal instituição do regime democrático-burguês. Diante de um Executivo (Michel Temer) e de um poder Legislativo fracos, o poder Judiciário foi fundamental para respaldar ataques de interesse do capital rentista como o congelamento dos gastos públicos por duas décadas, a Reforma Trabalhista e o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos.

TEMOS MAIS DEMOCRACIA NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS?

Respondendo a primeira pergunta do início desse texto, como vemos ao longo de 33 anos, houve uma repaginação da democracia burguesa brasileira. Nascida de um instrumento do arbítrio (o Colégio Eleitoral) e mantendo todo o entulho autoritário, atualmente, à semelhança da ditadura militar (o Estado Maior das Forças Armadas era quem ditava as ordens), tem como principal instituição do “regime democrático” e quem tem dado as cartas o Judiciário, um Poder que jamais foi republicanizado. Hoje, o Executivo e o Legislativo deixaram de ter papéis de atores principais na democracia burguesa brasileira, ainda que hoje existam partidos com quase quarenta anos de funcionamento contínuo, marca inédita na República brasileira.

A repaginação cada vez mais autoritária do “regime democrático”, guardadas as devidas proporções, traz a lembrança do período de Regime Militar: a restrição ao Habeas-Corpus; a volta de prisões políticas como a de Rafael Braga em situação de rua, para assim criminalizar

os protestos de 2013. Observamos, igualmente, a utilização de instrumentos de prova com validade questionável do ponto de vista jurídico (escutas não autorizadas, delações premiadas, etc.) parecidos com alguns dos anos de ditadura como confissões obtidas em tortura e criação da figura de “terrorista arrependido”.

O que mais chama atenção nesses últimos 33 anos é o número de lutadores sociais que morreram sob o “Estado democrático de direito”: após a restauração do poder civil, entre 1985 e 2016, a Comissão Pastoral da Terra registrou 1.833 assassinatos no campo. Entre as vítimas estão indígenas, lideranças quilombolas, camponeses, ribeirinhos, assentados, posseiros, garimpeiros e sindicalistas que se enfrentaram com latifundiários, madeireiros, empresas mineradoras e o agronegócio. Em 2017, a Anistia Internacional colocou o Brasil entre os quatro líderes globais em homicídios de ativistas com Colômbia, Filipinas e México: foram 58 ativistas ligados ao meio ambiente mortos, somente ano passado. E, até a morte da vereadora e ativista de direitos humanos Marielle Franco e de Anderson Gomes (15 de março último) mais oito ativistas tinham sido assassinados em 2018.

Esses números de mortos sob a “democracia brasileira” são bem superiores ao do Regime Militar (se não incluir os índios assassinados por resistirem às obras faraônicas da ditadura). E nos números mencionados nos últimos 33 anos não estão sindicalistas urbanos**; lideranças LGBTQS***; lideranças estudantis como Anderson Amaurilio assassinado em Londrina/PR, em 2003; as dez pessoas que morreram em algum episódio das Jornadas de Junho de 2013 e outros ativistas ambientais como o pescador Márcio assassinado em Mauá/RJ, em 2010.

Através desses dados se chega à conclusão, que a democracia burguesa somente mascara a ditadura de classe da burguesia e do seu Estado. Por tudo isso não se pode defender o chamado “Estado democrático de direito” como grande parte da esquerda brasileira hoje o faz e também não se pode esquecer de denunciá-lo permanentemente como outra parte da esquerda tem deixado de fazê-lo.

ENFRENTAR A DEMOCRACIA BURGUESA DE UM PONTO DE VISTA CLASSISTA E SOCIALISTA

Apesar da visão desenvolvida – a de denunciar permanentemente a democracia burguesa e procurar ser parte na conscientização e organização dos trabalhadores para que destruam o Estado Burguês que se esconde sobre a capa democrática – os marxistas revolucionários entendem que as conquistas e as liberdades democráticas existentes hoje no Brasil foram produto da luta dos trabalhadores, da juventude e de outros segmentos explorados e oprimidos. Por isso, tombaram no nosso país centenas de jovens e trabalhadores, que morreram enfrentando a ditadura militar.

Nesse contexto, voltaram as eleições gerais para governadores e presidente e também em muitas prefeituras (coisa que não existia no Brasil dos generais, pois as eleições eram indiretas). Assim, como outros direitos democráticos, as eleições gerais foram uma conquistas desse processo de enfrentamento contra a ditadura militar.

Entretanto, apesar dos marxistas revolucionários denunciarem a democracia burguesa, têm que apontar que a classe trabalhadora é a única classe que pode cumprir as tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia nacional (Reforma agrária, soberania nacional, etc). Assim, como é a única classe que pode sair na defesa das liberdades democráticas contra o cerceamento que está ocorrendo. Ora, combatendo à criminalização dos movimentos sociais; lutando pela revogação imediata da Lei Antiterrorismo, pelo livre exercício do direito de greve sem multas aos sindicatos, pelo direito à existência e contra o cerceamento à legalidade dos partidos da classe trabalhadora.

A essas bandeiras democráticas que deverão ser assumidas pela classe trabalhadora se soma a revogação de todo o entulho autoritário mantido e herdado da ditadura: fim dos organismos de repressão como PM e ABIN (ex-SNI); abertura imediata dos arquivos da ditadura e prisão de criminosos do Regime Militar; direito de organização dos ativistas nas empresas, sem a deduragem e perseguição dos departamentos de pessoal de cada empresa; pelo fim da perseguição às mulheres e à juventude, legalização das drogas e do aborto.

Outras bandeiras democráticas devem ser agregadas, mesmo que sejam somente para denunciar as instituições: Parlamento unicameral (com o fim do Senado) e com representação proporcional à população de estados da Federação, sendo os mandatos revogáveis e com deputado ganhando o salário médio de um trabalhador; direito de organização sindical e greve aos soldados e praças nas Forças Armadas; republicanização e democratização do poder Judiciário, etc. Como o “Estado democrático e de direito” jamais assumirá essas bandeiras, os marxistas revolucionários devem afirmar que a única democracia possível é a democracia operária, baseada nos organismos da classe trabalhadora e que a mesma só será alcançada através de uma revolução social que acabe com a propriedade privada dos meios de produção.

Dessa forma, como as eleições de dois em dois anos têm sido o principal ardil do regime democrático-burguês para cooptar e dividir a esquerda, mesmo sabendo que as eleições não vão mudar a vida dos trabalhadores, a participação no processo eleitoral é tático para os marxistas revolucionários. Ou seja, ao contrário de se repetir que a “eleição é farsa” e chamar sempre o boicote a mesma como fazem os anarquistas e também ao contrário daqueles que têm como princípio a participação desde sempre nas eleições como faz atualmente a maioria esmagadora da esquerda brasileira. Pode ser o chamado ao voto nulo, ou o voto nas

candidaturas classistas, socialistas e de esquerda ou mesmo o boicote ao processo eleitoral. Toda a tática nas eleições está mediada pela conjuntura específica, pelo nível de organização e conscientização da classe trabalhadora e sua de correlação de forças com a burguesia.

Porém, com qual tática for os marxistas revolucionários têm que ter como centro de intervenção o fortalecimento de uma consciência de classe e da construção de um programa socialista revolucionário, que contribua para educar os trabalhadores da necessidade de se auto-organizar por fora da tutela do Estado burguês para destruí-lo, através de uma revolução social. Portanto, toda intervenção nos processos eleitorais partem do pressuposto de que estão sendo escolhidos os executivos e os gerentes do Estado burguês, que continuará a serviço da ditadura de classe da burguesia sobre os trabalhadores.

Com o objetivo de reforçar essa consciência de classe e a construção de um programa socialista revolucionário, os marxistas revolucionários devem se colocar contrários a qualquer intervenção no processo eleitoral, com qual tática seja, fora desse propósito. Como, por exemplo, usar o eixo de cidadania contraposto ao conceito de classe. Isso também se encaixa nas bandeiras de gênero, raça, orientação sexual que devem vir também acopladas à discussão de classe: de que existem na sociedade duas classes antagônicas, que as questões de gênero, raça e orientação sexual são muito mais agravadas no capitalismo e para a classe trabalhadora, que uma revolução social pode colocar essas questões em melhores condições de serem debatidas e resolvidas do ponto de vista humano e não do capital.

Por fim, os marxistas revolucionários devem ser contrários a qualquer mecanismo material de atrelamento de organizações sindicais e políticas dos trabalhadores ao Estado burguês e ao seu atual regime, como o Fundo Partidário. O mesmo Estado brasileiro que garante a repressão, a opressão e a exploração da classe trabalhadora de conjunto (jovens, negros, mulheres, LGBTs) é o mesmo que, com a sua “mesada” do Fundo Partidário, compra e corrompe organizações partidárias e militantes.

Dito isso, é necessário enxergar que mais do que a repaginada cada vez mais autoritária, a democracia burguesa brasileira também deu uma encorpada, além de algumas dezenas de Executivos, Legislativos e Judiciários estaduais e milhares de Executivos e Legislativos municipais, ao longo desses 33 anos, tivemos a criação de novos organismos do atual regime brasileiro. São Conselhos Tutelares, Juizado



de Pequenas Causas, Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres, Conselhos Estaduais dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Conselhos Comunitários de Segurança Pública, de Saúde, etc. Tudo isso na esfera estatal (sem falar nas escolas e universidades públicas). E na esfera da sociedade civil são as Organizações Não Governamentais, impulsadas a partir dos anos noventa, que têm cumprido esse papel.

Portanto, cada nova trincheira e casamata fincadas pelo regime democrático-burguês brasileiro mascara-se ainda mais o Estado de classe da burguesia, desvia-se a luta dos

trabalhadores contra ele e corrompe-se organizações e militantes de esquerda. Não é sem motivo que esse Estado põe em debate o financiamento público de campanha e candidaturas avulsas, ideias, na aparência sedutoras, mas que visam trazer ainda mais para seu suposto jogo democrático a classe trabalhadora.

*o PCB participou do governo Lula no primeiro ano, em cargos de segundo ou terceiro escalão;

**Para citar alguns trabalhadores assassinados envolvendo o sindicalismo urbano nesses 33 anos: Willian, Valmir e Barroso metalúrgicos de Volta Redonda assassinados pelo Exército em 1988 na greve da CSN; Juarez Antunes presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e prefeito da cidade, assassinado em 1989; José Luís e Rosa Sunderman servidores da UFSCAR/SP, assassinados em 1994; Jair Antônio sapateiro de Sapiranga/RS, assassinado em 2005; Geovani Giroto aeronauta de Rondonópolis/MT; Evânio Costa do Sindicato dos Metalúrgicos de Recife, assassinado em 2006; Anderson Luís do Sindicato da Alimentação de São João de Meriti/RJ, assassinado em 2006; Benoni Alencar servidor da Justiça de Rio das Ostras/RJ, assassinado em 2011.

***Para citar algumas lideranças LGBTs assassinadas nesses 33 anos: Reginaldo Firmino de João Pessoa, em 2003; Mauro Antônio Cortes de João Pessoa, em 2005; Diego Vieira Machado do Rio de Janeiro, em 2016.

BIBLIOGRAFIA:

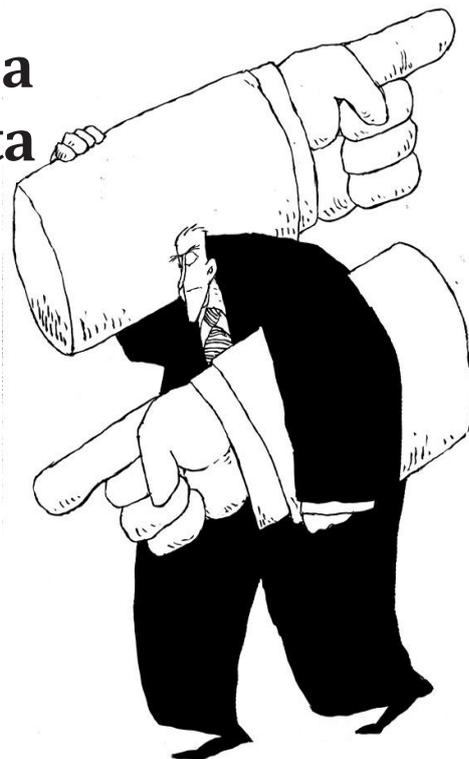
Contra os inimigos da ordem – a repressão política do Regime Militar brasileiro (1964-1985) – Marco Aurélio Vannucchi L. De Mattos e Walter Cruz Swensson Jr. - DP&A editora – 2003; História das lutas dos trabalhadores no Brasil – Vito Giannotti – MAUAD Editora Ltda – 2009;

O Estado e a Revolução – Vladimir Ilyich Lenin – Editora Expressão Popular – 2010;

Plantados no Chão – assassinatos políticos no Brasil hoje – Natalia Viana – Conrad Editora – 2007.

Elementos à compreensão da crise da alternativa socialista

Espaço Socialista



O objetivo desse texto é trazer ao debate algumas reflexões para contribuirmos e pensarmos alternativas a partir de um elemento fundamental na realidade: o estágio da consciência de classe da classe trabalhadora, que necessita ser compreendido em suas bases materiais, ou seja, considerando o processo produtivo e suas mudanças sob o capital. E, principalmente, como classe trabalhadora construirmos uma saída para superarmos o problema da nossa falta de consciência de classe.

A nossa concepção marxista de mundo, metodologicamente, nos permite compreender que as questões relativas à consciência não podem explicar a atualidade e nem qualquer outra época histórica, pelo contrário, essas questões são explicadas pelo desenvolvimento histórico de produção material da vida. Portanto, como diz Marx na *Ideologia Alemã*, não é “como na concepção idealista da história (...) explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material”.

UMA CRISE HISTÓRICA DA SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

A classe trabalhadora enfrenta um mundo com profundas desigualdades sociais. Por um lado, com aumento de concentração de riqueza. Por outro, segue a superexploração do trabalho, a precarizado e desemprego estrutural, que atingem milhões de pessoas.

A esfera de produção capitalista com seu caráter intenso e destrutivo condena a vida humana. Há o aumento de temperatura da Terra, milhares de espécies em extinção ou em risco, recordes em produção de grãos enquanto milhões de seres são condenados à fome, etc.

Assim, a crise estrutural segue se manifestando e se aprofundando para manter a lucratividade do capital para alguns e a pobreza para a maioria da humanidade manter o dilema em sobreviver, superar essa ordem social ou conviver cotidianamente com a ameaça de sua autodestruição.

Mesmo diante dessa necessidade histórica de superar o capital, reconhecemos que os obstáculos existem e são muitos. As dificuldades impostas pela realidade objetiva com a intensificação da exploração

são marcadas por forte ofensiva de agentes do capital sobre a classe trabalhadora. E não é somente em relação aos direitos sociais e trabalhistas, se dá também em relação ao aumento da repressão, à limitação de liberdades democráticas, ao controle sobre a maioria de direções sindicais no mundo, às campanhas ideológicas contra o socialismo promovidas pelo aparato burguês através de seus intelectuais, mídia, igreja, etc.

Com isso, é urgente a participação da classe trabalhadora com seus métodos de luta e de organização para revertermos essa forte ofensiva, derrotarmos a burguesia e buscarmos o fim da miséria. No entanto, o que temos é sua dispersão, confusão política e ideológica sem a força material necessária para se colocar como alternativa. Temos assim uma profunda contradição entre a necessidade e a possibilidade real de construir essa alternativa ao capitalismo.

Esse período histórico caracteriza-se pela crise de subjetividade de classe trabalhadora, ou seja, pela falta de referenciais e identidade de classe trabalhadora. Isso dificulta superar uma “primeira forma” de consciência quando temos a consciência burguesa, de senso comum. A ação individualizada pela sobrevivência concreta predomina, o indivíduo entende como natural a existência de pobre e rico, os problemas e contradições sociais cotidianas sob o capitalismo. Temos, assim, a consciência burguesa e a falta de consciência de classe da maioria da classe trabalhadora.

Lutas contra os problemas do cotidiano, condições de vida e por melhores salários permitem à classe trabalhadora entrar em contato com contradições dessa sociedade, identificar e relacionar os problemas antes vividos individualmente com os mesmos de

seu companheiro de trabalho, vizinho e de luta. É na experiência concreta de suas ações, na oportunidade de avançar para uma nova etapa em sua consciência que, conforme Mauro Iasi: “Esta via de superação é ainda mais clara ao tratarmos da classe operária, é na greve a sua mais didática manifestação. A injustiça vivida como revolta é partilhada numa identidade grupal o que possibilita a ação coletiva”.

No entanto, a inexistência de lutas e outras manifestações dificultam o movimento coletivo e integrado por transformação e o nascimento ou desenvolvimento da “segunda forma” de consciência de classe. Desse modo, a classe trabalhadora cada vez mais fragmentada não se reconhece enquanto classe social, não reage em seu local de atuação, fica distante das entidades e das lutas. E, ao não enfrentar no cotidiano a intolerância e violência da burguesia, não realiza o distanciamento da prática e da consciência burguesa, ou seja, segue na defesa e reprodução de valores morais e sociais propagados por essa sociedade como se fossem únicas e de sua classe.

Direções burocráticas (sindicais, populares, partidárias, etc.) contribuem para essa situação não somente dificultando a organização e unidade das lutas, o que impossibilitam seu fortalecimento e favorecem que tudo se mantenha como está. Além disso, se incorporam às gestões de empresas, administrações governamentais, etc. e defendem, no interior do movimento de trabalhadores, ideias e práticas para dificultar o desenvolvimento de uma consciência de classe. Culpam trabalhadores de outros países pela miséria, desemprego, alimentam a xenofobia, etc. Participam de acordos e mesas setoriais (com patrões, governos e sindicatos) e buscam alimentar a ideia de que é possível todos saírem ganhando com a conciliação de classes, dentre tantas outras práticas com semelhantes prejuízos.

Identificamos que em geral, mesmo quando há vitórias nessas lutas imediatas – como foi obrigar os governos Temer e Dória a recuarem temporariamente de suas propostas de Reforma da Previdência – não tem se avançado em formas organizativas com força e nem na consciência de classe, que busquem manter a organização e unidade de trabalhadores/trabalhadoras de forma independente da burguesia e das burocracias. As lutas esfriam e o retorno “ao comum cotidiano” leva à naturalização das relações sociais e seus problemas.

Uma crise de subjetividade se expressa na forma em que as pessoas pensam, agem e na existência ou não de movimentos coletivos. São nessas formas organizativas que temos o melhor termômetro para caracterizarmos o nível de consciência de classe do conjunto, pois esses níveis consciência correspondem a determinadas formas organizativas.

Entendemos, para exemplificar, que uma das formas organizativas predominantes em nossa época



é a de entidades sindicais, no entanto, contamos com a desindustrialização, robotização, desemprego, terceirização, precarização, etc. Com isso, impõe-se também a dificuldade de unidade, construção de greves e paralisações de produção, diminuição de taxas de sindicalização, pouca participação em atividades, etc.

E como dissemos, a crise de subjetividade apresenta problemas e o outro está na “terceira forma” da consciência, aquela que Marx chama de “consciência para si”, ou seja, quando o indivíduo entende os problemas como consequências da existência e das transformações do capitalismo, identifica a exploração do trabalho pelo capital e entende que as mudanças somente podem ocorrer através de uma revolução. Essa é a consciência revolucionária. As formas organizativas correspondentes para essa consciência são para tomar o poder no sentido do socialismo, isto é, com programa e com estratégia.

Uma revolução, não se dá com um golpe de uma minoria contra uma maioria, é resultado da organização e mobilização consciente da classe trabalhadora para realização de suas reivindicações pela força revolucionária. E para uma ação de tamanha importância histórica, por ser uma tarefa estratégica, é necessário termos formas de organização para além de lutas imediatas.

Para alguns setores da esquerda revolucionária – de trotskistas a maoístas – o partido (e, em especial, o partido único) é a única forma organizativa de consciência revolucionária. Isso, por si, é uma contradição, pois como representar o conjunto da classe somente com uma parte dela? Outra contradição é a que se refere à forma partido, pois de maneira geral, vários são possíveis. No entanto, cada corrente reivindica o “seu” partido como “o único” partido revolucionário.

O **Espaço Socialista** reconhece a forma partido como uma das expressões da consciência revolucionária. A história nos tem dado muitas mostras dessa importância para os processos revolucionários, mas, insistimos, não é a única. A “emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, portanto, uma revolução é parte de um movimento da classe trabalhadora no qual, além de partidos, estão ou podem estar outras formas de organizações políticas e programáticas que, nos processos de mobilização, unificam o conjunto da classe trabalhadora.

Temos dois exemplos que ajudam a pensar: Um é o caso dos Sovietes na vitoriosa Revolução Russa. O outro é o dos Cordões Industriais, embrião de poder operário e popular, derrotado pelo Golpe Militar de 1973, no Chile. Ambas são formas organizativas representativas do conjunto da classe trabalhadora. O fato de terem existido somente nos processos revolucionários não tira a importância de ambas porque onde não se desenvolveram, simplesmente, não ocorreram revoluções.

A diferenciação entre partidos, como expressão de organização de uma parte da classe, e organismos do conjunto da classe é fundamental e explícita o papel a ser cumprido por cada um no processo revolucionário. Permite também compreender a importância de construção cotidiana dos diferentes instrumentos de luta e organização da classe trabalhadora de forma coerente e harmônica, não de maneira autoritária e impositiva.

Assim, a forma partido e as organizações de frente única da classe são parte de uma mesma totalidade e não podem ser absolutizadas em apenas um de seus aspectos como se fizessem oposição entre si. Ou seja, tanto a construção do partido como única forma de direção da classe (trotskistas, stalinistas, maoístas) quanto a construção de organizações mais amplas do movimento (autonomismo, espontaneísmo, etc.) sem o esforço de construção de partidos ou organizações revolucionárias são, no nosso entender, parte do mesmo erro – o de não compreender a necessária contribuição de todas as formas de organizações no processo revolucionário.

Essa diferenciação que, não se dá apenas no aspecto teórico, sobretudo se dá na prática de indivíduos e da própria classe trabalhadora pode se desenvolver nos processos revolucionários.

Duas questões observamos: Nos casos em que o partido foi elevado à condição única como sucesso para as revoluções, vimos os organismos de poder da classe serem substituídos por aparatos partidários burocratizando o processo. Nos casos em que o espontaneísmo teve maior influência, os processos esbarraram na ausência de um projeto programático capaz de responder de forma consciente os desafios colocados durante o processo.

Cientes da necessidade de aprofundarmos o estudo sobre a subjetividade da classe trabalhadora os

elementos apontados contribuem para caracterizarmos a crise de alternativa socialista, conceituada em nosso Perfil Programático, como um momento em “que a classe trabalhadora e os explorados lutam bravamente, mas estão desprovidos de um projeto maior, alternativo ao capitalismo. Um projeto político e estratégico que a classe trabalhadora possa se dispor a organizar, construir e depositar sua confiança; que sirva de referência para as lutas imediatas. Por isso, mesmo suas expressões de luta mais avançadas têm sido contidas, desviadas, ou derrotadas diante das artimanhas da burguesia”.

Entendemos que a maioria da classe trabalhadora não vê como possível uma sociedade diferente da capitalista e que seja possível o fim do capitalismo. A paralisia das organizações políticas e sindicais que dizem representar a classe, a pouca organização nos locais de trabalho, as dificuldades da classe trabalhadora avançar para além das lutas parciais contribuem para isso e as seguidas traições ou entregas das direções sindicais aumentaram a desconfiança na luta. A “desorientação em questão não é, de modo algum, simplesmente ideológica. Ao contrário, ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e, por esse motivo, perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que correspondam diretamente ao seu caráter defensivo”. (Mészáros, *Crise estrutural do capital*. p.787).

Portanto, a crise histórica de subjetividade de classe e essa crise de alternativas não se limitam à questão de organizações, pelo contrário, alcança o conjunto das relações sociais nas sociedades capitalistas e “todas elas levam à mesma questão fundamental em jogo, à maneira como essa relação social central que é o capital informa, organiza, orienta, em síntese, produz o vínculo social” (Alain Bihl, *Da grande noite à alternativa*. p.150), perdendo referenciais ideológicos, morais e políticos construídos durante décadas.

Essa constatação tem muitas implicações para a compreensão da realidade sobre a qual atuamos e, principalmente, para a elaboração programática e das questões estratégicas e táticas pois, diz respeito a um elemento fundamental do processo revolucionário que é o sujeito social e político da Revolução Socialista.

BASES MATERIAIS DA CRISE DA SUBJETIVIDADE

Essa crise de subjetividade se expressa em vários elementos que se complementam e que revelam os efeitos devastadores sobre a classe trabalhadora em não conseguir uma vida minimamente digna e decente no interior desse sistema, pois está enfraquecida e pouco preparada para enfrentar os ataques desferidos pelo capital sobre seus direitos mais básicos e elementares. E se está pouco preparada e desarmada para as lutas imediatas e sobrevivência, está ainda mais distante de lutas que apresentam uma alternativa ao capital. Essa breve conclusão, de certa forma simplória, que busca



ser fiel à realidade, pode revelar as muitas dificuldades para os revolucionários atuarem.

Uma dessas dificuldades é a apropriação da subjetividade da classe trabalhadora pelas forças do capital, isto é, por um conjunto de ações “das personificações do capital” para desconstruir a subjetividade e a identidade e a consciência de classe (quando existem) e ações para impedir o seu surgimento e ou desenvolvimento (quando ainda não existem).

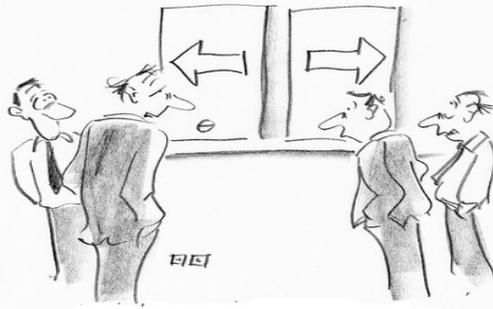
Com essa interferência na subjetividade, a burguesia tem como objetivo que a classe trabalhadora não desenvolva uma consciência de classe e nem a compreensão de que a sua condição de miséria e pobreza é por conta da exploração que sofre no trabalho. Para isso, além de se apropriar da mercadoria produzida pela classe trabalhadora, o capital também busca se apropriar de sua consciência através de diversos mecanismos de apropriação cultural, ideológica e política.

A subjetividade é resultado das forças que atuam na realidade. Como exemplo podemos ver que uma das bases materiais de nosso tempo está na implementação do Toyotismo. Sua compreensão é necessária, pois transformou o ambiente produtivo e as questões subjetivas. No mundo atual, sem compreendermos minimamente as transformações no “mundo do trabalho” não temos como chegar a uma conclusão sobre os significados dessa crise e, menos ainda, intervir de forma consequente para buscarmos mudar essa realidade. Construir soluções definitivas passam pela destruição das atuais relações de produção, trata-se de destruir a base material sobre qual se ergue todo o aparato político e ideológico do capitalismo.

Nesse sentido o Toyotismo, substituindo o Taylorismo-fordismo, foi fundamental para os capitalistas pois, além das possibilidades de aumento da lucratividade por conta das mudanças no processo organizacional de produção de riquezas também trouxe várias técnicas gerenciais muito úteis para engajar e comprometer os trabalhadores no processo de trabalho.

A desconstrução dessa subjetividade de classe ocorre por meio das ideias que vão se tornando senso-comum, mas também por mecanismos na produção que tentam esvaziar o papel cumprido pela classe trabalhadora que ocorrem no dia a dia nas empresas, com a implementação de novas tecnologias (robótica, simulação, softwares altamente especializados, etc.) usurpadoras do “saber fazer” do trabalhador, capazes de transferir para o robô movimentos antes próprios e executados por seres humanos na linha de produção.

Essas tecnologias permitem às empresas se reorganizarem no processo produtivo e introduzirem a chamada produção flexível como tentativa de responder



à crise estrutural do capital pois, o Taylorismo-fordismo tem demonstrado ser incapaz de responder a profundidade da crise.

Com esse modelo veio também o aumento da terceirização e até a quarteirização na chamada rede de colaboradores, o “just in

time”, ou seja, produzir quando há pedido, eliminação de estoques, salário flexível (remuneração indireta), dentre outras tantas mudanças. Medidas fundamentais que têm permitido à burguesia melhor responder aos problemas colocados pela superprodução de mercadorias, regulando a produção conforme as oscilações e as demandas do mercado.

Essa flexibilização na produção implica que as relações trabalhistas e a força de trabalho empregada também precisam ser flexibilizadas porque, assim como a produção passa a funcionar conforme a demanda, a força de trabalho precisa se ajustar a esse novo tipo de produção. “Flexibilidade rima diretamente com instabilidade” (Alain Bihl, *Da grande noite à alternativa*. p.92). Como exemplo temos a jornada de tempo parcial e o trabalho intermitente, reforçadas na recente Reforma Trabalhista brasileira, que representam um ajuste legal a esse modelo produtivo.

Esse processo impulsiona a construção de novas técnicas de gerenciamento, já com foco na adaptação de uma classe trabalhadora articulada mentalmente com esse sistema, ou seja, que o conjunto da força de trabalho esteja convencido “de que este é o único caminho possível”.

Essas técnicas de gerenciamento buscam envolver o trabalhador no processo de trabalho, implementando a chamada “administração participativa”, criando canais nas empresas para os trabalhadores apresentarem propostas para melhor desenvolver o processo de trabalho, novos projetos, fluxo de trabalho, dentre outras iniciativas, para reduzirem os custos de produção e que parecem dar ao trabalhador alguma autonomia. Poucas dessas ideias são aproveitadas, mas o mais importante para o capitalista é que as ideias dos trabalhadores e a força dessas ideias na sociedade também estejam a serviço da empresa.

As medidas são econômicas, mas também carregam um conteúdo. Há até aumento de remunerações indiretas e incentivos para que trabalhadores alcancem metas sem serem integradas ao salário (com repercussão em 13º, férias, etc.). São extremamente mais vantajosas aos capitalistas e algumas delas aprofundam a desconstrução da subjetividade e da identidade da classe.

Um exemplo é a PLR (Participação em Lucros e Resultados), uma remuneração indireta, paga com base principalmente nos critérios de produtividade

e assiduidade, ou seja, há o comprometimento de se alcançar uma determinada produção, com um padrão mínimo de reprovação no controle de qualidade e um limite de ausência no trabalho, seja por falta voluntária ou mesmo por doença. É interessante destacar que esse modelo se aplica por vezes até no setor de Educação, com um “bônus aos professores”, que foi criado em São Paulo por governos do PSDB.

Com esses compromissos, a empresa transfere ao trabalhador o controle por seu cumprimento, envolvendo-o “de modo completamente manipulado e subordinado aos interesses exclusivos da empresa e do capital” como diz Ricardo Antunes em *O mundo precarizado do trabalho e seus significados*. Ele passa a realizar cobranças ao seu colega de trabalho para aumentar o ritmo de produção e para não se ausentar mesmo quando doente, tudo para garantir o pagamento da PLR. Com isso, os interesses de duas classes, por definição antagônicas (trabalhadores e burguesia), nas aparências do cotidiano convergem.

Assim, as empresas podem até se abster de realizar esses controles, se beneficiam materialmente e também ideologicamente enquanto o próprio trabalhador passa a se estranhar com o seu companheiro de trabalho, enfraquecendo a unidade e a solidariedade entre trabalhadores. É como diz Marx, citado por Giovanni Alves, “a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador”.

No Brasil, a maioria absoluta de casos, é negociada no âmbito de cada empresa, na “individualização e deterioração da negociação coletiva”, como diz Alain Bihr em *Da grande noite à alternativa*. p.89, que contribui para aumentar a competitividade entre trabalhadores de empresas de um mesmo ramo. Um exemplo prático foi o ocorrido no ABC, nos anos 1990, em que na Volkswagen havia pressão entre os próprios operários para não comprarem veículos em outras montadoras porque isso poderia comprometer o pagamento da PLR. Isso contribui para aprofundar a fragmentação da classe e para compreendermos as bases materiais da crise de subjetividade.

TEORIA E LINGUAGEM

Essa desconstrução de identidade da classe não se realiza somente no “chão de fábrica”. No plano ideológico são introduzidas novas palavras, teorias são criadas e novos comportamentos sociais são incentivados. Assim, vai ocupando todas as formas de relações sociais como na universidade, na cultura, na literatura, etc.

Para ficarmos somente no meio acadêmico, nas últimas décadas muitas pesquisas foram direcionadas para produção de teses e estudos que justificassem e fortalecessem ideias que buscassem desconstruir a identidade de classe trabalhadora. Uma infinidade de



estudos são financiados para reformular conceitos e dar uma autoridade intelectual para a ideia de que conceitos como de classe social, revolução, futuro, utopia, ciência, dentre outros são do passado e não cabem mais na realidade.

A ciência passa a ser totalmente orientada para o mercado e para o lucro e se constitui num espaço de reprodução e de visão de mundo pós-moderna com o domínio do neoliberalismo e do individualismo sobre a coletividade, a morte de sujeitos históricos, etc.

Assim, novas gerações têm a percepção de mundo de que não é mais a classe social e sim a cidadania, não é mais a crítica e sim a cooperação, não é mais a revolução e sim o consertar defeitos da democracia sem luta de classes.

Objetivamente a burguesia tem conseguido vitórias importantes contra a classe trabalhadora e abriu-se um período de domínio com profundos efeitos sobre a consciência de classe trabalhadora que, ideologicamente, segue à deriva sem uma referência para além de lutas imediatas e econômicas.

No nosso modo de pensar, ainda que a URSS, a Alemanha Oriental e os demais países do bloco soviético não possam ser considerados socialistas, os ideólogos burgueses aproveitaram a bancarrota desses Estados para ampliarem a ofensiva contra a identidade de classe com campanhas contra o socialismo e o comunismo. No imaginário de milhões de pessoas esses países representavam uma alternativa ao capitalismo, então, a burguesia mundial tratou logo de associar a falência desses Estados burocráticos (voltaremos a esse conceito mais à frente) ao socialismo.

Portanto, a forma utilizada pelos ideólogos burgueses para desmoralizar o socialismo foi vincular os desmandos dessa burocracia à falta de democracia e os vários problemas econômicos oriundos da planificação burocrática à experiência de socialismo. A ausência

de organizações ou grandes partidos à esquerda do stalinismo e as várias derrotas da classe trabalhadora pelo mundo impossibilitaram uma resistência à altura dessa ofensiva ideológica da burguesia.

Foi nesse contexto que em *O Fim da História*, de Francis Fukuyama, tese neoliberal por excelência, passou a ser amplamente divulgada nos círculos acadêmicos e na mídia burguesa pelo mundo. Para essa teoria o capitalismo é o apogeu do progresso humano e o triunfo do mercado e do privado em detrimento do público e do estatal, representando o modo ideal de vida da humanidade que, a partir dos acontecimentos no Leste Europeu, estaria sob o domínio da ideologia neoliberal.

A crítica aos regimes mal chamados de comunistas também inclui falta de democracia, apenas como retórica, pois com o advento do imperialismo e, principalmente, com o modelo neoliberal, as questões democráticas e de liberdade são cada vez mais relativizadas com o regime democrático burguês com suas características mais autocráticas e autoritárias.

O próprio Fukuyama defende a ideia de, quando necessário, lançar mão de regimes ditatoriais para impor os fins econômicos almejados pelo mercado: “Uma ditadura modernizadora pode, em princípio, ser muito mais eficiente que a democracia na criação das condições sociais que permitam tanto o crescimento econômico capitalista quanto, ao longo do tempo, a emergência de uma democracia estável” (citado por Renato Nunes Bittencourt, in Revista Espaço Acadêmico nº 198.).

A tese de Fukuyama é bem ampla mas, para fins desse texto, trouxemos apenas esse aspecto para demonstrar que a imposição do modelo neoliberal e da hegemonia ideológica capitalista vêm de uma massiva propaganda e também de uma imposição de força mesmo que seja com o aumento da repressão sobre os movimentos sociais pelo mundo ou com uma política de enfraquecimento de organizações sindicais incapazes de resistir a esse processo ou com suas direções cooptadas pelo aparelho do Estado burguês.

As expressões e as palavras que usamos no nosso cotidiano também são parte da dominação da burguesia, pois têm significados políticos. Duas expressões utilizadas no Brasil, como exemplo, podemos observar: Uma é “a coisa tá preta”, incorporada ao vocabulário nacional como algo ou situação negativa, ruim e desqualificadora e muitas vezes desviada e não associada às práticas racistas. A outra é “o mercado está nervoso”, em que a palavra “mercado” expressa características e poderes humanos podendo estar calmo, exigir isso ou aquilo, etc. De certa forma, seu significado em ser espaço de “troca de mercadorias ou compra e venda de bens” vai deixando de ser lembrado. Essa atribuição de características e poderes humanos ao mercado tem como objetivo desviar a atenção daquilo que de fato é o mercado, onde se consolida o lucro da exploração realizada sobre o trabalhador.

Com essas mudanças no mundo do trabalho as empresas também introduziram algumas palavras com um significado que ajuda a desconstruir a identidade de classe. Os termos “trabalhador” ou “operário” são substituídos por “colaboradores, consultores e parceiros”. Essas palavras que remetem, equivocadamente, à relação entre iguais e de portadores de interesses comuns são reforçadas enquanto o termo classe social, que melhor expressa o antagonismo entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam da riqueza produzida pelos outros, é abandonado.

Isso não ocorre somente no ambiente fabril. Quantas vezes ouvimos nos supermercados o chamado no microfone “colaborador da limpeza”? Como se voluntariamente estivesse ali à disposição de todos, quando na realidade é uma pessoa explorada, sendo obrigada pela realidade social a aceitar aquele tipo de trabalho por ser o seu único meio para a subsistência e sobrevivência.

Por fim, mas não menos importante, os mecanismos utilizados pelo capital para a desconstrução de subjetividade da classe trabalhadora implicam imediatamente na construção do tipo de subjetividade própria aos interesses de capitalistas e reprodutora da ideologia burguesa.

Com isso, o capitalismo conseguiu uma vitória importante, esperamos não durar muito mais tempo, fazer a classe trabalhadora assimilar conceitos e comportamentos, aperfeiçoar a forma de pensar e linguagem dentro da lógica burguesa e, principalmente, estar com sua força contestatória acomodada. Isso dá validade à clássica constatação de Marx: “As ideias dominantes de uma época, são as ideias da classe dominante”.

OBJETIVISMO E SUBJETIVISMO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

As revoluções são exceções na história e somente ocorrem quando as condições objetivas e subjetivas se encontram, ou seja, quando a vida material da classe trabalhadora chega a uma situação em que não lhe resta alternativa que não seja lutar, até mesmo por sua sobrevivência. No curso dessas lutas se desenvolvem a consciência de classe, a socialista e os organismos de poder alternativos, que colocam em xeque o poder da burguesia e constroem o poder operário. Ou seja, necessidades e possibilidades históricas se encontram.

Consideramos importante ressaltar a relação dialética e articulada de condições objetivas e subjetivas porque, ao longo dos anos, essa relação tem se perdido no interior do movimento marxista. Ao observarmos atentamente as avaliações da luta de classes realizadas por organizações/partidos/intelectuais de esquerda, uns veem somente os elementos objetivos ou somente os subjetivos, opondo-se uns aos outros.

As consequências são muitas, sobretudo nas

fileiras do trotskismo. Desenvolveu-se uma concepção objetivista e politicista do processo revolucionário, para a qual há o predomínio da objetividade e desconsideração da subjetividade, ou seja, o papel do sujeito revolucionário e da consciência não fazem parte da análise do processo histórico. Como exemplo, há a recente guerra civil na Síria que é considerada por muitas correntes trotskistas como revolução e que a consideramos como disputa interburguesa, com um golpe militar em curso liderado pelo General Al-Sissi.

Há também a concepção subjetivista, chamada de vanguardismo, ou seja, as dificuldades da luta de classes podem ser superadas com a ação de uma vanguarda determinada e bem organizada. Essa vanguarda seria o partido, único capaz de levar adiante as tarefas necessárias para libertação do povo para a revolução. Entendemos que o maior e mais grave problema dessa concepção é o fato de a vanguarda, em muitas vezes, estar fora do movimento e não ser parte de seu cotidiano. Como busca-se impor, não se construir, a partir de acertos políticos na luta de classe, observando tendências históricas, é artificial e sem legitimidade.

Não é possível negar a importância das vanguardas no movimento dos trabalhadores, pelo contrário. No entanto, a tarefa de vanguardas não é se impor ao movimento como algo estranho, “deve procurar influenciar o movimento operário e social em seu conjunto, propor-lhes (não lhes impor) orientações estratégicas e modalidades organizacionais” (Alain Bihl, obra já citada, p. 244).

Somos críticos a essas duas concepções por não apresentarem a revolução como uma totalidade, um momento em que operam dialeticamente articulados os processos objetivo e subjetivo. Não há, assim, uma supremacia mecânica de objetividade da vida material sobre a subjetividade e essa não é secundária no processo revolucionário. É uma articulação desses dois elementos porque só conhecendo as circunstâncias nas quais a vida material é produzida o sujeito pode ter consciência de classe e transformar a realidade na qual está inserido.

Conforme Marx, “Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material, que se pode constatar fielmente na ciência natural, das condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim.” (*Para a Crítica da Economia Política*)

A correta interpretação da realidade é uma necessidade que persegue os revolucionários, pois sem compreender qual a

dinâmica da luta entre as classes sociais, simplesmente, fica impossível uma intervenção sem se perder em meio as táticas tiradas por vontade de indivíduos e não pelas condições concretas. É nesse terreno que estão os seres sociais e as diversas formas possíveis de consciência, em que ocorrem a luta de uma classe para impor a exploração e a resistência de outra para frear essa exploração.

A ação política derivada da análise dessa realidade transforma tanto o ser, dotado ou não de uma consciência, quanto a sua própria ideia do mundo. Por isso, “Tem de se acrescentar também que as próprias condições objetivas não podem atingir sua maturidade total sem o desenvolvimento da autoconsciência como consciência da necessidade de desalienação. Assim, o fator ‘subjetivo’ adquire uma importância crucial como pré-condição necessária de sucesso nesse estágio altamente avançado do desenvolvimento humano, quando a questão em pauta é a extinção – a auto-extinção – das condições de desumanização. (Mészáros: *Filosofia, ideologia e ciência social*. p.63).

Não vamos nos deter sobre essa temática, mas as definições de Lênin e Trotsky sobre os critérios para uma situação revolucionária, em essência comuns, também insistem na combinação do objetivo e do subjetivo.

No texto “A falência da II Internacional” está sistematizada a ideia de crise ou de situação revolucionária, isto é, o critério para qualquer revolução. Como elementos objetivos importantes, Lênin aponta: a) a impossibilidade de classes dominantes manterem seu poder como antes; b) o agravamento da situação econômica e social além do normal; c) a ação das massas para uma ação histórica independente, destaca o elemento subjetivo; d) “a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que a todas alterações objetivas acima enumeradas vem juntar-se uma alteração subjetiva, a saber: a capacidade, no que respeita à classe revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente vigorosas para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não cairá jamais, mesmo em época de crise, sem ser derrubado”.

No texto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (p. 64) há um trecho ainda mais preciso sobre a questão: “Por conseguinte, para que estoure a revolução é necessário, em primeiro lugar, conseguir que a maioria dos operários (ou, em todo caso, a maioria dos operários conscientes, reflexivos e politicamente ativos) compreenda a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela”.



Os critérios utilizados por Trotsky, para a definição de crise revolucionária seguem, metodologicamente, a mesma lógica em buscar a relação dialética entre as condições objetivas e as subjetivas, expressas na citação do texto *Manifesto de Emergência* (Escritos, Tomo XI, vol. 2): “1) O impasse da burguesia e a consequente confusão da classe dominante; 2) A aguda insatisfação e a ânsia de mudanças decisivas nas fileiras da pequena-burguesia, sem cujo apoio a grande burguesia não pode se manter; 3) A consciência da situação intolerável e a disposição para ações revolucionárias nas fileiras do proletariado; 4) Um programa claro e uma direção firme da vanguarda proletária”.

Uma espécie de fetichização da forma partido, muito presente na esquerda, que se reivindica como revolucionário (trotskyistas, stalinista, maoístas) produziu uma concepção com consequências muito problemáticas na atuação prática, estabelecendo um sinal de igual entre crise de subjetividade e ausência de direção revolucionária, isto é, ausência de partidos revolucionários de massas. São dois problemas nessa concepção: a) desconsidera outras formas político-programáticas como os organismos de duplo poder (exemplo dos soviets); e b) o substitucionismo, em que a vanguarda ou o partido realizam as tarefas em substituição à classe. Nesse caso, a centralidade da revolução é o partido, não a classe operária.

Evidentemente, não afastamos a importância do papel de direção e do partido, mas considerar esses elementos são sem dúvida fundamentais para ajudar a classe a desenvolver sua consciência. A consciência e disposição da classe trabalhadora são elementos centrais de qualquer processo revolucionário no capitalismo e reafirmam a centralidade do proletariado. São fundamentais porque, na imensa maioria das vezes, as direções estão mais atrasadas e menos radicalizadas se comparadas com a disposição da classe trabalhadora.

ALGUMAS INQUIETAÇÕES PARA PENSARMOS SAÍDAS

A estratégia revolucionária não pode se concretizar sem uma consciência socialista do conjunto da classe trabalhadora, sem que a classe operária se coloque como vanguarda dos demais setores explorados e oprimidos, sem a existência de organizações de poder da classe trabalhadora, inclusive de caráter político-militar. Somente com a conjugação desses elementos é possível dar uma resposta anticapitalista e socialista para as crises econômicas e sociais.

Uma resposta dessa magnitude não se dá apenas no plano teórico, mas sobretudo nas experiências práticas. E necessita ser testada e comprovada pelas experiências concretas realizadas pela classe trabalhadora, as quais são possíveis se tiverem como ponto de partida a consciência capaz de “focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social,

preocupar-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista)”. (Mészáros. *Educação para além do capital*. p.89-90.)

Isso também significa dizer que o proletariado deve ser portador de “um conjunto de objetivos estratégicos”, ou seja, de um programa revolucionário capaz de apresentar alternativas a todos os problemas decorrentes do capitalismo. No entanto, sem luta ofensiva e consciência revolucionária não se assume e muito menos se elabora o programa para uma “solução abrangente”.

As perguntas são: Qual a origem e como se desenvolve essa consciência? Esse é um debate aberto na esquerda, de modo que há muito a se elaborar.

Como contribuição a esse debate, apresentamos algumas reflexões. Primeiro, sobre esse processo para se chegar a consciência revolucionária. Segundo, sobre alguns elementos para um caminho a ser percorrido na superação desses obstáculos.

Pelo “modelo leninista”, a consciência não tem como se desenvolver “de dentro da classe operária”, pois por conta própria só pode chegar a uma consciência “instintiva”, ou seja, economicista. A consciência revolucionária somente virá de fora, por uma ação consciente e organizada que somente o partido pode realizar. Para isso, conforme Lênin expôs no *Que fazer?*, “a tarefa da socialdemocracia consiste em combater a espontaneidade, fazendo com que o movimento operário abandone essa tendência espontânea do trade-unionismo a situar-se sob as asas da burguesia para atrai-lo para a socialdemocracia revolucionária”.

Trata-se de uma consciência que vem de fora, penetra e se desenvolve no interior da classe. Reafirmamos esse aspecto para uma diferenciação com o “espontaneísmo”, pelo qual a consciência prática e ativa nasce no interior da própria classe operária e na experiência de suas lutas.

Mészáros também defende a tese de que esse percurso até a consciência revolucionária é de “fora para dentro” do movimento e se concretiza por “mediações coletivas”, ou seja, por “inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada



segundo as condições sociohistóricas específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social”. (*Educação para além do capital*. p. 72).

Esse movimento de “fora para dentro” se aplica com os mesmos critérios apontados na relação da vanguarda com o movimento, ou seja, não como imposição e demonstra as contradições de mundo e de vida cotidiana, lutando lado a lado, dando batalhas políticas e realizando experiências concretas com o conjunto da classe.

Em *A Sagrada Família*, Marx aponta a relação entre o desenvolvimento das lutas e da consciência ao afirmar que a “dominação do capital criou a situação comum e os interesses comuns do proletariado. Assim, esta massa já é uma classe em relação ao capital, não sendo ainda uma classe para si. Na luta, esta massa se une e se transforma numa classe para si”. Ou seja, a subjetividade somente pode se realizar em determinadas condições objetivas.

É na existência de processos concretos de lutas, por demandas parciais ou gerais, que a classe trabalhadora pode acumular experiências suficientes para formar uma consciência histórica, como da revolução. Com o significado da contrarrevolução stalinista na Rússia para a classe trabalhadora mundial, certamente, numa próxima revolução, vários erros deverão ser evitados. Enfim, é na práxis revolucionária e no acúmulo de suas experiências históricas, que a classe trabalhadora constrói uma consciência capaz de construir algo realmente novo.

Numa situação em que a classe trabalhadora está sem referencial político e ideológico revolucionário para o encontro entre objetivismo e subjetivismo e o aparato ideológico da burguesia está muito mais desenvolvido, parece pouco promissor apostar no desenvolvimento de uma consciência “de dentro” da classe. Parece-nos que está correta a afirmação de Mészáros (*Educação para além do capital*. p.72): “o desenvolvimento ‘direto’ e ‘espontâneo’ da consciência de classe proletária – seja sob o impacto de crises econômicas ou como resultado do auto esclarecimento individual – é um sonho utópico”.

AS INICIATIVAS, ATÉ AGORA, PARA SUPERAR ESSA CRISE

A esquerda trotskysta, em que se concentra a maior parte das fileiras revolucionárias, de um modo geral, minimiza o problema e passa a explicar as dificuldades enfrentadas na realidade apenas com base na traição das direções e dos aparatos burocráticos. De fato, esse é um problema que existe e é importante mas, questionamos o fato de se apoiar apenas nesse elemento, numa explicação parcial e simplista para um problema tão complexo.

Por que então, a classe não consegue superar esses

limites e passar por cima dessas direções construindo outras formas de luta e organização? Entendemos ser exatamente pelo fato de a classe trabalhadora estar bastante fragilizada com as derrotas, não tendo forças, nesse momento, para uma ação desse porte.

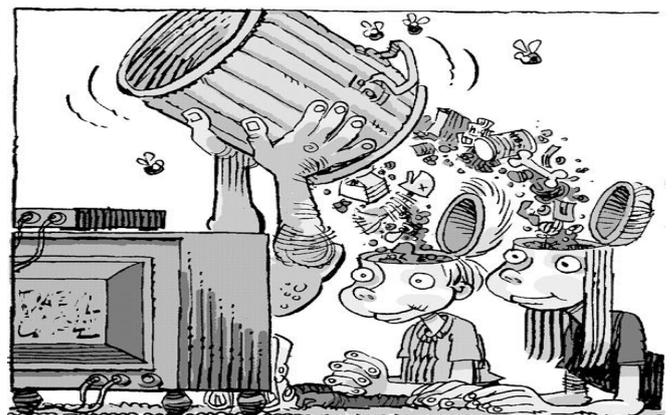
Ao minimizar esse aspecto, a esquerda revolucionária se abstém de buscar formas para superar os problemas e, dessa forma, correntes políticas burguesas, surgindo em suas mais variadas tonalidades, procuram ocupar esse espaço.

Chavismo na Venezuela, bolivarianismo, Syriza na Grécia, Podemos na Espanha, Corbin do Partido Trabalhista inglês, Sanders do Partido Democrata dos Estados Unidos, PT no Brasil, dentre outros representam correntes burguesas que posam de esquerda socialista ao defender, no máximo, “distribuição justa” de riqueza, mas sempre preservam a propriedade privada e os proprietários.

Essas correntes, do ponto de vista da mudança real de vida da classe trabalhadora e dos povos oprimidos, mesmo se quisessem nada têm a oferecer. No período do boom econômico do pós-guerra os capitalistas atenderam algumas demandas da classe trabalhadora mundial, mas, no período de crise estrutural do capital, a possibilidade é sequer de manter essas conquistas. Pelo contrário, quando chegam ao governo e ao gerenciamento do Estado aplicam impiedosamente os planos de austeridade da burguesia, como foi na Grécia onde o Syriza abandonou todas as suas promessas e se rendeu às ordens do Banco Mundial e do FMI.

No campo da esquerda socialista também há quem reconheça o problema, mas para enfrenta-lo mergulha na disputa eleitoral burguesa. A lógica passa a ser: se a classe não tem uma consciência para lutas diretas, então vamos ocupar o parlamento e acumular forças.

Para se fortalecer nessa disputa busca eleger o máximo de representantes, para ser viável e atrair setores médios ou da pequena-burguesia. Para isso tem sido fundamental rebaixar o programa, retirar consignas mais radicais e “assustadoras da ordem” e transformar o programa em mais um dos modelos de gestão do Estado e do capital. A crítica passa a ser não ao capitalismo, mas ao neoliberalismo. Às vezes há até um discurso



contra o imperialismo mas, com defesa da “burguesia nacional”. As iniciativas, até agora, para superar a crise são insuficientes.

No texto **“Mészáros, a crise estrutural e seus impactos na luta revolucionária dos trabalhadores”**, de Cristina Paniago, o primeiro desta edição, podemos compreender razões e a impossibilidade desse projeto de disputa eleitoral burguesa favorecer a luta rumo ao processo revolucionário e socialista.

POR ONDE NÃO IR?

Socialismo ou barbárie é o importante enunciado de nossa época. Mas, como diz Mészáros, se tivermos sorte. Tudo em nossa volta mostra o caráter destrutivo alcançado pelo capital não somente na estrutura social, também na destruição da própria humanidade. Derrotar o capital é, então, uma das tarefas mais urgentes da humanidade, tarefa que somente poderá ser realizada pela classe operária e trabalhadora de conjunto – sujeito social capaz de constituir um projeto de poder distinto da burguesia – mobilizada e armada de um programa revolucionário sólido.

Socialismo ou barbárie é o importante enunciado de nossa época. Mas, como diz Mészáros, se tivermos sorte. Tudo em nossa volta mostra o caráter destrutivo alcançado pelo capital não somente na estrutura social, também na destruição da própria humanidade.

Estamos mergulhados numa contradição. As condições objetivas para a revolução estão “mais do que maduras” e “o problema da consciência” é um dos entraves mais problemáticos. Entendemos que se não buscarmos solucioná-lo não avançaremos para além das experiências fracassadas do século XX.

Assim, ao compreendermos a atualidade e construirmos um projeto anticapitalista temos um acerto de contas a fazer com o passado. Necessitamos de uma interpretação dos acontecimentos nos países onde a burguesia foi expropriada e buscamos explicações objetivas por não ter sido construído o poder operário. Vimos burocracias se apropriando dos Estados e realizando as mais absurdas práticas em nome do marxismo. Até agora a história desses processos foi contada pela burguesia mundial ou pela burocracia

stalinista e seus satélites. É preciso recontar a história e, dessa vez, sob a ótica da classe trabalhadora.

Nos países capitalistas, a classe trabalhadora lidava com uma burocracia muito forte e com importante influência no movimento de massas. A partir de centrais sindicais e partidos políticos mantinham vínculos orgânicos com os países “ditos socialistas”. Essas forças produziram muitas experiências desastrosas, traições e derrotas. Também necessitam ser avaliadas. As práticas de conciliação de classes, burocratização de sindicatos e o reformismo têm contas a prestar para a classe trabalhadora. “A constituição urgentemente necessária da alternativa radical ao modo de reprodução do metabolismo social do capital não ocorrerá sem um reexame crítico do passado”. (Mészáros. Socialismo ou Barbárie. p.88)

Na tentativa de dar alguns passos na construção desse balanço, pontuamos algumas questões consideradas urgentes e fundamentais para avançarmos nas elaborações estratégicas e táticas capazes de superar os desvios do passado, indicar por onde ir e produzir novas práticas revolucionárias para o século XXI.

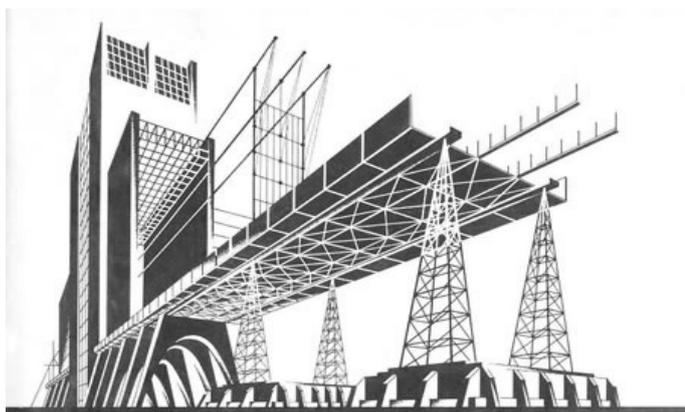
AS DITAS EXPERIÊNCIAS SOCIALISTAS

Na nossa compreensão, a União Soviética, China, Cuba e os demais países que se autointitulavam ou são intitulados comunistas, mesmo tendo expropriados a burguesia, não eram e não são socialistas. As exceções são os primeiros anos da Revolução Russa antes da ascensão stalinista, ainda que com muitos problemas, com os soviets decidindo os rumos da revolução, com a eleição de direções de fábricas, com medidas em defesa da mulher, da liberdade sexual e com medidas para expansão da revolução para outros países.

Essa compreensão, no entanto, está longe de esgotar a problemática sobre o tema. É preciso continuar o estudo e o debate para avançarmos em conclusões que nos ajudem a demonstrar à classe trabalhadora que a Revolução Socialista é o único caminho para superar as mazelas do sistema capitalista.

Hoje, olhando pelo retrovisor da história, temos muito mais questões para refletirmos sobre os acertos e erros dessas experiências. E opinamos que esse estudo não pode ser dogmático e deve ser um reexame crítico começando pelas experiências “não capitalistas” do século XX a fim de identificar os méritos e os problemas de cada uma.

Há muitas questões a serem resolvidas como: o processo de burocratização na União Soviética e o significado da contrarrevolução stalinista no movimento comunista mundial; a falta de democracia para a classe trabalhadora desses países; a extração e apropriação burocrática-estatal de mais-valia, a planificação burocrática da economia (sem a participação e decisão de quem de fato produzia a riqueza material) que, por exemplo, priorizou a grande indústria bélica e a lógica



do mercado mundial em detrimento da produção de necessidades básicas; negligência a outros temas fundamentais para a classe trabalhadora e para as futuras revoluções.

Esse balanço também busca como objetivo recuperar o conceito de Marx sobre o socialismo e o comunismo para demonstrar o absurdo de países como China, Coréia do Norte, Camboja, Vietnam, etc. serem considerados comunistas.

Não o tratamos como uma questão intelectual e sim como uma questão prática para a luta revolucionária e para a batalha na superação da crise de consciência, uma vez que, dentre outras, a Queda do Muro de Berlim tem sido insistentemente tratada como símbolo da derrocada desses regimes e associada ao fracasso histórico do socialismo e do comunismo.

São muitos os exemplos de como esses regimes contribuíram para construir uma imagem totalmente distorcida do socialismo e permitiram à burguesia mundial (pelos seus aparatos ideológicos como os meios de comunicação, as escolas e as igrejas) avançar na propaganda anticomunista com as ditas experiência socialistas.

Nas edições 0 e 2 da Revista Primavera Vermelha há algum acúmulo do Espaço Socialista sobre esse debate. (www.espacosocialista.org)

ALGUNS ELEMENTOS PARA CONTRIBUIR:

½ Não consideramos a União Soviética, após a consolidação da burocracia stalinista no final dos anos 20 do século passado, um “Estado Comunista” como a tradição stalinista reivindica e nem um “Estado Operário degenerado ou burocrático” como define a tradição trotskista. Basicamente pela seguinte questão: impossível ser Estado Operário já que a classe operária não estava no poder.

O mesmo critério podemos aplicar aos Estados nascidos no pós-guerra (ocupados pelo Exército Soviético e os das revoluções chinesa, coreana, vietnamita, etc.) pois, são também considerados “comunistas” pelo stalinismo e “operários

deformados” pelos trotskistas, no entanto, já nasceram liderados pela burocracia. Notamos, em ambos, o menosprezo à necessidade de ação consciente para a tomada do poder pela classe operária, de modo que em alguns momentos a definição de Estado Socialista se dá mesmo sem ter ocorrido uma revolução;

Nesses Estados ditos comunistas vigia uma ditadura sobre a classe trabalhadora. O Estado mantinha um forte aparato repressivo que controlava a vida privada, a Educação, a cultura e também tutelava os sindicatos para evitar as rebeliões de trabalhadores; ½ Entendemos que estatização dos meios de produção é diferente de socialização dos meios de produção. Quando só há estatização, há centralização no Estado e quem controla esse Estado controla toda a economia e a superestrutura. Já a socialização dos meios de produção é o controle social – coletivo – dos meios de produção, com o poder exercido pela classe operária de forma democrática e através de organismos revolucionários pela base.

½ Ainda que houvesse uma maior distribuição dessa riqueza extraída dos trabalhadores com mais hospitais e escolas públicas, moradia, transporte público, etc., algo seria totalmente possível e viável como o fim da propriedade privada e da submissão ao imperialismo. Como exemplo de Cuba, a classe trabalhadora era explorada e oprimida sob o comando dessa burocracia e não exercia o poder real de classe.

Essa breve pontuação é para contribuir com o debate e para demarcarmos que esses países não foram e não são socialistas, muito menos comunistas, algo somente possível em âmbito mundial.

A expropriação da burguesia é um elemento fundamental, mas, realizada de forma isolada é completamente insuficiente para considerar um país socialista. No entanto, se esses países não eram capitalistas e nem socialistas, o que eram?

Entendemos que, na União Soviética, eram “Estados burocráticos com restos proletários e comunistas”, como disse Cristhian Rakovsky, membro da Oposição de Esquerda na União Soviética, anos 30 do século passado, em Perigos profissionais do poder. Algumas características, resumidamente, desse Estado burocrático: a) mesmo expropriando a burguesia, não se apoia nos organismos de trabalhadores e é controlado por uma burocracia, que “não é uma classe social, mas também não é uma simples burocracia”, é um grupo social com interesses próprios e distintos daqueles do proletariado (Cristhian Rakovsky); b) Ao invés de ser um meio a serviço dos trabalhadores afasta-os de decisões que dizem respeito à sociedade e reprime todas as suas manifestações; c) Deixa de atender aos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores; d) No lugar de impulsionar o processo revolucionário sabota e trai as lutas e as revoluções que poderiam fortalecer a organização e a luta da classe trabalhadora no mundo.



A RELAÇÃO ENTRE PARTIDOS, ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS E O MOVIMENTO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

A luta pela recuperação do papel da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo passa por uma redefinição da relação entre partido e movimento, isto é, da classe trabalhadora. A construção dessa relação depende das organizações e partidos, não apenas da classe trabalhadora. Têm sido muitas as manifestações de repúdio aos partidos e organizações, aparecem até sob forma de negação como o crescimento do sentimento apartidário e, às vezes, antipartidário com críticas aos debates políticos e ao partidarismo que têm se apossado das entidades e têm colocado em risco a independência e autonomia.

Essa redefinição do tipo de relação deve ser uma decisão política importante porque necessita romper com concepções burocráticas de décadas e pensamos ser fundamental para o processo de reorganização das forças revolucionárias para devolver a centralidade do trabalho e da classe operária.

A maioria de organizações de esquerda, de stalinistas a trotskistas, carrega a ideia de ser o partido “o” elemento subjetivo do processo revolucionário, por ser o “depositário da verdade teórica e da consciência (...) a classe só pode constituir-se em classe revolucionária sob a direção do partido (...); é o partido que controla a classe (não o inverso).” (Fernando Claudin. *A crise do movimento comunista*. p. 675)

A existência de direção revolucionária é fundamental para as revoluções, mas não pode continuar reproduzindo as práticas substituísta e autoproclamatória presentes há décadas no interior do movimento revolucionário, inclusive, com práticas de boicote e de isolamento de posições.

Não são os partidos que fazem revolução socialista, é a classe operária. O partido contribui para desenvolver a consciência de classe, busca organizar, unificar e dirigir – não de forma alienada e impositiva, mas de forma fraternal – setores fundamentais à tomada do poder para a revolução no sentido do socialismo, como diz Marx: “a emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora”. Essa é uma necessidade histórica, a classe trabalhadora e suas organizações de luta se livrarem de toda forma de tutela, ganharem confiança na própria capacidade e força se colocando no cenário político como classe social. Sem isso, não haverá Revolução Socialista.

A FALÊNCIA DO PARLAMENTARISMO REFORMISTA E DE SUAS VARIANTES

Os principais movimentos surgidos no século XXI já traziam como estratégia desviar as lutas e as esperanças da classe trabalhadora para o parlamento. Diante de oportunidades “consideradas como históricas” passaram a ocupar o parlamento.

O “Podemos” (fundado por Pablo Iglesias na Espanha, em 2014, para se colocar como alternativa

ao bipartidarismo de décadas no país) e o Syriza (abreviação da Coalização da esquerda radical, fundada em 2004, na Grécia em oposição ao bipartidarismo de décadas) ocuparam o espaço deixado por velhos partidos socialdemocratas esfacelados pela explosão do sistema bipartidário.

A crise de alternativa socialista (expressas em lutas imediatas e sem um programa estratégico), as promessas de rompimento com a ingerência dos organismos internacionais, com os planos de austeridade e de renovação ética na política permitiram que ganhassem influência de massas. Com promessas de fazer “coisas diferentes” foram os que mais despertaram ilusões no interior de parte da esquerda. No entanto, a prática mostrou que logo se renderam ao mesmo programa econômico neoliberal que criticavam.

No caso da Grécia, mesmo o plebiscito ter aprovado por maioria a ruptura com a Troika (Comissão Europeia, FMI e Banco Central Europeu), Tsipras, líder do Syriza, optou por aceitar as medidas de austeridade e aplicou planos de privatização, demissão de servidores públicos, retirada de direitos trabalhistas, etc.

No caso da Espanha, o reformista “Podemos” naufragou e descumpriu suas propostas mesmo sem ter obtido o governo. Citamos duas: se colocou contra o direito democrático da Catalunha decretar independência e apoiou planos de ajustes na prefeitura de Madri.

Esses exemplos revelam algumas questões importantes. Em algum momento se essas organizações políticas discutiram o enfrentamento à voracidade do capital, a escolha pela via da institucionalidade as impediram de ser consequentes em seus programas reformistas. Primeiro, as regras do parlamento já foram feitas sob medida, aos desejos da burguesia, para darem ares legais para o sistema. Por isso, nada estrutural é aprovado se não for consensuado entre as forças dominantes do capital. Segundo, o capital é uma “força extraparlamentar por excelência”, ou seja, “já está no controle completo do processo sociometabólico, incluindo o controle efetivo – extraparlamentar – de sua própria estrutura de comando político, o Estado”, de acordo com Mészáros.

A ideia de “ocupar os espaços da institucionalidade” tem estreita ligação com o falido propósito reformista. Por essa linha de raciocínio o Estado pode levar adiante processos de transformações sociais, senão chegando ao socialismo pelo menos garantindo um “mundo mais justo” com distribuição de riqueza, etc.

Consideramos essa proposta impossível, pois “o Capital – por sua própria natureza e suas determinações internas – é incontrolável. Portanto, investir as energias de um movimento social na tentativa de reformar um sistema de fato incontrolável é um empreendimento muito mais infrutífero...” (Mészáros. *Para além do capital*. p. 832).

E de certa forma, podemos dizer que esse tipo

de luta presta um favor à burguesia. Não por acaso, as ideias reformistas ganham força e até são impulsionadas pela burguesia nos momentos de crise pois, funcionam como “válvula de escape” para exercer pressão sobre a classe trabalhadora na garantia de sobrevivência.

Principalmente nos países desenvolvidos, nos seus momentos de expansão— como nos 30 anos após a II Guerra- de fato o capital realizou algumas concessões à classe trabalhadora, como sistema de saúde e educação públicos, aumento de renda, baixas taxas de desemprego, etc. Até mesmo em alguns poucos países subdesenvolvidos foi possível obter algumas conquistas.

Mas, com o advento da crise estrutural, essas conquistas foram paulatinamente sendo retiradas. E esse novo momento histórico exigia um movimento social combativo e questionador das bases estruturais da relação capital e trabalho. No entanto, só haviam os grandes aparatos sindical e partidário acomodados e baseados na conciliação de classe, ou seja, não tinham como se apresentarem como alternativa.

Nessas condições a crise dessas organizações, enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora, se consolidou. Já como expressão da falência do projeto reformista, quando tiveram de optar entre a lucratividade do capital e os direitos trabalhistas e sociais, os governos da esquerda reformista não tiveram dúvida em se colocarem contra a classe trabalhadora, aplicando todas as medidas de austeridades exigidas pelos capitalistas.

O fato de as principais organizações do “velho movimento operário” (sindicatos e partidos de massas considerados de esquerda) elegerem como estratégia a conciliação de classes, além de servirem como mediadoras entre capital e trabalho, contribuiu e muito com – inclusive o atual- descrédito nos instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora e na própria luta. Alain Bihr, no texto já citado aqui, Da grande noite à alternativa, aponta elementos importantes para compreender esse processo de conjunto.

Isso tudo não significa que já vivemos o momento de não considerar a necessidade desse tipo de luta e de participação de revolucionários, especialmente em momentos de avanço da ultradireita, no entanto, não se pode insistir na ilusão de ser essa a saída para a classe trabalhadora ou a única relação possível entre partidos, organizações e movimentos para o processo revolucionários.

O ESGOTAMENTO DAS LUTAS ECONOMICISTAS E O PAPEL DAS DIREÇÕES SINDICAIS

Mesmo as organizações sindicais, estudantis, populares e políticas dirigidas por organizações de esquerda são parte dessa crise de subjetividade e reflexo da crise do “velho movimento operário”. Isso tem fragilizado a classe trabalhadora e permite as direções pelegas, com a imposição do capital, se limitarem nos marcos da luta economicista. As lutas políticas têm

sido realizadas pelos partidos, também domesticados e controlados pela institucionalidade burguesa.

Como dissemos, durante o período de expansão do capital foi possível arrancarmos algumas conquistas, com a crise estrutural a possibilidade de novas conquistas vem acabando. Em cada reivindicação por direitos mínimos a classe trabalhadora busca manter direitos conquistados e se esbarra nos limites do capital.

Em resposta a esses limites, as direções sindicais têm apostado em mais conciliação e acomodação, se integrando aos interesses burgueses e com isso tentando – não raras vezes sem sucesso – obter algumas migalhas da burguesia.

Essa integração ideológica ao Estado e à gestão de empresas somente pode ser efetivada porque os sindicatos literalmente foram apropriados por diversas burocracias e assim se voltaram contra os interesses da própria classe.

Deste modo, as burocracias se tornaram algo qualitativamente pior e se antes impulsionavam as lutas para negociar, hoje nem isso fazem e se tornaram parte orgânica da administração de empresas e de instituições burguesas como correias de transmissão da ideologia burguesa e implementam parte da política da empresa sobre os trabalhadores. Com essa “ineficiência” a classe trabalhadora deixa de se reconhecer nas entidades sindicais e se afasta, o que coloca mais elementos na crise da subjetividade.

Esse “modelo” de luta, como meio para se obter conquistas duradouras de algum modo, economicista está esgotado. É como enxugar gelo. Por isso, os revolucionários – se compreendem os problemas da nossa época – necessitam atuar nas entidades não mais para “serem os melhores lutadores por direitos”, mas os que propõem um salto qualitativo nas lutas, deixa de lado o papel de “interlocutor racional” do capital para, a partir de lutas mínimas, impulsionar a luta contra o capital e contribuir para a consciência revolucionária da classe operária.

ONDE É A PORTA DE SAÍDA? PELA ESQUERDA....

Ainda sem desenvolvê-las, ficarão para outra oportunidade, apresentamos duas reflexões que podem



contribuir para responder a uma contradição entre as condições objetivas e subjetivas orientadoras à construção de tarefas estratégicas:

½ Construção de um movimento social da classe trabalhadora a partir de seu local de trabalho, moradia e estudo com uma estratégia revolucionária em direção a construção do socialismo com a expropriação da burguesia e os meios de produção sob controle operário. Isso não significa que se deva secundarizar as questões táticas, pelo contrário, deve-se procurar recuperar a unidade dialética entre tática e estratégia, em cada conflito.

½ A construção desse movimento social deverá produzir uma “consciência comunista em escala de massa” (Mészáros), ou seja, que abranja a classe trabalhadora de conjunto e formas organizativas capazes de realizar tarefas estratégicas com o poder da classe operária e dos explorados. Essa forma de poder somente será alcançado pela Revolução Socialista, em que a luta da classe trabalhadora organizada em seus organismos de poder, com um programa anticapitalista e socialista destituirá a burguesia e o proletariado (não o partido) assumirá o poder, visando o fim da propriedade privada dos meios de produção. A saída é pela esquerda.

QUAL SOCIALISMO? ALGUMAS QUESTÕES PARA UMA TEORIA DA TRANSIÇÃO

Mesmo diante de tantas dificuldades presentes e futuras, a luta pelo socialismo e pelo comunismo é mais atual do que nunca. Atual e extremamente necessária, pois denuncia a irracionalidade do capital, o qual ameaça a destruição dos recursos naturais e humanos do planeta e “responde às necessidades e urgências de nossa época”, ou seja, os graves problemas econômicos e sociais pelos quais passa a humanidade.

Defender esse projeto como atual implica também romper com o dogmatismo e lutar para atualizá-lo à luz das experiências históricas anteriores, tal como fizeram Marx, Lênin, Rosa, entre outros. No capítulo “Atualidade do projeto comunista” (Da grande noite à alternativa, Alain Bihir, p. 273-284) há alguns pontos importantes para se pensar uma teoria para a transição ao comunismo e ao mesmo tempo busca responder alguns dos problemas atuais da sociedade capitalista e dos Estados burocráticos. Assim, as futuras revoluções deverão ter muita atenção para de fato propiciarem uma alternativa sistêmica ao sistema do capital:

½ Instauração de um poder político e social democrático da classe produtora de riquezas;

½ Organização da produção não mais em função de valorizar o capital, mas conforme as necessidades sociais;

½ Redução do tempo de trabalho para permitir reorganizar a vida social e dedicar muito mais tempo

às atividades humanizadoras;

½ Construção de uma nova consciência social tendo como base valores como igualdade e fraternidade;

½ Relação de novo tipo da humanidade com a natureza, pois a produção das necessidades sociais levará em consideração a capacidade da natureza em se renovar;

½ Uma nova sociabilidade em que as relações pessoais não sejam mediadas por intervenção burocrática-estatal (às vezes até controlada por partido) e o reconhecimento à individualidade;

½ Liberdade de criação para a arte e para a ciência.

CONCLUSÃO: É APENAS UM COMEÇO

Não há nenhuma pretensão em “darmos respostas”, apresentamos apenas alguns elementos para a compreensão da crise da consciência de classe. São reflexões, ao nosso ver, fundamentais. Diante da necessidade histórica de superação do capital e da urgência de construção do socialismo, a crise de subjetividade e de alternativa são grandes obstáculos a serem superados, pois são empecilhos para a Revolução Socialista. Essa é uma contribuição para um debate que, empurrado pela realidade, recém se inicia na esquerda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BIHR, Alain Bihir. Da grande noite à alternativa - o movimento operário europeu em crise. Boitempo, 2012.

CLAUDÍN, Fernando. A crise do movimento Comunista. São Paulo: Global Editora, 1986.

IASI, Mauro Luis. Processo de consciência. São Paulo: CPV, 1999.

LÊNIN, Vladimir. Esquerdismo: doença infantil do comunismo. São Paulo: Expressão Popular, 2014. MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A Sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. O século XXI: Socialismo ou Barbárie. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RAKOVSKI, Christian. Os perigos profissionais do poder, in Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.5, n.8, jan/jun. 2017.

Espaço Socialista: Perfil Programático, disponível em www.espacosocialista.org

Processo bolivariano ou programa de transição

Luís César Nunes (Educação-RJ)

INTRODUÇÃO

Na convocatória ao IV Congresso do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) Elías Jaua Milano, da Direção Política Nacional, diz: “Compatriotas chegou a hora de cumprir de forma inexorável a linha traçada pelo Comandante Chávez”. No documento das Linhas Estratégicas de Ação Política 2010, o Partido tem que exercitar sua função de “maquinário eleitoral”, mas, principalmente, como instrumento de transformação da sociedade e dos sistemas de gestão e gestão geral do país.

Isso demonstra que na própria direção do PSUV havia consciência de que o processo bolivariano não poderia reduzir-se ao mero maquinário eleitoral no qual se especializou. No entanto, essa consciência se transformar em práxis revolucionária já é uma outra questão.

A conjuntura radicalizada pela crise econômica mundial e a postura do imperialismo indicam confrontações. Portanto, é vital a saída da Venezuela de meras intenções socialistas indicadas na fundação do PSUV, limitado na própria composição em assumir uma coalizão de forças de diferentes perspectivas (“Guerrilheiros e militares, jovens e veteranos, comunistas e cristãos, revolucionários e reformistas, entre muitas outras dicotomias que são e exaustivamente em outro quadro sócio-político, convergem na Venezuela no eixo único que pode levar a tal agregação em qualquer lugar do mundo: a revolução socialista”). Limitação essa que bloqueia a passagem a um programa de transição.

A ESQUERDA TROTSKISTA DIANTE DO PROCESSO BOLIVARIANO

O processo bolivariano desencadeou uma extrema confusão nos partidos de tradição trotskista. Caberia ao trotskismo, como a expressão mais elaborada do internacionalismo e da continuidade da Revolução Soviética, a responsabilidade para a criação de um partido revolucionário. Entretanto, a crise do movimento trotskista expressa a própria crise de direção do movimento operário mundial.

Em parte, essa confusão advém da deformação frente populista sofrida no movimento marxista como um todo. Desde o apoio crítico (Marea Socialista - PIM), passando pela hostilidade aberta (Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional, UIT-CI) com presença na Venezuela do Partido Socialismo e Liberdade-PSL) até a fusão ao PSUV (Lucha de Clase da Corriente Marxista Internacional (CMI).

O trotskismo deixou de ser um movimento com uma identidade única, uma consequência direta do que já havia ocorrido com o marxismo e o leninismo na sua

versão stalinista. A confusão origina-se da definição do papel da classe operária na luta pela libertação nacional. Ou seja, a caracterização da direção nacionalista e o modo de manter as bandeiras socialistas nesse processo com independência e sem cair no extremo oposto ao não ocorrer aproximou do alinhamento inconsequente de alguns setores à política imperialista.

Partidos que alardeiam a necessidade universal da Assembleia Nacional Constituinte como a Liga de Trabajadores por el Socialismo de Venezuela (LTS-FTCI) defendem voto nulo nas eleições da ANC. Outros se dizendo mais radicais como a Unidad Socialista de los Trabajadores (UST) Seção Venezolana de la Liga Internacional de los Trabajadores (LITCI), simplesmente, se alinham com a abstenção também propugnada pela direita.

Alguns tentam embalar candidatos críticos, mas que em outros momentos se alinham à MUD como o Patria Para Todos (PPT), partido nem mesmo é vertente trotskista e sim pautado no ideário stalinista de Alfredo Maneiro. Esse ex-dirigente do PCV pretendia disputar: “Um eleitorado órfão, uma esquerda com uma incapacidade de mobilizá-lo, e a terrível perspectiva de que - se uma força capaz de romper o condomínio Adeco-Copeyano não surgir - a partir de agora, podemos saber o nome do próximo presidente da República, Caldera; o de 1988 que é Carlos Andrés Pérez, o de 93 que é Eduardo Fernández”. (Alfredo Maneiro: “Más allá de la izquierda está la solución” em <https://bit.ly/2BhK1bh>). Todos os ziguezagues do PPT não o impediram de receber, após mais uma de suas rupturas com o PSUV, apoio de alguns grupos de extração trotskista como o Lucha de Clases ligado ao CMI.

HISTÓRIA DOS PARTIDOS VENEZUELANOS

Os partidos políticos modernos da Venezuela têm origem na revolta estudantil, contra a ditadura de Juan Vicente Gomez, mais conhecida como a Geração de 28. Em 1926 nasceu o Partido Revolucionário Venezuelano, que em 1931 se torna o Partido Comunista histórico (PCV) e posteriormente em 1935 transforma-se o Partido Republicano Progressivo (PRP) por conta da proibição do governo. Uma união de todos os partidos de oposição fracassa diante de divergências ideológicas. Os não marxistas do PRP confluem para formar o partido Ação Democrática (AD) em 1941 e outra parte refunda o PCV. Em 1946 funda-se o COPEI que representa a democracia cristã e tem atuação limitada durante o período da junta militar com o general Marcos Pérez Jiménez de 1948 até 1958. Os demais são banidos.

Em 23 de janeiro de 1958, sob a direção de uma Junta presidida por Fabrício Ojeda, é derrubada a ditadura do general Pérez Jiménez, que fugiu para a República Dominicana no avião La Vaca Sagrada e se exilou na Espanha franquista. É por muitos considerado fascista, mas não por Hugo Chávez que diz no seu programa Aló Presidente: “Acho que o general Perez Jimenez foi o melhor presidente que a Venezuela teve em um bom tempo. (...) Era superior a Romulo Betancourt, era superior a todos. Eu não vou nomeá-los. (...). Eles o odiavam pois ele era um soldado.”

Porém, acredita-se que durante o regime Perezjimenista havia cerca de três mil presos políticos. Após sua derrubada e do Pacto de Punto Fijo, residência de Rafael Caldera e onde foi assinado, foi inaugurado o período de bipartidarismo e exclusão da esquerda na Venezuela com duração até a ascensão de Hugo Chávez em 1999. Romulo Betancourt ocupou a presidência por duas vezes e foi eleito pela Ação Democrática (AD). Esses dois políticos (Betancourt e Caldera) foram dirigentes dos partidos AD e COPEI, respectivamente. Partidos que desde o Pacto de Punto Fijo ocuparam alternadamente a presidência até a ascensão de Hugo Chávez em 1999.

Betancourt, em seu segundo mandato (1959–1964), foi aliado ardoroso dos Estados Unidos isolando a Venezuela no Continente ao não reconhecer nenhum governo de esquerda e, inclusive, apoiando golpes como na República Dominicana. A posição de Betancourt contra Castro, especialmente a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), levou às insurreições militares de Carupanazo y Portañazo, ambas em 1962, separadamente em datas próximas com erro tático e derrotadas por Betancourt, auxiliado pelo verdugo ministro da justiça CAP (Carlos Andrés Pérez Rodríguez).

O MOVIMENTO SINDICAL APÓS PUNTO FINO

Em 1958, cria-se o Comitê Sindical Nacional Unificado (CNSU). Em 1959 acontece o III Congresso da CTV, causa de divisões posteriores no movimento sindical que desde 1960 é tomado por bandas sindicalistas armadas da Ação Democrática dirigidas por Hugo Soto Socorro, conhecido como “Sotopoles”, que tentam assassinar Rodolfo Quintero, dirigente histórico do PCV.

Desde então houve a expulsão de comunistas, inclusive da central sindical. Por isso, em 1963, reuniu-se o IV Congresso chamado assim devido a fraude de expulsão no suposto IV Congresso do Pacto La Guanabara, que incluía a expulsão da esquerda e fundava a Confederação Central de Trabalhadores da Venezuela (CUTV).

As lutas trabalhistas levadas a cabo durante o período do Puntofijismo foram sempre impulsionadas por forças políticas opostas ao bipartidarismo Adeco-Copeyano (como as greves em Sidor em 1969-70 e 1980, as greves têxteis de 1977-79, as greves de professores, etc.).

O PERÍODO GUERRILHEIRO

A Doutrina Betancourt isola a Venezuela e não reconhece nenhum governo surgido de movimentos militares. Essa doutrina é responsável pela dura repressão à esquerda que reage organizando guerrilhas como a FALN, frente composta por dissidentes da AD organizados no MIR e pelo PCV. Desde então foram encarcerados e mortos muitos guerrilheiros e militantes de esquerda. A derrota desse movimento causa uma divisão na esquerda e o afastamento do apoio cubano. O Partido da Revolução Venezuelana, PRV, fundado em 1966, uma vez que o Partido Comunista da Venezuela abandona o processo de luta armada, esteve presente na América Latina e no Caribe.

Os fatos causados pela crise de foguetes em Cuba e pelo pacto Kennedy-Krushchev forçam a retirada de apoio político militar da URSS aos movimentos guerrilheiros na América Latina. Seu idealizador, Douglas Bravo, expulso do PCV, funda o PRV-FALN. O PRV é criado por quem concorda com a continuação da luta armada lideradas pela maioria de comandantes da guerrilha, os comitês apoiam a guerrilha na retaguarda, grupos da FALN urbana, setores do Partido e Juventude Comunista. A Frente de Libertação Nacional (FLN) é reorganizada por Fabricio Ojeda, assassinado pelo governo.

A FALN também é reorganizada e Douglas Bravo é nomeado comandante. Um único comando político militar é criado. Com o reagrupamento das forças revolucionárias nas montanhas e cidades novas táticas e estratégias são realizadas, assim como a ideologia do marxismo-leninismo-bolivariano definida pelo PRV numa ruptura política ideológica com o PCV e os soviéticos, ou seja, uma abordagem continentalista do nacionalismo. Com a tática de infiltração nas forças armadas foram organizados vários operativos e captados vários militares.

EL CARACAZO

Dia 27 de fevereiro de 1989 a população da Venezuela se revolta em algumas comunidades urbanas para contestar as medidas neoliberais. Realizadas pelo então presidente Carlos Andrés Pérez (CAP) incluem aumentos nos preços de diferentes serviços como telefone, energia, água e gás, sugeridos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

No gatilho de Caracazo, 14 dias depois de assumir o cargo de presidente pela segunda vez, CAP expõe livremente um programa de mudanças macroeconômicas conhecido como “pacote financeiro” ou “pacote”.

Na madrugada de 28 de fevereiro CAP, em reunião no Conselho de Ministros, executou o Plano Ávila. A Guarda Nacional e o Exército reprimem qualquer revolta e mais de 3 mil pessoas mortas.

Chávez explica depois que, após o evento, “os membros da MBR 200 perceberam que havíamos passado do ponto sem retorno e que precisávamos pegar em armas. Não poderíamos continuar defendendo um regime assassino”.

AS TENTATIVAS DE GOLPE E O GOVERNO DE CALDERA

Em 1992, Chávez, líder e organizador de um dos golpes, é considerado culpado de sedição e encarcerado. Pérez é, posteriormente, acusado de corrupção e removido da presidência.

No segundo mandato (1994–1999), Caldera apoiado pelo PCV cumpre a promessa de anistia aos militares que tentam o golpe de 1992 contra o corrupto governo de Andrés Perez, incluindo Chávez do MRV.

Caldera ocupa a presidência duas vezes, uma pelo partido que fundou COPEI e depois pela Convergência Nacional, aliança que criou ao romper com COPEI e ganhar as eleições de 1994. Em seu primeiro mandato (1969–1974) ao legalizar o PCV é reconhecido como pacificador. Em seu segundo mandato chega a contar com o apoio do PCV, que rompe em 1996 com a Agenda Venezuela, um programa de governo contraditório com o que disse no período eleitoral para derrotar a AD e com aplicação de medidas neoliberais semelhantes às de CAP. Assim, a moeda venezuelana, o bolívar, é desvalorizada em 70% e o preço dos combustíveis aumenta em 800%. Esse é o agrado do FMI, mas aumenta a ira popular. Em 1997 faz a Abertura Petrolera com o apoio da AD no congresso e abre o setor para interesses privados. A partir desse momento, AD e Copei começam a perder peso político em nível nacional a ponto de ambas as partes somarem apenas 11% de votos na eleição presidencial de 1998 e, em seguida em outros processos eleitorais, a AD decide não apresentar candidatos.

CHÁVEZ NO PODER

A chegada ao poder de Hugo Chávez, em 1999, e a consequente demolição da estrutura de poder puntofijista abrem um processo de renascimento dos trabalhadores venezuelanos.

Hugo Chávez com seu grupo político Movimiento V República (MVR) forma uma coalizão denominada Pólo Patriótico junto a outros partidos de esquerda como o MAS, a Pátria Para Todos (PPT), o PCV, dentre outros. Decreta a realização de um referendo sobre a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. Apoiadores de Chávez, a coligação Pólo Patriótico, conquistam 120 dos 131 lugares. A Constituição da Quinta República da Venezuela (mais tarde denominada República Bolivariana de Venezuela) outorga maiores poderes ao presidente e amplia as prerrogativas do executivo em detrimento dos demais poderes. O parlamento torna-se unicameral com a extinção do Senado. Chávez reelege-se presidente da República e o Polo Patriótico conquista a maioria dos assentos na Assembleia Nacional.

Em novembro de 2000, o parlamento da Venezuela aprova a chamada Lei Habilitante, que concede poderes extraordinários ao presidente, permite que o Executivo legisle acerca de determinadas matérias através de decretos com força de lei, submetendo-os posteriormente à aprovação do Legislativo. Dentre esses incluíam-se os

decretos-leis de Terras acerca da reforma agrária, a nova Lei de Hidrocarbonetos sobre o controle público do setor petrolífero e a Lei de Pesca. A oposição é liderada pela entidade patronal mais importante do país (Fedecámaras) e pela CTV.

O GOLPE CONTRA CHÁVEZ

No final de fevereiro de 2002, Chávez decide demitir os gestores da companhia estatal Petróleos da Venezuela (PDVSA) e substituí-los por pessoas de sua confiança. Em protesto e para tentar forçar a saída do presidente, seus opositores se apoderam do controle dos poços de petróleo. A PDVSA controla 95% da produção venezuelana e opera 14.800 poços de petróleo. Metade foi paralisada devido à greve dos trabalhadores da empresa. No dia 11 de abril, manifestantes em passeata pedem a demissão de Chávez e entram em confronto com uma contramanifestação em frente ao Palácio de Miraflores. No dia 12 de abril, o general Lucas Rincón, chefe das Forças Armadas, anuncia que Chávez havia renunciado, tendo o presidente da Fedecámaras, Pedro Carmona, assumido a presidência da República. Na meia noite de sábado para domingo, Hugo Chávez consegue enviar uma mensagem dizendo: “No he renunciado al poder legítimo que el pueblo me dio. Por siempre Hugo Chávez”. Como disse Fidel Castro no seu artigo de 2009, ‘Existe margem para a hipocrisia e a mentira?’: “É preciso lembrar que o governo dos Estados Unidos, promoveu e apoiou na Venezuela o golpe de Estado fascista de 11 de abril de 2002 e, após seu fracasso, colocou todas suas esperanças em um golpe petrolero, apoiado com programas e recursos técnicos capazes de liquidar qualquer governo, subestimando o povo e a direção revolucionária desse país. Desde então tem conspirado sem cessar contra o processo revolucionário venezuelano, como tem feito e o continuar fazendo contra a Revolução em nossa Pátria durante 50 anos.”

Carmona dissolve a Assembleia e os poderes judiciais, atribui a si próprio poderes extraordinários e declara publicamente que no prazo de um ano novas eleições presidenciais e legislativas serão celebradas. Os eventos geram um grande levante popular nas ruas de Caracas protagonizado por apoiadores do presidente deposto. Soldados leais a Chávez organizam um Contragolpe de Estado e retomam o Palácio de Miraflores. Diosdado Cabello, hoje considerado pela revista Forbes um dos homens mais ricos do mundo (chamada Boliburguesia), vice-presidente de Chávez, que havia permanecido fiel ao regime, assume a liderança temporária do país e declara que: “a ordem Constitucional estava plenamente restabelecida e que as autoridades legítimas exerciam suas funções”.

Nas horas seguintes Chávez é libertado da prisão na ilha de La Orchila e regressa a Caracas para retomar a chefia do Estado. Logo após a neutralização do Golpe de Estado contra Chávez, a imprensa venezuelana mostra-se dividida quanto à sua interpretação e às suas

consequências. Segundo membros do governo de Chávez, os Estados Unidos apoiam o Golpe e nesses dias, os radares do país detectam a presença de navios e aviões militares americanos em território venezuelano.

Nos meses e principalmente nas semanas anteriores ao golpe, membros do governo Bush haviam mantido frequentes contatos com líderes golpistas. Após o fracasso do Golpe de Estado de abril de 2002 e da greve do petróleo de 2002-2003, a União Nacional de Trabalhadores (UNETE) é criada em abril de 2003, por meio de um acordo da maioria de líderes e tendências do sindicalismo bolivariano. Um referendo teve lugar no dia 15 de agosto de 2004 e 58,25% dos votantes apoiam a permanência de Chávez na presidência até o final do mandato, nos próximos dois anos e meio.

O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

O criador do termo Socialismo do Século XXI foi Heinz Dieterich Steffan. Em 2005 no Fórum Social Global é assimilado por Chávez. Segundo Dieterich, “o programa do socialismo do século XXI é necessariamente revolucionário” na medida em que a sociedade existente é substituída por um “sistema qualitativamente diferente”. O próprio Chávez diria posteriormente: “O pensamento de Gramsci é um dos mais avançados, ainda mais avançado, como penso, modestamente, o de Lenin e a visão leninista da hegemonia, a nova hegemonia. Gramsci foi muito mais longe, bem também viveu muito mais, e viu muito mais, e não lhe correspondeu estar no forno em que Vladimir Ilyich Lenin estava, o da grande Revolução Soviética.” (Intervención del Comandante Presidente Hugo Chávez durante acto de lanzamiento del Grand Polo Patriótico, 07/10/2011, Palacio de Miraflores, Caracas)

Em 2006, é fundado o PSUV com composição de forças que pretende dar sustentação ao projeto chavista e ao programa do socialismo sem expropriação ainda que com uma retórica anticapitalista. Em fevereiro de 2007 havia 103 partidos políticos de caráter nacional, de acordo com o Conselho Nacional Eleitoral, dos quais 96 tiveram que renovar inscrição para manter validade legal por não cumprir o mínimo estabelecido por lei para obter pelo menos 1% de votos nas eleições nacionais. Pouco depois, há anúncio de união dos 23 integrantes de sua coalizão em um único partido. Em março, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), a maior organização política do país é criada através da fusão de vários partidos políticos pró-chavistas incluindo o MVR, sob seu controle direto, para acelerar a revolução socialista. Conforme anunciado: Chávez já avançou sua decisão de promover a união internacional das forças que entendem e assumem tal estratégia de revolução. Mesmo antes de esse propósito se tornar impetuoso, o espectro político regional terá mudado. Nesse sentido, o PSUV é um novo e poderoso eixo gravitacional na América Latina” (“Somos un faro

para América Latina y el Mundo.”) <http://www.psuve.org.ve/psuv/>)

CONSOLIDAÇÃO DO CHAVISMO

O Centro Socialista dos Trabalhadores (CST) é fundado em agosto de 2008, representando 1.280.000 trabalhadores filiados. Porém, a fundação da CST aprofunda a divisão dentro das correntes sindicais bolivarianas, bem como a fragilidade organizacional do movimento dos trabalhadores como um todo. De acordo com Carlos López (coordenador nacional do FSBT), a estratégia seria acumular forças progressivamente em torno do projeto da CST, continuar a pressionar e enfraquecer a UNETE, até o momento propício para dar a partida definitiva para uma única central “oficial” dos trabalhadores. (El Movimiento de Trabajadores en la Venezuela bolivariana. Configuración de tendencias: autonomistas contra leninistas. Roberto López Sánchez. UNAM. 2015.)

Em 2009, Hugo Chávez é reeleito com 62.9% dos votos. Desde então, Dieterich, o criador do termo “Socialismo do Século XXI” rompe com Chávez. E o presidente venezuelano chama o processo de reformas socialistas na Venezuela de “processo bolivariano”.

Em 2011, é criada a Central Bolivariana Socialista de Trabajadores y Trabajadoras de la Ciudad, el Campo y la Pesca (CBST - CCP). Esta nova central define sua estratégia socialista, ao contrário da antiga Central de Trabajadores da Venezuela (CTV), como a antiga Confederação Sindical de Puntofijismo orientada pelo Partido da Ação Democrática.

Mais tarde, diante das eleições presidenciais venezuelanas de 2012, surge a coalizão Patriótica Grande Simón Bolívar, cujo candidato a presidente é Hugo Chávez.

O CHAVISMO SEM CHÁVEZ

Apesar das tentativas de mudança de regime, Maduro assume o poder após Hugo Chávez morrer na tarde de 5 de março de 2013 e ter sido eleito presidente 14 de abril de 2013, com uma margem de 1,5% dos votos em relação ao candidato Capriles.

Em 2016, Heinz Dieterich Steffan diz que a Venezuela havia passado pela sua fase Jacobina e agora estaria no Termidor. No entanto, em 30 de julho de 2017, foram realizadas eleições na Venezuela para eleger os membros da Assembleia Nacional Constituinte. Com isso conseguiu-se barrar os protestos violentos pela mudança de regime estimulada desde o exterior. Essa situação é confirmada pelas sucessivas eleições.

As perguntas são: Poderá o sistema resistir às enormes pressões do imperialismo confiando unicamente em processos eleitorais? Trata-se do momento para a construção de uma nova estratégia para a construção de um governo operário e camponês? De que modo um partido operário deve propor o programa de transição?

ESPAÇO | SOCIALISTA
ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA

